CNA

2026

Estudo do Complexo do Agronegócio do Cavalo

DIMENSÃO ECONÔMICA, GERAÇÃO DE RENDA
E EMPREGO, MERCADOS, SERVIÇOS
E INSERÇÃO INTERNACIONAL



CNA

2026

Estudo do Complexo do Agronegócio do Cavalo

DIMENSÃO ECONÔMICA, GERAÇÃO DE RENDA E EMPREGO, MERCADOS, SERVIÇOS E INSERÇÃO INTERNACIONAL



ESALQ
Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz
Universidade de São Paulo

USP


Thalles Canuto

CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL (CNA)

DIRETORIA EXECUTIVA

João Martins da Silva Junior
Presidente

Gedeão Silveira Pereira
1º Vice-Presidente

Antônio Pitangui de Salvo
2º Vice-Presidente

Humberto Miranda
1º Vice-Presidente de Finanças

Muni Lourenço Silva Júnior
2º Vice-Presidente de Finanças

Marcelo Bertoni
1º Vice-Presidente de Secretaria

José Amílcar de Araújo Silveira
2º Vice-Presidente de Secretaria

Estudo do Complexo do Agronegócio do Cavalo

Ficha de responsáveis

Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

Diretoria de Agronegócio

Bruno Barcelos Lucchi	Diretor de Agronegócio
Maciel Silva	Diretor de Agronegócio Adjunto

Comissão Nacional de Equideocultura

Cristiana Gutierrez	Presidente

Coordenação de Produção Animal da CNA

João Paulo Franco da Silveira	Coordenador
Kalinka Lessa Koza	Assessora Técnica

Núcleo de Inteligência e Projetos

Ana Ligia Aranha Lenat	Coordenadora
Maria Eduarda Vieira de Moraes	Assessora Técnica

Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (ESALQ/USP)

Grupo de Extensão do Complexo do Agronegócio do Cavalo (EQUONOMIA)

Roberto Arruda de Souza Lima	Coordenador
Bruna Silvestre Veloso	Pesquisadora
Gabriela Mendes Murgel	Pesquisadora
Vitória Tozo Langue	Pesquisadora estagiária
Fabrício Belther Valério	Pesquisador estagiário
Priscila de Fátima Araújo	Pesquisadora estagiária
Giovanna Silva Ricci	Pesquisadora estagiária
Isabela Pontes	Pesquisadora estagiária
Ana Clara Souza de Oliveira	Pesquisadora estagiária
Ana Júlia Souza de Oliveira	Pesquisadora estagiária
Bruno Antunes Ramos Teixeira	Pesquisador estagiário
Glória Marina Lovon Villena	Pesquisadora estagiária
Gustavo Manesco	Pesquisador estagiário
Jeferson Rodrigues Devite	Pesquisador estagiário
Lavínea Tavares de Lima	Pesquisadora estagiária
Lucas Nascimento Aleixo	Pesquisador estagiário
Maria Eduarda Dalla Villa Augusti	Pesquisadora estagiária
Sarah Gomes Assunção	Pesquisadora estagiária
Maria Vitória Rodrigues de Oliveira	Pesquisadora estagiária

Sumário

Lista de siglas 8

Sumário Executivo 10

1 Introdução 11

2 Conceito do Complexo do Agronegócio do Cavalo no Brasil 13

3 Metodologia 16

3.1 Aspectos metodológicos 17

3.2 Distinções entre os levantamentos 18

Edições anteriores do estudo 20

4 Número de animais e sua distribuição 21

4.1 Números oficiais do Brasil 23

4.1.1 Equinos 24

4.1.2 Asininos e muares 25

4.1.3 Registros oficiais dos animais de raça 30

4.2 Estimativa da população de equídeos no Brasil 39

4.3 População mundial de equídeos segundo a FAO 42

5 Finalidade de utilização dos equídeos e perfil de despesas 47

5.1 Finalidade de utilização dos equídeos 48

5.2 Perfil de despesas identificado nos painéis 49

6 Serviços assistidos com equinos 54

7 Material genético 59

8 Crédito rural 66

9 Seguro 76

10 Mercados de medicamentos e rações 79

10.1 Medicamentos veterinários 80

10.2 Rações 80

11 Turismo equestre 81

12 Eventos equestres 83

13 Balança comercial 86

13.1 Exportações de equinos vivos 89

13.1.1 Equinos reprodutores de raça pura 91

13.1.2 Equinos, exceto reprodutores de raça pura 93
13.2 Exportações de asininos vivos 94
13.3 Exportações de muares vivos 96
13.4 Exportações de carne de equídeos 98
13.5 Exportações de miudezas comestíveis de equídeos 100
13.6 Exportações de couros e peles de equídeos 104
13.7 Importações de equinos vivos 106
13.7.1 Equinos reprodutores de raça pura 109
13.7.2 Equinos, exceto reprodutores de raça pura 111
13.8 Importações de asininos e muares vivos 113
13.9 Importações de carne e miudezas comestíveis de equídeos 114
13.10 Importações de couros e peles de equídeos 116
13.11 Participação em competições internacionais 118
13.12 Síntese e considerações finais do comércio exterior 120
14 Empregos diretos e indiretos 122
15 Consolidação dos dados e das estimativas realizadas 125
Referências 127

Lista de siglas

ABC	Agricultura de Baixo Carbono (Programa ABC)
ABCB	Associação Brasileira de Criadores de Cavalo Bretão
ABCCA	Associação Brasileira dos Criadores do Cavalo Arabe
ABCCC	Associação Brasileira de Criadores de Cavalos Crioulos
ABCCCampolina	Associação Brasileira de Criadores de Cavalo Campolina
ABCCH	Associação Brasileira de Criadores do Cavalo de Hipismo
ABCCMM	Associação Brasileira dos Criadores do Cavalo Mangalarga Marchador
ABCCP	Associação Brasileira de Criadores de Cavalo Pantaneiro
ABCCRM	Associação Brasileira de Criadores de Cavalos da Raça Mangalarga
ABCCT	Associação Brasileira dos Criadores de Cavalo Trotador
ABCJP	Associação Brasileira dos Criadores do Jumento Pêga
ABCPaint	Associação Brasileira de Paint Horse
ABCPCC	Associação Brasileira de Criadores e Proprietários do Cavalo de Corrida
ABCPÔNEI	Associação Brasileira dos Criadores de Cavalo Pônei
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ABPSL	Associação Brasileira de Criadores do Cavalo Puro-Sangue Lusitano
ABQM	Associação Brasileira de Criadores de Cavalo Quarto de Milha
ABRACCC	Associação Brasileira dos Criadores de Cavalo Campeiro
ABRE	Associação Brasileira de Reabilitação Equestre
AHC	American Horse Council
ANC	Associação Nacional de Criadores (Herd Book Collares)
ANDE	Associação Nacional de Equoterapia
ARIMA	Modelo autorregressivo integrado de médias móveis (Autoregressive Integrated Moving Average)
AVMA	American Veterinary Medical Association
BCB	Banco Central do Brasil
BH	Brasileiro de Hipismo (raça)
CAGR	Taxa de crescimento anual composta (Compound Annual Growth Rate)
CBH	Confederação Brasileira de Hipismo
CCPE	Centro de Coleta e Processamento de Embriões
CCPS	Centro de Coleta e Processamento de Sêmen
CEPEA	Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada
CICB	Centro das Indústrias de Curtumes do Brasil
CNA	Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil
Comex Stat	Sistema de estatísticas do comércio exterior brasileiro (MDIC)
COMTRADE	Base de dados estatísticos do comércio internacional de mercadorias das Nações Unidas (United Nations Commodity Trade Statistics Database, UN Comtrade)
CPIVE	Centro de Produção In Vitro de Embriões
EFA	Eurogroup for Animals
ESALQ	Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”
ETI	Equivalente a tempo integral
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (Food and Agriculture Organization of the United Nations)
FAOSTAT	Base de dados estatísticos da FAO (Food and Agriculture Organization Corporate Statistical Database)
FEALQ	Fundação de Estudos Agrários Luiz de Queiroz
FEI	Fédération Équestre Internationale

FIV	Fertilização in vitro
FNO	Fundo Constitucional de Financiamento do Norte
FOB	Free on Board (livre a bordo)
GTA	Guia de Trânsito Animal
HCBC	Horse Council British Columbia
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IETS	International Embryo Technology Society
IGP-M	Índice Geral de Preços do Mercado
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
KWPN	Koninklijk Warmbloed Paardenstamboek Nederland (Cavalo de Sela Holandês)
LOESS	Regressão local ponderada (Locally Estimated Scatterplot Smoothing)
MAPA	Ministério da Agricultura e Pecuária
MARS	Regressão multivariada adaptativa por splines (Multivariate Adaptive Regression Splines)
MCR	Manual de Crédito Rural do Banco Central do Brasil
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços
MODERAGRO	Programa de Modernização da Agricultura e Conservação de Recursos Naturais
NASS	National Agricultural Statistics Service
NBR	Norma Brasileira (ABNT)
NCM	Nomenclatura Comum do Mercosul
OMA	Organização Mundial das Alfândegas
OPU	Aspiração folicular de oócitos (Ovum Pick-Up)
PCA	Programa para Construção e Ampliação de Armazéns
PIB	Produto Interno Bruto
PPM	Pesquisa da Pecuária Municipal (IBGE)
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONAMP	Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural
SH	Sistema Harmonizado de Designação e de Codificação de Mercadorias
SINDAN	Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Saúde Animal
SINDIRAÇOES	Sindicato Nacional da Indústria de Alimentação Animal
SRD	Sem raça definida
SUSEP	Superintendência de Seguros Privados
UE	União Europeia
UEE	União Econômica Eurasiática
UF	Unidade da Federação
USDA	Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (United States Department of Agriculture)
USP	Universidade de São Paulo
WHW	World Horse Welfare
WOAH	Organização Mundial de Saúde Animal (World Organisation for Animal Health, antiga OIE)

Sumário Executivo

Este estudo atualiza e amplia o **Estudo do Complexo do Agronegócio do Cavalo** (2006) e sua revisão (2016), com o objetivo de dimensionar a relevância econômica da equideocultura brasileira, de forma integrada. A estimativa foi construída pela ótica da despesa, com base nos dispêndios médios por animal e no efetivo nacional de equídeos, complementada por estatísticas oficiais, registros genealógicos, painéis com produtores e especialistas das cinco regiões e levantamentos específicos. Pela primeira vez, o escopo incorpora asininos e muares, além de serviços assistidos, turismo, eventos e comércio exterior.

R$ 61,2 bilhões
de renda gerada por ano pelo Complexo do Agronegócio do Cavalo

1,88 milhão
de ocupações: 702 mil diretas e 1,17 milhão indiretas

R$ 2,18 bilhões
movimentados por ano em eventos equestres

9,3 milhões
de equídeos estimados no Brasil: 7,4 milhões de equinos, 1,1 milhão de muares e 739,5 mil asininos

2,03 milhões
de equídeos com registro genealógico ativo

EFETIVO OFICIAL

5,5 milhões	615 mil	376 mil
de equinos	muares	asininos

Renda gerada em segmentos selecionados

R$ 356,21 milhões	R$ 252,18 milhões	R$ 288,18 milhões	R$ 147,48 milhões
Tecnologias reprodutivas	Equoterapia	Turismo equestre	Transações internacionais

Fonte: Resultado da pesquisa. Efetivo oficial: equinos, IBGE (PPM 2026); muares e asininos, IBGE (Censo Agropecuário 2017).

- **Rebanho.** O efetivo oficial de equinos (PPM/IBGE) foi de 5,56 milhões de cabeças em 2025, redução de aproximadamente 2,5% em relação a 2024. O Nordeste concentra 25,4% do rebanho, seguido pelo Sudeste (22,5%). Com os procedimentos complementares da pesquisa, a população total de equídeos é estimada em cerca de 9,3 milhões de animais. O Brasil ocupa a 3ª posição mundial em equinos, a 2ª em muares e a 15ª em asininos.
- **Animais de raça.** Quarto de Milha (35,48%), Mangalarga Marchador (26,53%) e Crioulo (23,62%) respondem, juntos, por 85,6% dos equinos com registro genealógico ativo.
- **Renda.** As despesas de manutenção dos equídeos respondem pela maior parcela da renda gerada (R$ 57,98 bilhões), complementadas por eventos (R$ 2,18 bilhões), tecnologias reprodutivas, turismo equestre, equoterapia e transações internacionais.
- **Insumos.** Os dispêndios com medicamentos veterinários somam R$ 923,5 milhões por ano e rações apresentam um faturamento estimado pela pesquisa em R$ 4,8 bilhões.
- **Comércio exterior.** O complexo apresenta saldo positivo na balança comercial em todo o período analisado. Em 2025, o fluxo de comércio de mercadorias totalizou US$ 32,27 milhões.
- **Emprego.** As ocupações diretas associadas aos equinos passaram de 640 mil (2006) para 607 mil (2016) e 702 mil no estudo atual; incluídos asininos e muares, o total supera o do levantamento anterior.



01

Introdução

A equideocultura ocupa posição singular na economia brasileira. Embora historicamente associada à produção agropecuária, sua estrutura econômica contemporânea ultrapassa os limites da criação animal. Os equídeos estão presentes em atividades de trabalho, esporte, lazer, reprodução, turismo, serviços assistidos, comércio exterior e em um conjunto diversificado de bens e serviços especializados. Essa diversidade confere ao setor características econômicas próprias e evidencia a importância de uma abordagem abrangente, capaz de integrar os diferentes segmentos que compõem o Complexo do Agronegócio do Cavalo e de demonstrar sua contribuição para a economia do País.

Nesse contexto, o presente estudo amplia e atualiza o trabalho Estudo do Complexo do Agronegócio Cavalo, elaborado em 2006 pela Fundação de Estudos Agrários Luiz de Queiroz (FEALQ), pelo Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA) e pela Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (ESALQ) para a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), bem como sua revisão, publicada em 2016 para a Câmara de Equideocultura do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), incorporando novas atividades e perspectivas de análise. Além de atualizar as estimativas, a pesquisa aprofunda a compreensão da dimensão econômica contemporânea da equideocultura, considerando as transformações estruturais e as novas dinâmicas que influenciaram a evolução do setor nas últimas duas décadas.



02

Conceito do Complexo do Agronegócio do Cavalo no Brasil

O conceito de agronegócio permite compreender a atividade agropecuária a partir de suas relações com os demais setores da economia. O termo agribusiness[1] foi utilizado por John H. Davis em 1955 para designar o conjunto de operações relacionadas à produção e à distribuição de suprimentos agrícolas, à produção nas propriedades rurais e às atividades de armazenamento, processamento e distribuição dos produtos agropecuários. Posteriormente, o conceito foi desenvolvido na obra de Davis e Goldberg (1957)[2], consolidando uma perspectiva que considera de forma integrada as atividades realizadas antes, dentro e depois da propriedade rural.

Essa concepção acompanhou as transformações dos sistemas produtivos e a crescente articulação entre agropecuária, indústria e serviços. A expansão das indústrias fornecedoras de máquinas, equipamentos e insumos, assim como das estruturas de transporte, armazenamento, processamento e distribuição, ampliou as relações entre os agentes econômicos. Nesse contexto, o agronegócio passou a ser compreendido como um sistema de atividades inter-relacionadas, cuja dinâmica resulta das conexões entre seus diferentes elos.

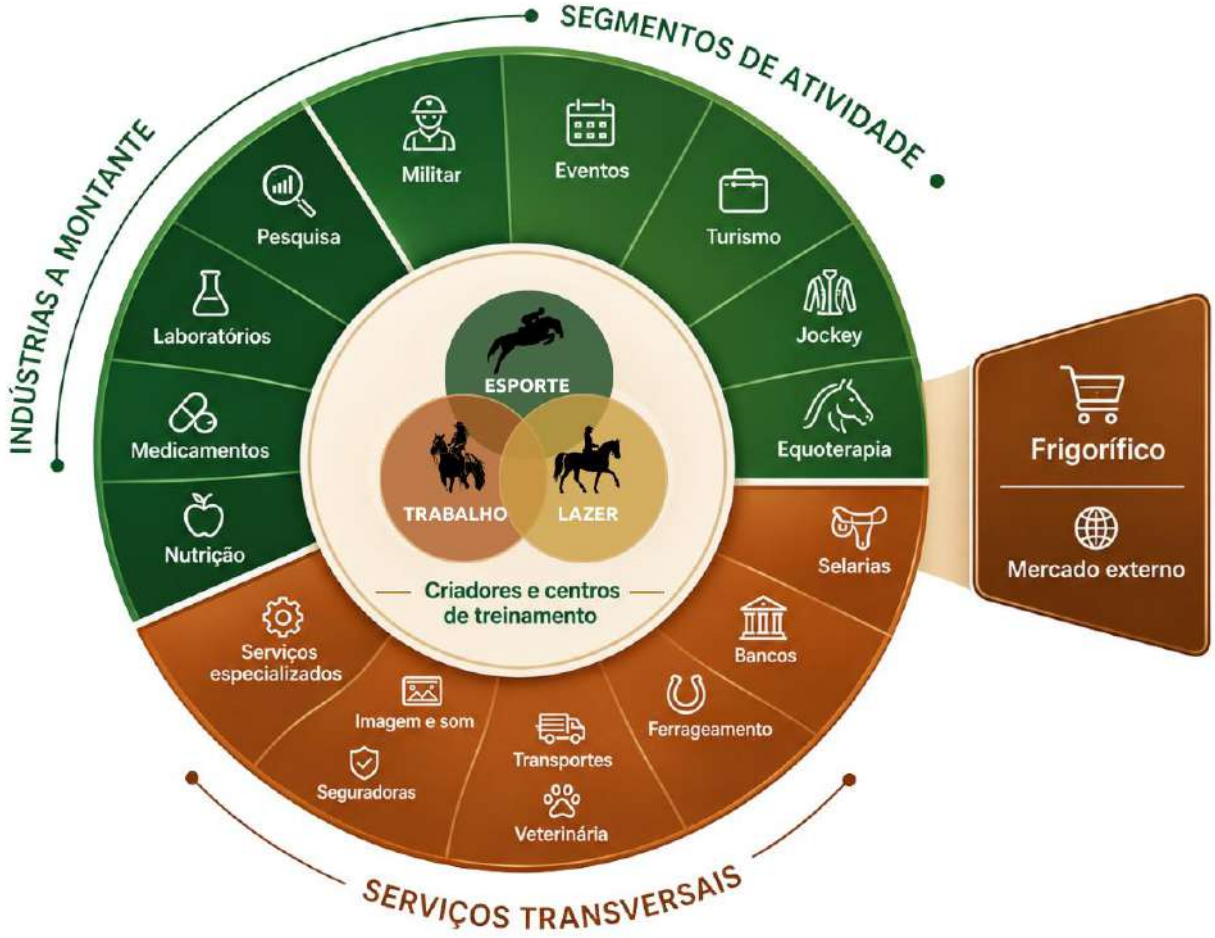
A partir dessa perspectiva sistêmica, os processos agroindustriais passaram a ser estudados também pela escola francesa, que desenvolveu, na década de 1960, o conceito de filière, correspondente à cadeia produtiva. Essa abordagem permite analisar as diferentes etapas de transformação e circulação dos produtos, bem como as interações entre os agentes econômicos, estabelecidas por meio de fluxos de materiais, capital e informação. Assim, possibilita compreender o percurso dos produtos agropecuários, desde o fornecimento de insumos até sua comercialização, considerando a articulação entre os diferentes elos que integram a cadeia.

Na equideocultura, essa abordagem permite compreender como os diferentes segmentos se articulam em torno das funções e finalidades dos equídeos, integrando fornecedores de insumos, criadores, prestadores de serviços e demais atividades econômicas relacionadas ao setor. Essas inter-relações constituem uma estrutura diversificada, representada a seguir.

[1] Termo que deu origem à expressão "agronegócio", em português.

[2] O termo foi formalizado na obra de Davis em coautoria com R. A. Goldberg (Davis; Goldberg, 1957).

Figura 1. Configuração do Complexo do Agronegócio do Cavalo.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Lima, Shirota e Barros (2006).

Os trabalhos de Lima, Shirota e Barros (2006) e de Lima e Cintra (2016) constituem referências para a delimitação e a análise do Complexo do Agronegócio do Cavalo. Com base nessas contribuições e na atualização da estrutura setorial, a identificação dos segmentos que compõem a equideocultura permite dimensionar suas participações na geração de renda e de empregos e compreender suas inter-relações com outras atividades econômicas, evitando a sobreposição de resultados.



03

Metodologia

3.1 Aspectos metodológicos

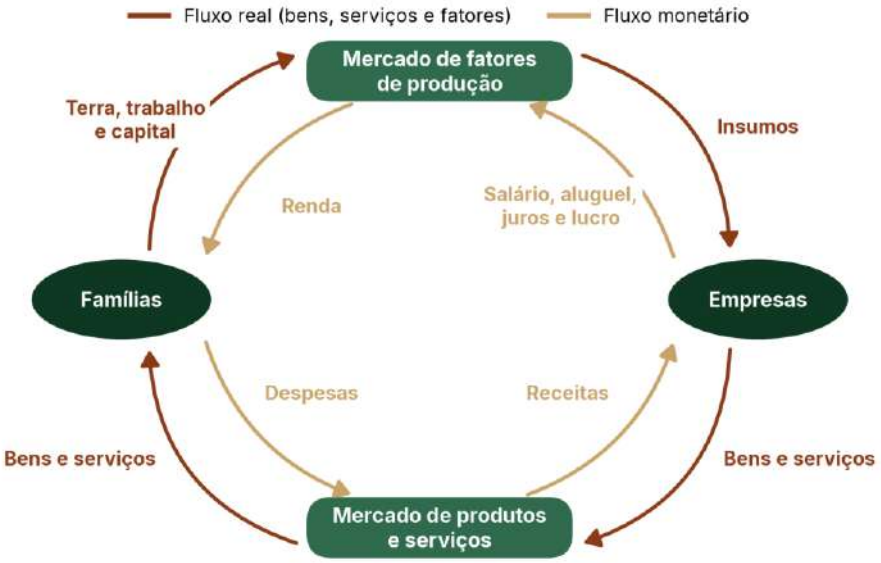
A elaboração deste estudo fundamentou-se na sistematização e na integração de informações provenientes de diferentes fontes, organizadas em indicadores capazes de representar a dimensão econômica e a dinâmica do Complexo do Agronegócio do Cavalo. Considerando a diversidade de atividades e agentes envolvidos, o dimensionamento desse universo econômico requer procedimentos específicos de análise e estimativa.

As metodologias tradicionais de mensuração da renda e do emprego utilizam instrumentos como matrizes de insumo-produto e dados de fontes oficiais, a exemplo das Contas Nacionais e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Guilhoto; Sesso Filho, 2010). Entretanto, a ausência de informações suficientemente desagregadas sobre a equideocultura nessas bases exigiu a integração de diferentes fontes de dados e o desenvolvimento de procedimentos metodológicos específicos para a estimativa das variáveis analisadas.

Para dimensionar a atividade econômica, adotou-se a ótica da despesa, considerando os gastos relacionados à criação, à manutenção, ao manejo e à utilização dos equídeos, além das atividades complementares abrangidas pelo estudo. Essa abordagem permite estimar a demanda por bens e serviços associada ao rebanho e às diferentes atividades que integram o complexo, tomando como referência o princípio macroeconômico de que despesa, renda e produto representam diferentes perspectivas de mensuração da atividade econômica (Mankiw, 2021).

Nesse contexto, foram considerados os fluxos econômicos internos e externos ao complexo. Os fluxos internos correspondem às transações entre agentes que integram o próprio complexo, como a comercialização de animais entre criadores. Já os fluxos externos envolvem operações com fornecedores e prestadores de serviços de outros setores da economia. Essa distinção permite delimitar as operações consideradas e evitar a dupla contagem de valores decorrentes de uma mesma transação.

Figura 2. Fluxo circular da renda.



Fonte: Elaborado pelo autor.

O escopo da pesquisa contempla equinos, asininos e muares, abrangendo atividades relacionadas à criação, à reprodução, à manutenção e à utilização dos animais, além de serviços assistidos com equinos, turismo, eventos e comércio exterior.

A construção das estimativas fundamentou-se em informações provenientes de estatísticas oficiais, registros administrativos, bases de dados nacionais e internacionais, associações de criadores, registros genealógicos, questionários e levantamentos específicos, complementadas por consultas a especialistas. Adicionalmente, foram realizados painéis técnicos com produtores, profissionais e especialistas do setor, abrangendo as cinco regiões brasileiras: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul, com o objetivo de subsidiar a definição de parâmetros técnicos e econômicos e contemplar as especificidades regionais da atividade. A metodologia de painéis, tradicionalmente utilizada na caracterização de propriedades típicas de atividades agropecuárias, foi adaptada à diversidade da equideocultura, buscando estabelecer parâmetros médios representativos dos diferentes sistemas de criação e finalidades de utilização, sem restringir a análise a uma única propriedade modal[3].

A estimativa econômica foi construída com base nos dispêndios médios por animal e no efetivo nacional de equídeos, considerando os gastos identificados nos diferentes segmentos abrangidos pelo estudo. Nos casos em que não havia estatísticas nacionais completas, foram adotados procedimentos de inferência econômica, fundamentados nas informações disponíveis e nos parâmetros estabelecidos pela pesquisa.

Os resultados obtidos refletem os critérios e o escopo metodológico adotados, não devendo ser interpretados como dados censitários ou como a soma dos faturamentos individuais dos agentes envolvidos. Sua finalidade é dimensionar a relevância econômica do complexo de forma integrada, estabelecendo uma referência para análises, comparações e atualizações futuras, à medida que novas informações se tornem disponíveis.

3.2 Distinções entre os levantamentos

Este estudo insere-se na trajetória de dimensionamento econômico do setor iniciada com o "Estudo do Complexo do Agronegócio Cavalo" (Lima; Shirota; Barros, 2006) e atualizada na "Revisão do Estudo do Complexo do Agronegócio do Cavalo" (Lima; Cintra, 2016).

O trabalho original de 2006 teve como objetivo identificar a movimentação financeira e a geração de empregos nos diferentes segmentos da atividade equina, mas não se propôs a mensurar o que posteriormente passou a ser denominado "PIB do Agronegócio do Cavalo", em referência ao Produto Interno Bruto (PIB). Essa ressalva metodológica foi registrada expressamente pelos autores, conforme o trecho reproduzido a seguir:

[3] Para mais detalhes, ver o texto "A standard operating procedure to define typical farms", disponível em: http://www.agribenchmark.org/fileadmin/Dateiablage/B-Beef-and-Sheep/Misc/sop_beef_1801.pdf.

> Usualmente, na análise de cadeias e de complexos agroindustriais o dimensionamento econômico não é baseado no valor adicionado, mas pelo valor bruto da produção. Isto limita a comparação direta entre complexos agroindustriais e não permite verificar de forma direta a importância da atividade na formação do PIB do país. Desta forma, as análises e as conclusões apresentadas no presente estudo e suas possíveis comparações com resultados obtidos em estudos de outros complexos ou cadeias devem ser realizadas com a necessária cautela. Neste trabalho, mede-se o produto gerado nas diversas atividades efetivamente relacionadas ao cavalo no Brasil, e não o PIB do Complexo do Agronegócio Cavalo (Lima; Shirota; Barros, 2006, p. 13).

Assim como o levantamento pioneiro, a revisão de 2016 apresenta diferenças metodológicas em relação à pesquisa atual, o que exige cautela nas comparações diretas. Mais do que uma simples atualização, este estudo promoveu uma reconstrução metodológica, integrando registros administrativos, estatísticas oficiais, dados internacionais, painéis técnicos e levantamentos junto a associações, para mensurar segmentos anteriormente não captados por métodos convencionais. Entre os principais avanços, destaca-se a inclusão de despesas administrativas e de custos do capital investido, além da ampliação do escopo para contemplar também asininos e muares, o que confere maior robustez e abrangência ao retrato econômico da equideocultura brasileira.

Como reflexo desse aprimoramento, ao se comparar a renda gerada exclusivamente pelos equinos com a estimativa de 2016 atualizada pelo Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), observa-se praticamente a duplicação do montante, resultado que reflete tanto o desempenho do setor quanto o maior alcance da nova metodologia. As principais diferenças metodológicas em relação aos levantamentos anteriores estão sintetizadas a seguir.

Tabela 1. Comparativo metodológico entre os estudos do Complexo do Agronegócio do Cavalo de 2006, 2016 e 2026.

Item	Estudo do Complexo do Agronegócio Cavalo (2006)	Revisão do Estudo do Complexo do Agronegócio do Cavalo (2016)	Estudo atual (2026)
Estimativa do Valor Bruto da Produção	Sim	Não	Sim
Estimativa de empregos gerados	Sim	Sim	Sim
Aplicação de questionários	Sim	Não	Sim
Realização de painéis	Não	Não	Sim
Inclusão de asininos e muares	Não	Não	Sim
Utilização de metadados e microdados	Restrita	Restrita	Ampla
Correção de dados oficiais	Não	Não	Sim
Benchmark	Não	Não	Sim
Inclusão de análise da balança de serviços	Não	Não	Sim

Fonte: Elaborado pelo autor.

Edições anteriores do estudo

Este estudo integra o conjunto de publicações de referência sobre a equideocultura brasileira. Conheça as edições anteriores e acompanhe a evolução das metodologias e dos resultados ao longo de duas décadas.

EDIÇÃO ATUAL · 2026

2006

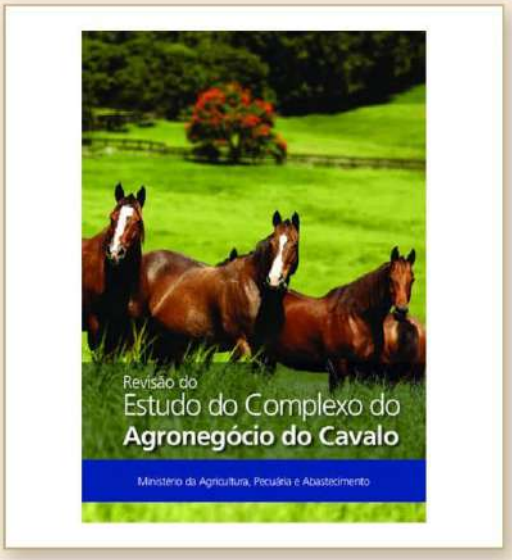


Estudo do Complexo do Agronegócio Cavalo

Lima, Shirota e Barros (2006) · CEPEA/ESALQ/USP, para a CNA

APONTE A CÂMERA PARA ACESSAR

2016



Revisão do Estudo do Complexo do Agronegócio do Cavalo

Lima e Cintra (2016) · Câmara de Equideocultura/MAPA

APONTE A CÂMERA PARA ACESSAR



04

Número de animais e sua distribuição

A mensuração da população de equídeos constitui importante instrumento para a compreensão da dimensão econômica, social e produtiva da equideocultura, subsidiando ações voltadas ao planejamento setorial, à defesa sanitária e à formulação de políticas públicas. Entretanto, a quantificação desse rebanho representa um desafio mundial, seja por meio de levantamentos censitários, seja por meio de estimativas. Diferentemente de outras espécies animais, equinos, asininos e muares estão distribuídos por todo o território e são utilizados em atividades muito distintas, como esporte, lazer, companhia, trabalho, lida e tração.

Essa diversidade de finalidades e formas de utilização resulta, frequentemente, em levantamentos parciais, que refletem parcelas específicas da população, de acordo com os objetivos e critérios adotados por cada instituição responsável pela coleta dos dados. Como consequência, diferentes fontes podem apresentar estimativas bastante distintas para um mesmo território, como ocorre nos Estados Unidos, onde os números referentes à população de equinos variam de 1,9 milhão a 6,65 milhões de cabeças, conforme a fonte consultada.

Tabela 2. Estados Unidos: estimativas da população de equinos, por fonte, em número de cabeças.

Entidade	Estimativa (cabeças)	Ano	Características da população
National Agricultural Statistics Service (NASS), do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA)[1]	2.411.232	2022	Animais em estabelecimentos agropecuários com geração de renda anual superior a US$ 1.000
American Veterinary Medical Association (AVMA)[2]	1.914.394	2016	Animais de companhia
American Horse Council (AHC) Foundation[3]	6.650.000	2023	Levantamento por meio de questionário enviado a proprietários de cavalos
Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO)[4]	6.347.486	2023	Valor imputado

Fonte: Elaborado pelo autor a partir das fontes indicadas nas notas.
[1] Disponível em: https://www.nass.usda.gov/Publications/AgCensus/2022/index.php.
[2] Disponível em: https://aaep.org/wp-content/uploads/2024/02/AAEP_Webinar_05-27-20_-2019_FINAL_AMVA_AAEP_Equine_Report.pdf.
[3] Disponível em: https://horsecouncil.org/economic-impact-study.
[4] Disponível em: https://www.fao.org/faostat/en/#data/QCL.
Nota: Amplitude = (maior estimativa − menor estimativa) ÷ menor estimativa × 100. FAOSTAT: base de dados estatísticos da FAO.

Discrepâncias semelhantes são observadas na Europa, onde os levantamentos realizados por diferentes instituições também divergem quanto ao efetivo de equídeos, conforme compilação da World Horse Welfare (WHW) e da Eurogroup for Animals (EFA), publicada em 2015. Essa variação pode ser constatada pelos valores mínimos e máximos identificados para alguns países europeus.

Tabela 3. Europa: estimativa da população de equídeos em número de cabeças e porcentagem (%).

País	Menor estimativa	Maior estimativa	FAOSTAT	Amplitude (%)
Bélgica	38.968	805.496	38.968	1.967%
Suécia	98.000	360.000	98.000	267%
Países Baixos	137.000	450.000	137.000	228%
Dinamarca	68.000	175.000	68.000	157%
Reino Unido	390.000	1.000.000	390.000	156%
França	461.036	1.000.000	461.036	117%
Lituânia	17.205	36.400	36.400	112%
Irlanda	118.400	200.000	118.400	69%
Grécia	52.885	88.000	88.000	66%
Espanha	502.000	805.496	502.000	60%
Itália	339.000	534.188	339.000	58%
Europa	**4.165.373**	**7.765.943**	**4.258.683**	**86%**

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados de World Horse Welfare e Eurogroup for Animals (2015).

Diante desse cenário, este capítulo reúne e analisa informações provenientes de bases oficiais, registros institucionais e levantamentos complementares realizados no âmbito desta pesquisa, de modo a caracterizar a distribuição e a composição do efetivo de equídeos no Brasil. A seguir, são apresentados os dados disponíveis por espécie e por fonte de informação, considerando as particularidades de cada uma.

4.1 Números oficiais do Brasil

No Brasil, as principais informações estatísticas oficiais relacionadas aos equídeos são disponibilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por meio do Censo Agropecuário e da Pesquisa da Pecuária Municipal (PPM). Essas bases constituem as principais referências nacionais para o acompanhamento da evolução dos rebanhos e da dinâmica da produção pecuária no País.

Embora ambas tenham como objetivo levantar informações sobre os efetivos animais, as pesquisas diferem quanto à abrangência, aos critérios adotados e aos procedimentos de coleta de dados. O Censo Agropecuário do IBGE tem como unidade de investigação o estabelecimento agropecuário, definido como toda unidade de produção ou exploração dedicada, total ou parcialmente, a atividades agropecuárias, florestais ou aquícolas, com finalidade de comercialização ou subsistência. A coleta das informações é realizada por meio de entrevistas diretas com os responsáveis pelos estabelecimentos, conforme os procedimentos metodológicos definidos pelo Instituto. Dessa forma, unidades destinadas exclusivamente a atividades de lazer, esporte, pesquisa ou ensino, que não desenvolvam atividades produtivas enquadradas nos critérios do levantamento, não integram o universo investigado.

A Pesquisa da Pecuária Municipal (PPM), por sua vez, tem como unidade de investigação o município, não sendo realizada por meio de visitas censitárias aos estabelecimentos

agropecuários. As informações são obtidas pela Rede de Coleta do IBGE, mediante consultas a produtores, técnicos, representantes de entidades públicas e privadas e outros agentes ligados aos diferentes elos da cadeia produtiva. A consolidação dos dados considera o conhecimento dos informantes, os registros administrativos e as demais fontes de informação disponíveis em cada município, servindo de base para a elaboração das estimativas anuais dos efetivos pecuários.

4.1.1 Equinos

De acordo com os dados da PPM/IBGE, o efetivo de equinos no Brasil foi estimado em 5,56 milhões de cabeças em 2025. Em comparação com 2024, quando o contingente alcançou 5,70 milhões de animais, houve redução de aproximadamente 2,5% (140.825 cabeças a menos), mas o rebanho nacional manteve-se em patamar superior a 5,5 milhões de equinos.

A distribuição geográfica do rebanho equino brasileiro evidencia maior concentração nas regiões Nordeste e Sudeste, que, juntas, respondem por aproximadamente 48% do efetivo nacional. O Nordeste ocupa a primeira posição, com 25,4% dos animais, seguido pelo Sudeste, com 22,5%. As regiões Centro-Oeste e Norte apresentam participações semelhantes, de 18,7% cada, enquanto o Sul reúne 14,7% do rebanho.

Figura 3. Brasil: efetivo de **equinos** por região, em número de cabeças e participação no total, 2025.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da PPM (IBGE, 2026).

Na comparação com 2024, houve redução do efetivo em todas as regiões, com maior retração no Centro-Oeste (-4,8%), seguido pelo Sudeste (-4,0%), pelo Norte (-1,5%) e pelo Nordeste (-1,1%). O Sul registrou a menor queda (-0,5%). Assim, apesar da distribuição relativamente diversificada do rebanho entre as regiões brasileiras, houve retração do efetivo em todas elas no período analisado.

Os dez estados com os maiores rebanhos equinos concentram aproximadamente 72,5% do efetivo nacional, totalizando 4,03 milhões de animais. Minas Gerais lidera o ranking, com 721.421

equinos (13,0%), seguido pela Bahia (8,9%), pelo Pará (8,8%) e pelo Rio Grande do Sul (8,7%). Também se destacam Mato Grosso (7,4%), São Paulo (6,4%), Goiás (6,1%), Mato Grosso do Sul (4,9%), Maranhão (4,3%) e Paraná (4,1%).

Tabela 4. Brasil: efetivo de equinos por Unidade da Federação (UF), 2024 e 2025 (número de cabeças).

Unidade da Federação	2024	2025	Variação (cabeças)	Variação (%)	Participação no total nacional (%)
Minas Gerais	775.776	721.421	-54.355	-7,0%	13,0%
Bahia	480.197	494.093	13.896	2,9%	8,9%
Pará	499.639	487.854	-11.785	-2,4%	8,8%
Rio Grande do Sul	485.559	483.894	-1.665	-0,3%	8,7%
Mato Grosso	406.723	413.538	6.815	1,7%	7,4%
São Paulo	358.439	354.547	-3.892	-1,1%	6,4%
Goiás	370.091	338.240	-31.851	-8,6%	6,1%
Mato Grosso do Sul	300.910	274.033	-26.877	-8,9%	4,9%
Maranhão	269.761	236.583	-33.178	-12,3%	4,3%
Paraná	233.511	227.430	-6.081	-2,6%	4,1%
Rondônia	201.335	202.260	925	0,5%	3,6%
Tocantins	166.119	153.208	-12.911	-7,8%	2,8%
Ceará	138.890	142.604	3.714	2,7%	2,6%
Pernambuco	133.970	131.033	-2.937	-2,2%	2,4%
Rio de Janeiro	112.366	118.912	6.546	5,8%	2,1%
Santa Catarina	104.795	108.092	3.297	3,1%	1,9%
Alagoas	98.664	102.126	3.462	3,5%	1,8%
Rio Grande do Norte	97.748	95.327	-2.421	-2,5%	1,7%
Acre	85.027	85.221	194	0,2%	1,5%
Paraíba	77.802	79.245	1.443	1,9%	1,4%
Sergipe	72.614	74.263	1.649	2,3%	1,3%
Piauí	58.264	56.715	-1.549	-2,7%	1,0%
Espírito Santo	56.821	56.214	-607	-1,1%	1,0%
Amazonas	50.353	54.503	4.150	8,2%	1,0%
Roraima	42.191	42.587	396	0,9%	0,8%
Distrito Federal	17.927	17.150	-777	-4,3%	0,3%
Amapá	8.659	12.233	3.574	41,3%	0,2%
Brasil	**5.704.151**	**5.563.326**	**-140.825**	**-2,5%**	**100,0%**

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da PPM (IBGE, 2026).

4.1.2 Asininos e muares

Para os asininos e muares, a PPM/IBGE deixou de investigar os respectivos efetivos a partir da edição de 2013. Conforme a justificativa apresentada pelo Instituto, a decisão considerou, entre outros aspectos, a dificuldade de obtenção de estimativas consistentes, decorrente da ausência de cadastros e de registros administrativos que pudessem subsidiar o levantamento. Diante dessa descontinuidade, o Censo Agropecuário 2017 constitui a referência censitária oficial mais recente disponível para essas espécies, tornando necessária a utilização de fontes complementares e procedimentos específicos para atualizar as informações sobre seus efetivos populacionais.

Segundo o Censo Agropecuário 2017, o rebanho brasileiro de muares totaliza 615.498 animais, com distribuição territorial concentrada principalmente nas regiões Nordeste e Norte, que respondem por 42% e 22% do efetivo nacional, respectivamente. O Centro-Oeste participa com 18%, seguido pelo Sudeste, com 16%, e pelo Sul, com aproximadamente 3%. Em conjunto, Nordeste e Norte reúnem 64% da população de muares do País.

Figura 4. Brasil: efetivo de **muares** por região, em número de cabeças e participação no total, 2017.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2017a).

Na distribuição estadual, destacam-se a Bahia e o Pará, cada um com 14% do rebanho nacional, seguidos por Minas Gerais (12%), Maranhão (9%) e Mato Grosso (8%). Também apresentam participação relevante Ceará (6%), Goiás (5%), Mato Grosso do Sul (4%), Tocantins (4%) e Piauí (3%). Os dez estados com os maiores efetivos concentram aproximadamente 80% do rebanho nacional, o que demonstra a expressiva concentração territorial da criação de muares. Esses números reforçam a relevância desses animais para o agronegócio brasileiro, especialmente na lida de campo, no transporte e no apoio às atividades produtivas, além de sua importância cultural e econômica em diferentes regiões do País.

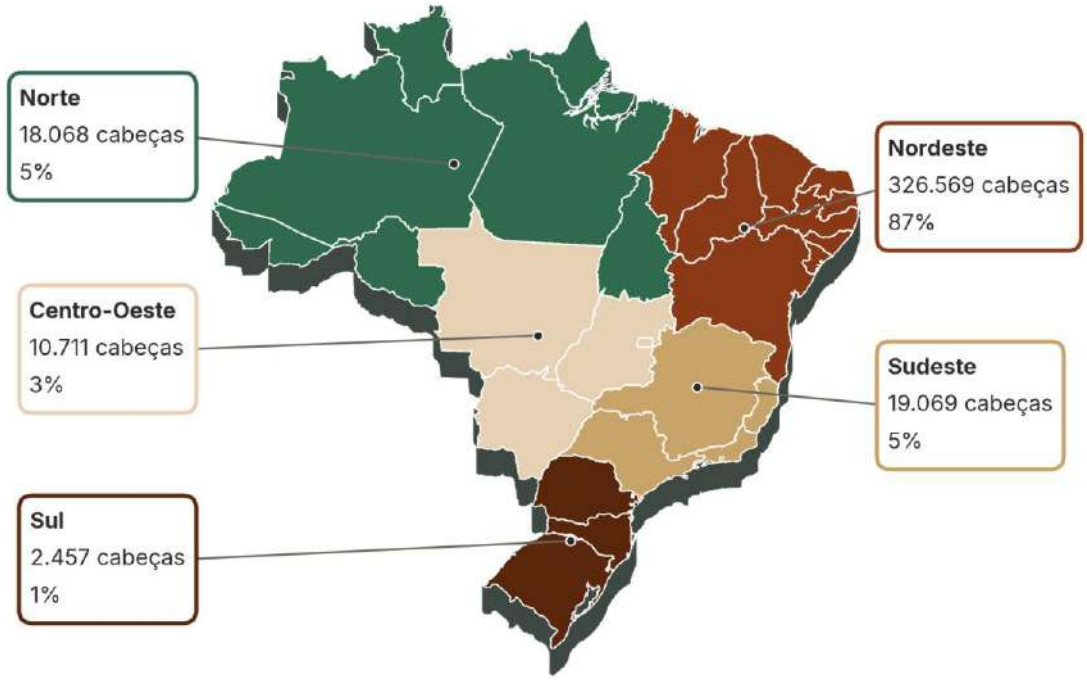
Tabela 5. Brasil: distribuição do efetivo de muares por Unidade da Federação, em número de cabeças e participação percentual no rebanho nacional, 2017.

Unidade da Federação	Cabeças	Participação (%)
Bahia	86.943	14%
Pará	83.159	14%
Minas Gerais	75.466	12%
Maranhão	56.827	9%
Mato Grosso	48.638	8%
Ceará	37.918	6%
Goiás	32.256	5%
Mato Grosso do Sul	27.014	4%
Tocantins	24.767	4%
Piauí	18.679	3%
Pernambuco	18.364	3%
Rondônia	17.701	3%
Paraíba	13.755	2%
Paraná	12.889	2%
São Paulo	12.213	2%
Rio Grande do Norte	9.633	2%
Sergipe	8.953	1%
Alagoas	7.018	1%
Acre	6.188	1%
Rio de Janeiro	4.628	1%
Espírito Santo	4.538	1%
Rio Grande do Sul	3.481	1%
Amazonas	1.991	-
Roraima	1.034	-
Santa Catarina	1.012	-
Distrito Federal	244	-
Amapá	189	-
Brasil	**615.498**	**100%**

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2017a).

Segundo o Censo Agropecuário 2017, o rebanho asinino brasileiro totaliza 376.874 animais, com expressiva concentração na Região Nordeste, que reúne 87% do efetivo nacional, equivalente a 326.569 cabeças. As demais regiões apresentam participação significativamente menor: Sudeste e Norte concentram, cada uma, 5% do rebanho; Centro-Oeste, 3%; e Sul, menos de 1%. Essa distribuição evidencia a forte presença da criação de asininos no Nordeste, região que historicamente se destaca pela adaptação desses animais às condições climáticas e ambientais do semiárido e por sua importância nas atividades produtivas e no meio rural.

Figura 5. Brasil: efetivo de **asininos** por região, em número de cabeças e participação no total, 2017.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2017a).

Na distribuição estadual, a Bahia lidera o ranking nacional, com 93.154 animais, correspondentes a 25% do rebanho brasileiro. Em seguida, destacam-se Ceará (14%), Piauí (13%), Maranhão (11%), Paraíba (8%) e Pernambuco (7%). Juntos, esses seis estados concentram aproximadamente 78% do efetivo nacional, demonstrando a predominância nordestina na criação de asininos (Tabela 6). Fora dessa região, Minas Gerais apresenta o maior rebanho, com 4% do total brasileiro, seguido pelo Pará, com 3%. Essa distribuição evidencia a importância dos asininos na composição do Complexo do Agronegócio do Cavalo, especialmente em regiões onde esses animais mantêm vínculos com atividades produtivas e práticas socioeconômicas locais.

Tabela 6. Brasil: distribuição do efetivo de asininos por Unidade da Federação, em número de cabeças e participação percentual no rebanho nacional, 2017.

Unidade da Federação	Cabeças	Participação (%)
Bahia	93.154	25%
Ceará	53.233	14%
Piauí	50.718	13%
Maranhão	41.147	11%
Paraíba	30.555	8%
Pernambuco	26.546	7%
Minas Gerais	15.274	4%
Rio Grande do Norte	14.860	4%
Pará	11.703	3%
Sergipe	8.483	2%
Alagoas	7.873	2%
Goiás	4.961	1%
Mato Grosso	3.573	1%
Tocantins	3.389	1%
São Paulo	2.659	1%
Mato Grosso do Sul	2.109	1%
Rondônia	1.571	-
Paraná	1.088	-
Rio Grande do Sul	1.008	-
Espírito Santo	596	-
Roraima	562	-
Rio de Janeiro	540	-
Acre	511	-
Santa Catarina	361	-
Amazonas	284	-
Distrito Federal	68	-
Amapá	48	-
Brasil	**376.874**	**100%**

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2017a).

A análise da distribuição nacional de asininos e muares evidencia a importância histórica e produtiva desses animais na composição do rebanho brasileiro, com predominância expressiva em determinadas regiões, especialmente no Nordeste. Tradicionalmente associados ao transporte, à tração e ao apoio às atividades agropecuárias, esses animais mantêm sua relevância, sobretudo os muares, cuja rusticidade, resistência e capacidade de trabalho continuam sendo atributos valorizados na lida de campo. Paralelamente, novas possibilidades de utilização ampliam o horizonte de desenvolvimento desses segmentos, impulsionadas pela valorização de animais de raças definidas, pelo aprimoramento genético e pela seleção de características morfológicas e funcionais específicas. Esse movimento também se reflete na expansão de sua participação em atividades esportivas, provas equestres e modalidades de lazer, contribuindo para diversificar as finalidades de criação e fortalecer novos nichos de mercado.

4.1.3 Registros oficiais dos animais de raça

O registro genealógico dos equídeos de raça no Brasil é realizado por associações de criadores que recebem do MAPA o registro e a autorização para executar esse serviço. Essas entidades são responsáveis pela identificação e pelo controle genealógico dos animais, o que permite caracterizar a população de equídeos de raças definidas no País. No segmento de equídeos, estão cadastradas 17 entidades responsáveis pela execução dos serviços de registro genealógico, sendo 16 dedicadas aos equinos e uma aos asininos e muares. Para fins de dimensionamento do plantel registrado, consideram-se ativos os animais vivos, com registro genealógico e cadastro regularizado junto às respectivas associações. Conforme dados do MAPA (2026a), o Brasil contabilizava, em 2025, 2.031.095 equídeos nessa condição (1.985.097 equinos, 34.750 asininos e 11.248 muares), pertencentes a 425.511 criadores.

Tabela 7. Brasil: associações de criadores de equídeos ativas no registro genealógico do MAPA, dezembro de 2025.

Nº no MAPA	Sigla	Entidade	Raça(s)
048	ABCB	Associação Brasileira de Criadores de Cavalo Bretão	Bretão
020	ABCCA	Associação Brasileira dos Criadores do Cavalo Árabe	Puro-Sangue Árabe, Anglo-Árabe e Cruza-Árabe
022	ABCCC[a]	Associação Brasileira de Criadores de Cavalo Campolina	Campolina
024	ABCCC[a]	Associação Brasileira de Criadores de Cavalos Crioulos	Crioulo
042	ABCCH	Associação Brasileira de Criadores do Cavalo de Hipismo	Brasileiro de Hipismo e suas raças formadoras[b]
021	ABCCMM	Associação Brasileira dos Criadores do Cavalo Mangalarga Marchador	Mangalarga Marchador
017	ABCCP	Associação Brasileira de Criadores de Cavalo Pantaneiro	Pantaneiro
015	ABCCRM	Associação Brasileira de Criadores de Cavalos da Raça Mangalarga	Mangalarga
051	ABCCT	Associação Brasileira dos Criadores de Cavalo Trotador	Trotador Brasileiro
023	ABCJP	Associação Brasileira dos Criadores do Jumento Pêga	Jumento Pêga e muares gerados a partir do cruzamento de jumento Pêga com éguas de diferentes raças equinas
052	ABCPaint	Associação Brasileira de Paint Horse	Paint Horse
010	ABCPCC	Associação Brasileira de Criadores e Proprietários do Cavalo de Corrida	Puro-Sangue Inglês
028	ABCPÔNEI	Associação Brasileira dos Criadores de Cavalo Pônei	Pônei Brasileiro, Piquira, Shetland, Welsh Pony (Pônei Galês/Welsh Mountain Pony), Haflinger, Fjord e Reitpony (ou Pônei de Hipismo)
054	ABPSL	Associação Brasileira de Criadores do Cavalo Puro-Sangue Lusitano	Puro-Sangue Lusitano
018	ABQM	Associação Brasileira de Criadores de Cavalo Quarto de Milha	Quarto de Milha
047	ABRACCC	Associação Brasileira dos Criadores de Cavalo Campeiro	Campeiro
012	ANC	Associação Nacional de Criadores (Herd Book Collares)	Morgan, Percheron e Marchador do Tennessee (Tennessee Walking Horse)

Fonte: MAPA (2026a).

[a] Tanto a Associação Brasileira de Criadores de Cavalos Crioulos quanto a Associação Brasileira de Criadores de Cavalo Campolina possuem a mesma sigla no cadastro do MAPA: ABCCC. Para distingui-las, este estudo adota ABCCC para a primeira e ABCCCampolina para a segunda.

[b] São consideradas raças formadoras do Brasileiro de Hipismo: Árabe, Anglo-Árabe, Andaluz, Anglo European, American Saddlebred, American Warmblood, Bavarian, Bayern, Hannoveriana, Hessen, Holsteiner, Mecklenburg, Anglo Normando, Friesian, Oldenburger, Puro-Sangue Inglês, Rheinland, Sachsen-Anhalt, Sela Argentina, Sela Belga, Sela Dinamarquesa, Sela Francesa, Sela Holandesa, Sela Irlandesa, Sela Italiana, Sela Luxemburguesa, Sela Mexicana, Sela Norueguesa, Sela Polonesa, Sela Suíça, Sela Sueca, Sela Uruguaia, Trakehner, Westfalen, Württemberger, Zangersheide e Zweibrücker.

Tabela 8. Brasil: equídeos com registro genealógico ativo, novos registros e número de criadores por associação e raça, 2025.

Posição	Associação	Raça	Animais ativos	Novos registros			Criadores		
				Definitivos	Provisórios	Total	Associados	Não associados	Total
1º	ABQM	Quarto de Milha	704.342	24.692	-	24.692	57.292	206.494	263.786
2º	ABCCMM	Mangalarga Marchador	526.697	18.096	27.500	45.596	26.088	2.459	28.547
3º	ABCCC	Crioulo	468.973	12.283	4.515	16.798	5.003	94.338	99.341
4º	ABCCRM	Mangalarga	58.627	709	1.924	2.633	2.134	3.257	5.391
5º	ABCCCampolina	Campolina	41.822	679	899	1.578	1.153	407	1.560
6º	ABCPÔNEI	Pônei[a]	34.586	394	480	874	345	227	572
7º	ABCCA	Puro-Sangue Árabe	27.288	126	335	461	805	2.005	2.810
		Cruza-Árabe	2.405	5	17	22			
		Anglo-Árabe	1.238	2	11	13			
8º	ABCPaint	Paint Horse	30.298	795	-	795	733	7.269	8.002
9º	ABCCH	Diversas[b]	28.654	1.788	-	1.788	376	8.507	8.883
10º	ABCCP	Pantaneiro	25.349	344	645	989	118	-	118
11º	ABCPCC	Puro-Sangue Inglês	17.372	2.128	161	2.289	198	864	1.062
12º	ABPSL	Puro-Sangue Lusitano	10.006	438	-	438	172	4.620	4.792
13º	ABCCT	Trotador Brasileiro	3.632	-	-	-	55	23	78
14º	ANC	Percheron	1.574	49	51	100	nd[c]	nd	nd
15º	ABCB	Bretão	1.255	7	16	23	30	423	453
16º	ABRACCC	Campeiro	979	94	137	231	109	7	116
	Subtotal (equinos)		1.985.097	62.629	36.691	99.320	94.611	330.900	425.511
17º	ABCJP	Jumento Pêga	34.750	512	810	1.322	nd	nd	nd
		Muar Pêga	11.248	1.468	-	1.468			
Total (equídeos)			2.031.095	64.609	37.501	102.110	94.611	330.900	425.511

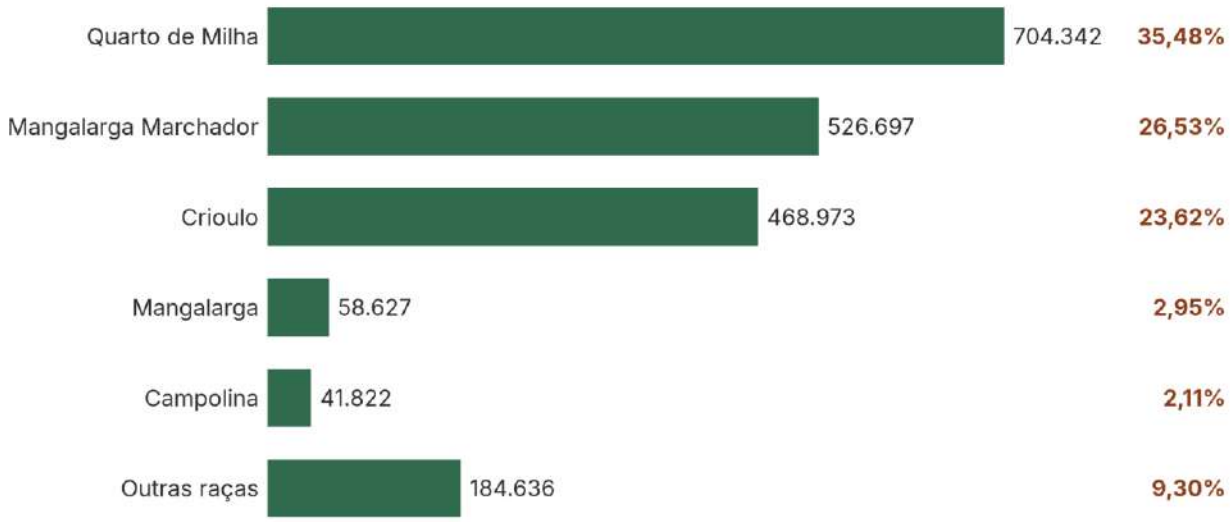
Fonte: MAPA (2026a).

[a] Inclui as raças Fjord, Haflinger, Piquira, Pônei Brasileiro, Reitpony, Shetland e Welsh Mountain Pony.

[c] nd = informação não disponível no Painel do Registro Genealógico do MAPA (2026a).

A população de equinos de raça no Brasil apresenta elevada concentração em três raças, que, juntas, representam 85,6% dos animais ativos registrados: Quarto de Milha (35,48%), Mangalarga Marchador (26,53%) e Crioulo (23,62%). Esse cenário evidencia a expressiva representatividade dessas raças na composição do plantel de equinos registrados no País. As demais raças, vinculadas às outras associações, respondem conjuntamente por 14,4% do plantel, com destaque para a Mangalarga (2,95%) e a Campolina (2,11%).

Figura 6. Brasil: distribuição dos equinos ativos no registro genealógico, por raça, em número de animais e participação no total, 2025.



Fonte: MAPA (2026a).

A representatividade de cada associação de criadores no total de animais ativos com registro genealógico é apresentada na tabela a seguir.

Tabela 9. Brasil: equídeos com registro genealógico ativo por associação e raça, em número de animais e participação nos totais de equinos e equídeos registrados, 2025.

Associação	Raça(s)	Animais ativos	Participação no total de equinos (%)	Participação no total de equídeos (%)
ABQM	Quarto de Milha	704.342	35,48%	34,68%
ABCCMM	Mangalarga Marchador	526.697	26,53%	25,93%
ABCCC	Crioulo	468.973	23,62%	23,09%
ABCCRM	Mangalarga	58.627	2,95%	2,89%
ABCJP	Jumento Pêga e Muar Pêga	45.998	-	2,26%
ABCCCampolina	Campolina	41.822	2,11%	2,06%
ABCPÔNEI	Pôneis[a]	34.586	1,74%	1,70%
ABCCA	Puro-Sangue Árabe, Cruza-Árabe e Anglo-Árabe	30.931	1,56%	1,52%
ABCPaint	Paint Horse	30.298	1,53%	1,49%
ABCCH	Brasileiro de Hipismo e raças formadoras[b]	28.654	1,44%	1,41%
ABCCP	Pantaneiro	25.349	1,28%	1,25%
ABCPCC	Puro-Sangue Inglês	17.372	0,88%	0,86%
ABPSL	Puro-Sangue Lusitano	10.006	0,50%	0,49%
ABCCT	Trotador Brasileiro	3.632	0,18%	0,18%
ANC	Percheron	1.574	0,08%	0,08%
ABCB	Bretão	1.255	0,06%	0,06%
ABRACCC	Campeiro	979	0,05%	0,05%
Total		**2.031.095**	**100,00%**	**100,00%**

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do MAPA (2026a).
[a] Inclui Fjord, Haflinger, Piquira, Pônei Brasileiro, Reitpony, Shetland e Welsh Mountain Pony.
Nota: A participação no total de equinos tem como base o subtotal de 1.985.097 equinos (excluindo asininos e muares).

Além das raças com maior representatividade no plantel nacional, outras também integram o universo de equinos com registros genealógicos no Brasil. Nesse contexto, destaca-se a atuação da Associação Brasileira de Criadores do Cavalo de Hipismo (ABCCH), responsável pelo Serviço de Registro Genealógico do Brasileiro de Hipismo (BH) e do Puro-Sangue Friesian, além do controle de genealogia e do cadastramento de raças formadoras do BH. Essa estrutura contempla diferentes origens raciais e contribui para a diversidade genética e a caracterização da população de equinos registrados no País.

Tabela 10. Brasil: registro genealógico de equinos na ABCCH, por raça: animais ativos e novos registros, 2025.

Raça	Animais ativos	Novos registros		
		Definitivos	Provisórios	Total
American Warmblood	1	-	-	-
American Saddlebred	1	-	-	-
Anglo European	5	3	-	3
Anglo Normando	1	-	-	-
Bavarian	1	-	-	-
Bayern	2	1	-	1
Brasileiro de Hipismo	25.831	1.538	-	1.538
Cruzado Friesian	27	6	-	6
Friesian	406	70	-	70
Hannoveriana	135	3	-	3
Hessen	1	-	-	-
Holsteiner	594	4	-	4
Magyar Sportló	-	1	-	1
Mecklenburg	1	-	-	-
Oldenburger	79	20	-	20
Puro-Sangue Inglês Rheinland[a]	13	-	-	-
Sela Argentina	72	13	-	13
Sela Belga	194	32	-	32
Sela Estoniana	1	-	-	-
Sela Francesa	195	15	-	15
Sela Holandesa	386	18	-	18
Sela Irlandesa	2	-	-	-
Sela Italiana	7	3	-	3
Sela Luxemburguesa	4	-	-	-
Sela Mexicana	2	-	-	-
Sela Norueguesa	1	-	-	-
Sela Polonesa	1	-	-	-
Sela Sueca	19	-	-	-
Sela Uruguaia	2	-	-	-
Trakehner	101	-	-	-
Westfalen	409	1	-	1
Württemberger	3	-	-	-
Zangersheide	156	60	-	60
Zweibrücker	1	-	-	-
Total	**28.654**	**1.788**	**-**	**1.788**

Fonte: MAPA (2026a).

[a] Conforme registrado no Painel do MAPA.

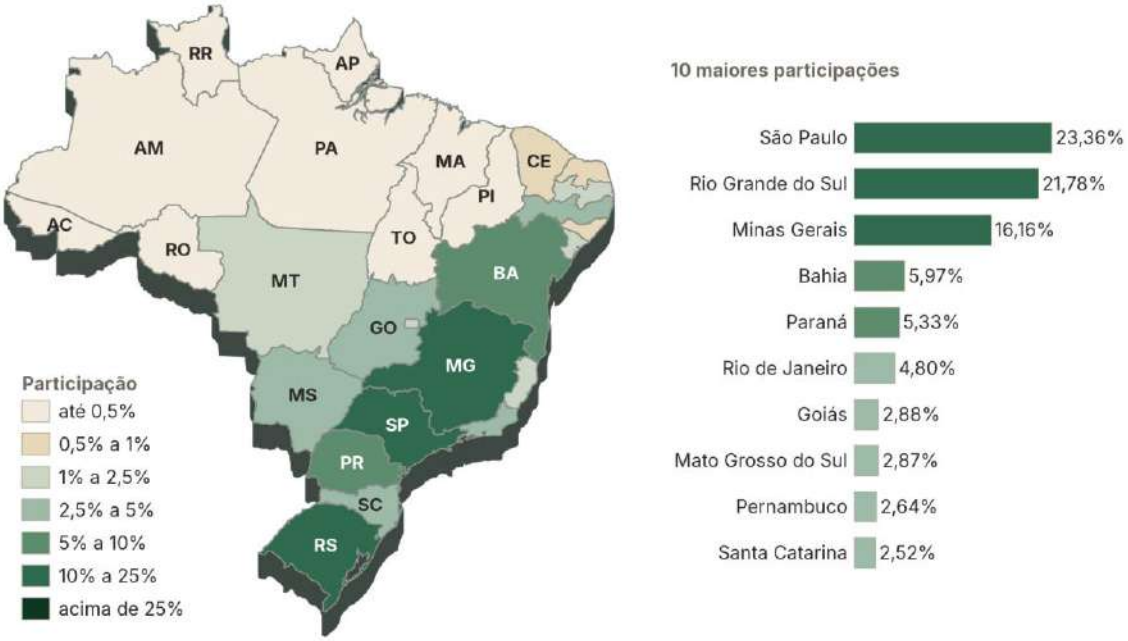
A distribuição regional dos equídeos com registro genealógico permite identificar a concentração do plantel de animais de raça nas diferentes regiões brasileiras e compreender sua participação na composição do efetivo nacional.

Figura 7. Brasil: distribuição dos equídeos ativos no registro genealógico, por região, em participação percentual no total (%), 2025.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do MAPA (2026a).

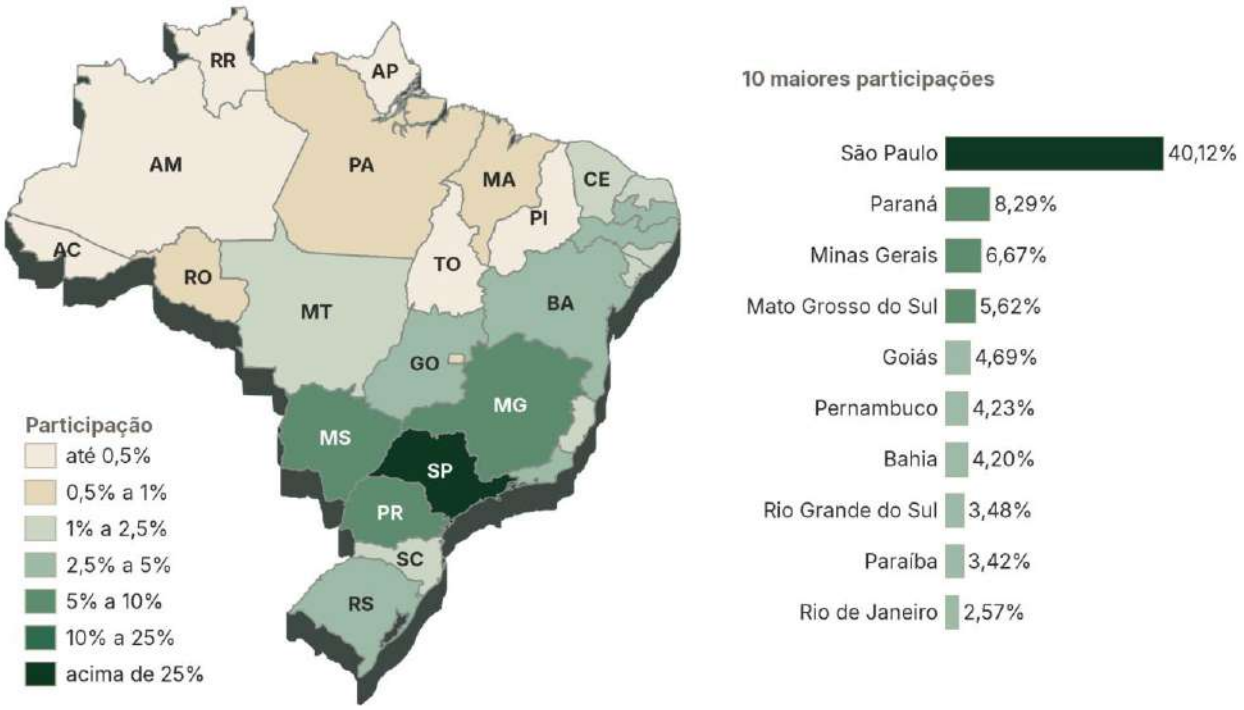
Figura 8. Brasil: distribuição dos equídeos ativos no registro genealógico, por Unidade da Federação, em participação percentual no total (%), 2025.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do MAPA (2026a).

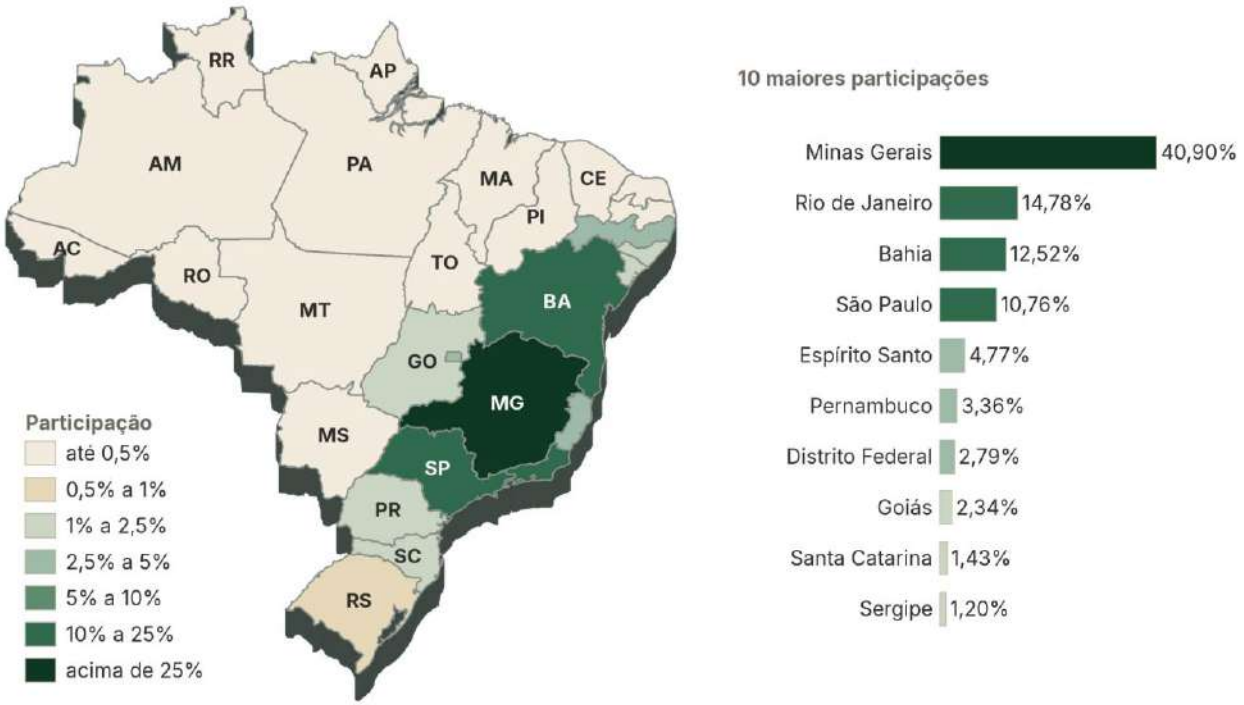
A seguir, apresenta-se a distribuição, por Unidade da Federação, das três raças equinas com maior número de animais registrados (Quarto de Milha, Mangalarga Marchador e Crioulo), bem como dos asininos e muares da raça Pêga, únicos com registro genealógico no País.

Figura 9. Brasil: distribuição dos cavalos **Quarto de Milha** ativos no registro genealógico, por Unidade da Federação, em participação percentual no total (%), 2025.



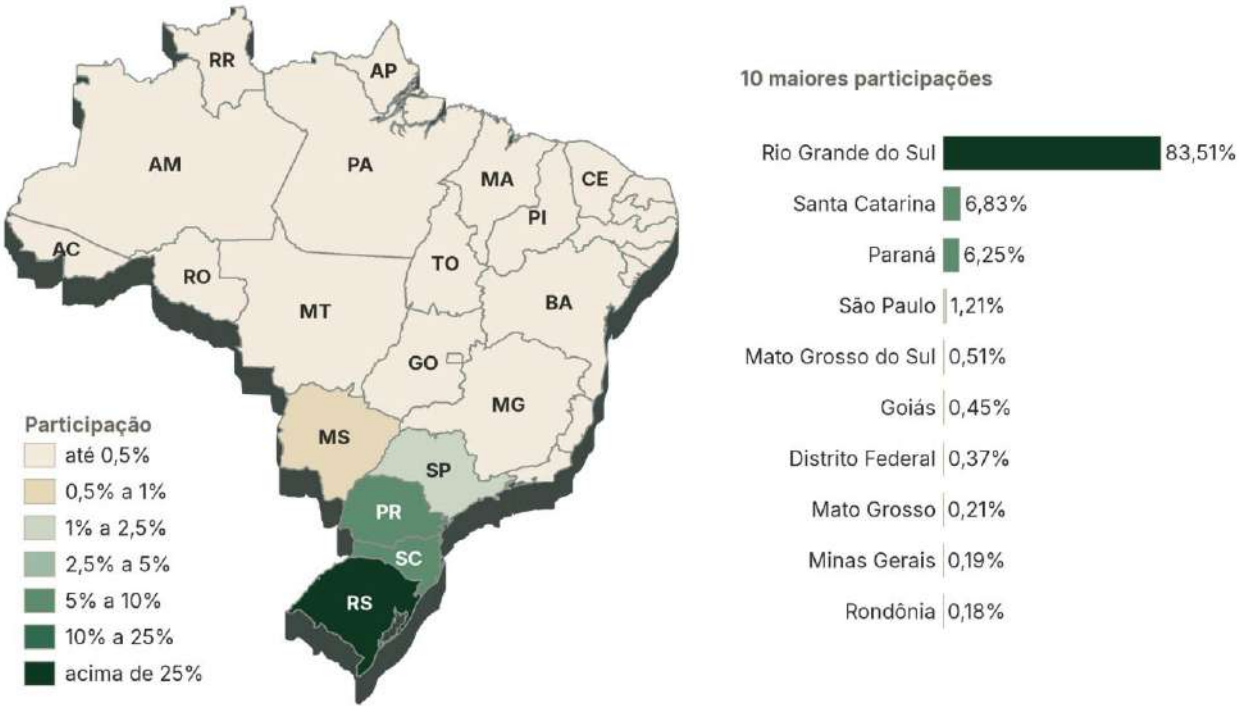
Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do MAPA (2026a).

Figura 10. Brasil: distribuição dos cavalos **Mangalarga Marchador** ativos no registro genealógico, por Unidade da Federação, em participação percentual no total (%), 2025.



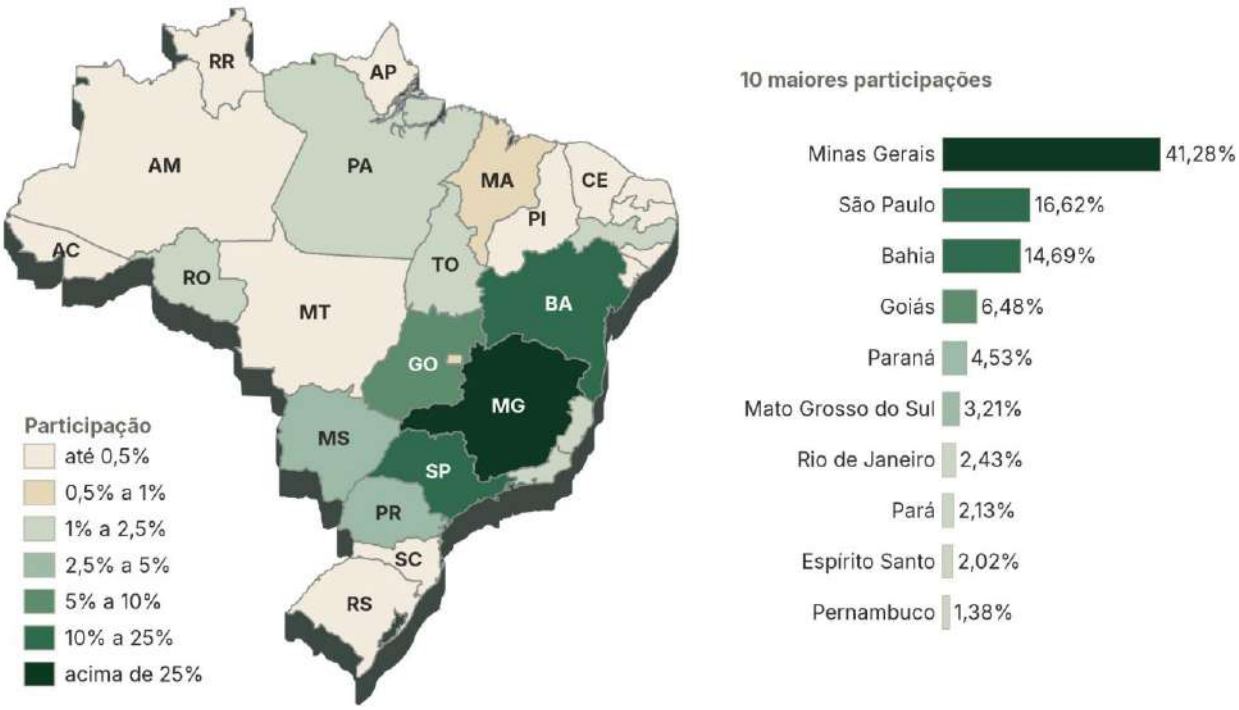
Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do MAPA (2026a).

Figura 11. Brasil: distribuição dos cavalos da raça **Crioulo** ativos no registro genealógico, por Unidade da Federação, em participação percentual no total (%), 2025.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do MAPA (2026a).

Figura 12. Brasil: distribuição dos asininos e muares da raça **Pêga** ativos no registro genealógico, por Unidade da Federação, em participação percentual no total (%), 2025.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do MAPA (2026a).

A distribuição dos equinos com registro genealógico também permite observar diferenças regionais na composição do plantel e oferece indicativos sobre o perfil da criação e das atividades

desenvolvidas em cada localidade. A maior participação de animais de determinadas raças pode estar associada a finalidades específicas de utilização, como esporte, lazer e trabalho, influenciando a demanda por serviços especializados, incluindo treinamento, assistência veterinária, reprodução, nutrição e manejo. Dessa forma, a presença de animais de raça contribui não apenas para caracterizar o perfil da equideocultura regional, mas também para compreender a diversidade de atividades e serviços que integram o Complexo do Agronegócio do Cavalo.

4.2 Estimativa da população de equídeos no Brasil

O presente estudo buscou atualizar e ampliar as estimativas da população de equídeos no Brasil, estabelecendo uma referência mais abrangente da dimensão e da distribuição territorial do rebanho nacional. Para isso, além das informações provenientes das bases oficiais, foram adotados procedimentos complementares de levantamento e estimativa, com o propósito de contemplar contingentes de animais que, em razão dos critérios e das unidades de investigação dessas bases, podem não ser integralmente captados pelos levantamentos estatísticos disponíveis.

Com base nos critérios adotados, estima-se que o efetivo total de equídeos no Brasil seja de aproximadamente 9,3 milhões de animais: 7,40 milhões de equinos e 1,9 milhão de asininos e muares (1,16 milhão de muares e 739,5 mil asininos).

Figura 13. Brasil: estimativa da população de equídeos, por espécie.



Fonte: Do autor. Resultado da pesquisa Estudo do Complexo do Agronegócio do Cavalo, 2026.

As estimativas da população de animais de raça foram elaboradas com base em informações fornecidas pelas respectivas associações de raça. Embora o resultado consolidado corresponda a aproximadamente 2,03 milhões de animais, a composição desse quantitativo apresenta variações entre as raças, em função das diferenças nos critérios e regulamentos adotados pelas associações para a manutenção dos registros genealógicos, especialmente no que se refere à exclusão ou à permanência de animais no cadastro em razão da idade.

Tabela 11. Brasil: estimativa da população de equídeos, por espécie e raça, em mil cabeças e participação no total (%).

Espécie/raça	Mil cabeças	% no total de equinos de raça	% no total de equinos	% no total de equídeos
Mangalarga Marchador	777	39,14%	10,51%	8,36%
Crioulo	508	25,59%	6,87%	5,47%
Quarto de Milha	436	21,96%	5,90%	4,69%
Campolina	50	2,52%	0,68%	0,54%
Mangalarga	45	2,27%	0,61%	0,48%
Puro-Sangue Árabe	31	1,56%	0,42%	0,33%
Pantaneiro	30	1,51%	0,41%	0,32%
Paint Horse	30	1,51%	0,41%	0,32%
Puro-Sangue Inglês	22	1,11%	0,30%	0,24%
Brasileiro de Hipismo	18	0,91%	0,24%	0,19%
Puro-Sangue Lusitano	13	0,65%	0,18%	0,14%
Pônei[1]	12	0,60%	0,16%	0,13%
Outras raças[2]	13	0,65%	0,18%	0,14%
Subtotal (equinos de raça)	**1.985**	**100,00%**	**26,84%**	**21,36%**
Equinos sem raça definida (SRD)	5.411	-	73,16%	58,24%
Total (equinos)	7.396	-	100,00%	79,60%
Asininos Pêga	35	-	-	0,38%
Muares Pêga	11	-	-	0,12%
Outros asininos	704	-	-	7,58%
Outros muares	1.145	-	-	12,32%
Total (equídeos)	**9.291**	**-**	**-**	**100,00%**

Fonte: Do autor. Resultado da pesquisa Estudo do Complexo do Agronegócio do Cavalo, 2026.

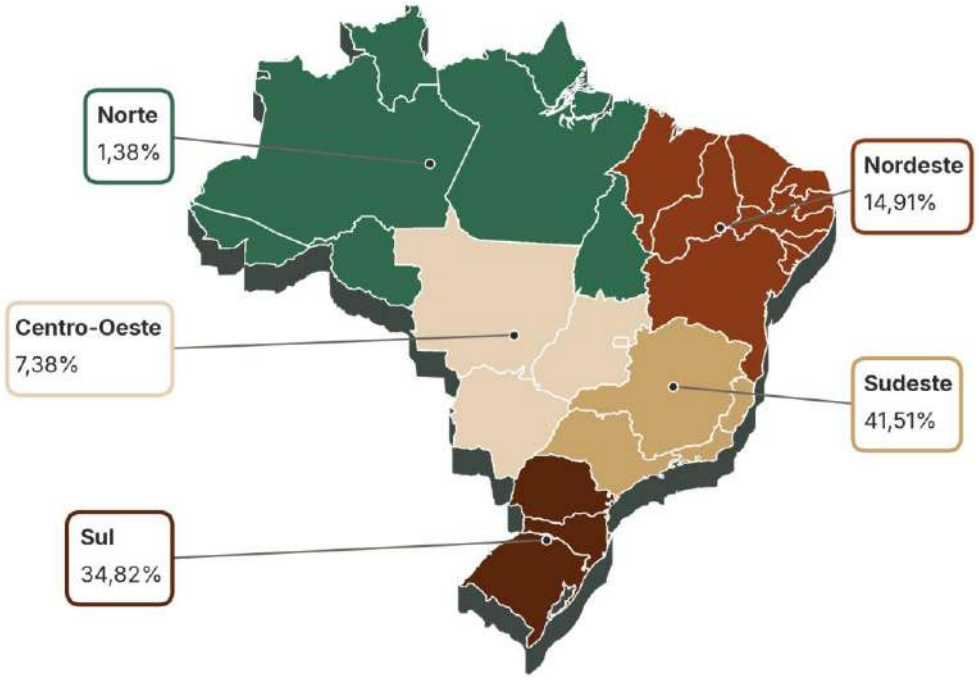
[1] Inclui as raças Pônei Brasileiro, Piquira, Haflinger, Welsh Mountain Pony, Shetland, Fjord e Reitpony (Pônei de Hipismo).

[2] Raças com menos de 3.000 animais no Brasil: American Warmblood, American Saddlebred, Anglo-Árabe, Anglo European, Anglo Normando, Bavarian, Bayern, Bretão, Campeiro, Cruza-Árabe, Friesian, Hannoveriana, Hessen, Holsteiner, Lavradeiro, Mecklenburg, Morgan, Nordestino, Oldenburger, Percheron, Puro-Sangue Inglês Rheinland, Sachsen-Anhalt, Sela Argentina, Sela Belga, Sela Dinamarquesa, Sela Estoniana, Sela Francesa, Sela Holandesa, Sela Irlandesa, Sela Italiana, Sela Luxemburguesa, Sela Mexicana, Sela Norueguesa, Sela Polonesa, Sela Sueca, Sela Uruguaia, Trakehner, Westfalen, Württemberger, Zangersheide e Zweibrücker.

A distribuição regional dos equídeos de raça evidencia diferenças na composição e na concentração dos rebanhos, com predominância das regiões Sudeste (41,51%) e Sul (34,82%), que, juntas, concentram mais de 76% dos animais identificados. O Nordeste participa com 14,91%,

seguido pelo Centro-Oeste (7,38%) e pelo Norte (1,38%). Essa configuração reflete a diversidade da equideocultura brasileira, marcada por diferentes perfis de criação, seleção genética e finalidades de utilização dos animais em cada região.

Figura 14. Brasil: distribuição estimada dos equídeos de raça, por região, em participação no total (%).



Fonte: Do autor. Resultado da pesquisa Estudo do Complexo do Agronegócio do Cavalo, 2026.

Embora as estimativas da pesquisa confirmem a elevada concentração do plantel nacional nas três principais raças, observa-se uma inversão na ordem de representatividade em relação aos dados oficiais do registro genealógico do MAPA. Nesse levantamento estimativo, o Mangalarga Marchador assume a liderança isolada do plantel nacional, com 777 mil cabeças (38,26%), seguido pelo Crioulo, com 508 mil cabeças (25,01%), enquanto o Quarto de Milha passa a ocupar a terceira posição, contabilizando 436 mil cabeças (21,47%). As demais raças reúnem 302 mil animais (14,87%), mantendo a expressiva concentração geográfica do rebanho nos estados do Rio Grande do Sul (26,69%), Minas Gerais (20,78%) e São Paulo (11,23%), que juntos abrigam 58,7% do efetivo estimado.

Tabela 12. Brasil: distribuição estimada dos equídeos de raça, por Unidade da Federação e raça, em mil cabeças e participação no total (%).

UF	Mangalarga Marchador	Crioulo	Quarto de Milha	Outras raças	Total (mil cabeças)	Participação (%)
RS	4	421	15	100	542	26,69%
MG	318	1	31	70	422	20,78%
SP	84	10	107	26	228	11,23%
RJ	115	1	12	18	147	7,24%
BA	97	-	25	10	133	6,55%
PR	9	32	31	37	109	5,37%
SC	11	34	6	5	56	2,76%
GO	18	1	24	9	52	2,56%
PE	26	-	26	-	52	2,56%
ES	37	-	5	4	46	2,26%
MS	2	2	22	18	44	2,17%
DF	22	3	3	5	33	1,62%
PB	2	-	20	-	22	1,08%
CE	4	-	17	-	21	1,03%
MT	2	2	17	-	21	1,03%
SE	9	-	12	-	21	1,03%
AL	9	-	11	-	20	0,98%
RN	2	-	17	-	19	0,94%
PA	3	-	7	-	10	0,49%
MA	1	-	8	-	9	0,44%
RO	-	1	7	-	8	0,39%
PI	1	-	5	-	6	0,30%
TO	1	-	5	-	6	0,30%
AC	-	-	2	-	2	0,10%
AM	-	-	1	-	1	0,05%
AP	-	-	-	-	1	0,05%
RR	-	-	-	-	-	-
Total	**777**	**508**	**436**	**302**	**2.031**	**100,00%**

Fonte: Do autor. Resultado da pesquisa Estudo do Complexo do Agronegócio do Cavalo, 2026.

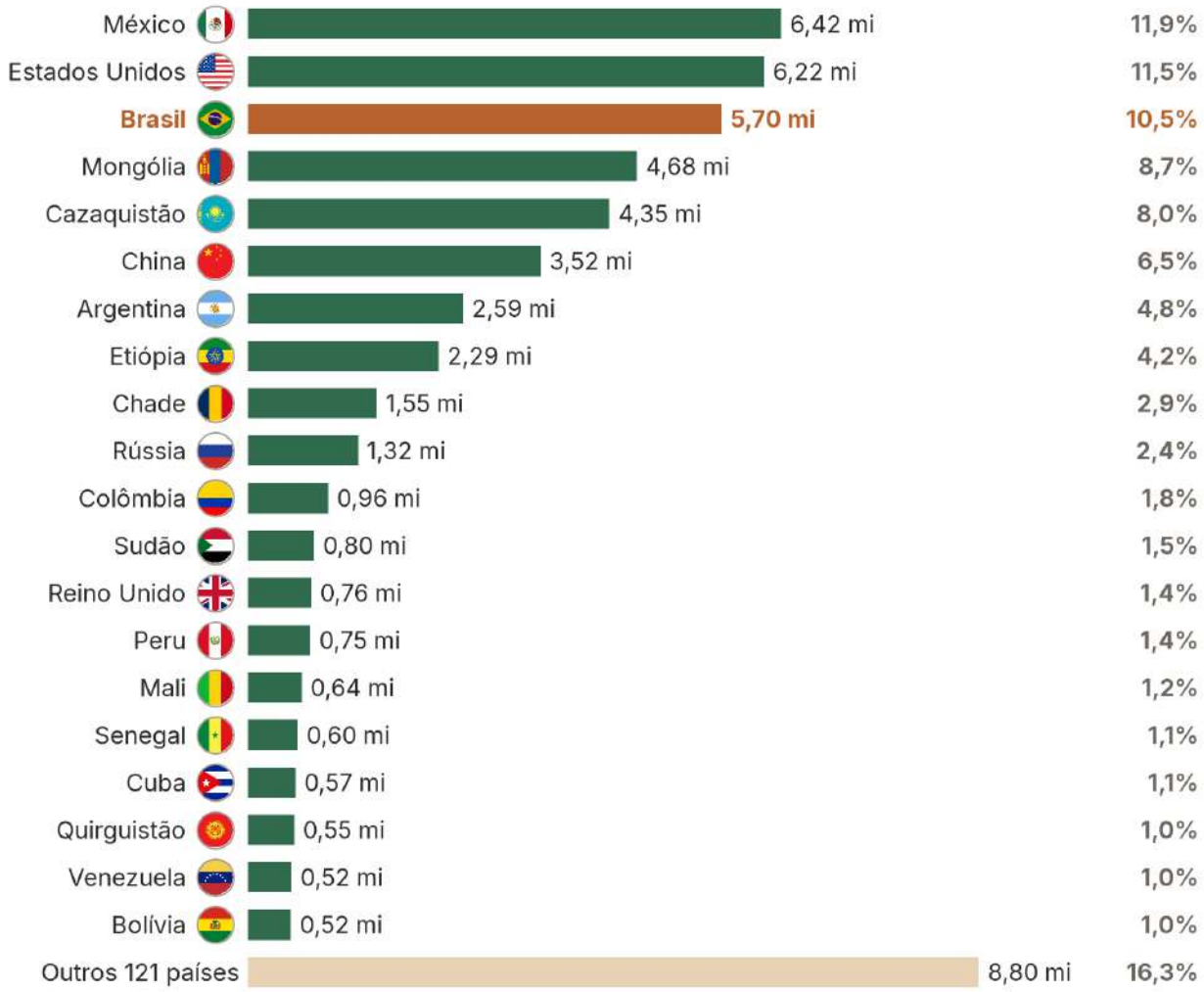
Nota: Eventuais diferenças no somatório dos valores totais (em mil cabeças) decorrem de arredondamentos.

4.3 População mundial de equídeos segundo a FAO

Os dados sobre a população de equídeos divulgados pela FAO são compilados a partir de diferentes fontes de informação, conforme a disponibilidade e a estrutura estatística de cada país. A principal referência são as estatísticas oficiais fornecidas pelos países-membros, provenientes de pesquisas nacionais, registros administrativos ou estimativas elaboradas por órgãos competentes. Na ausência de dados oficiais, a FAO pode recorrer a fontes não oficiais especializadas e, quando não há informações alternativas disponíveis, aplicar procedimentos de imputação estatística. No Brasil, a PPM/IBGE constitui uma das principais referências oficiais para a estimativa do efetivo de equinos.

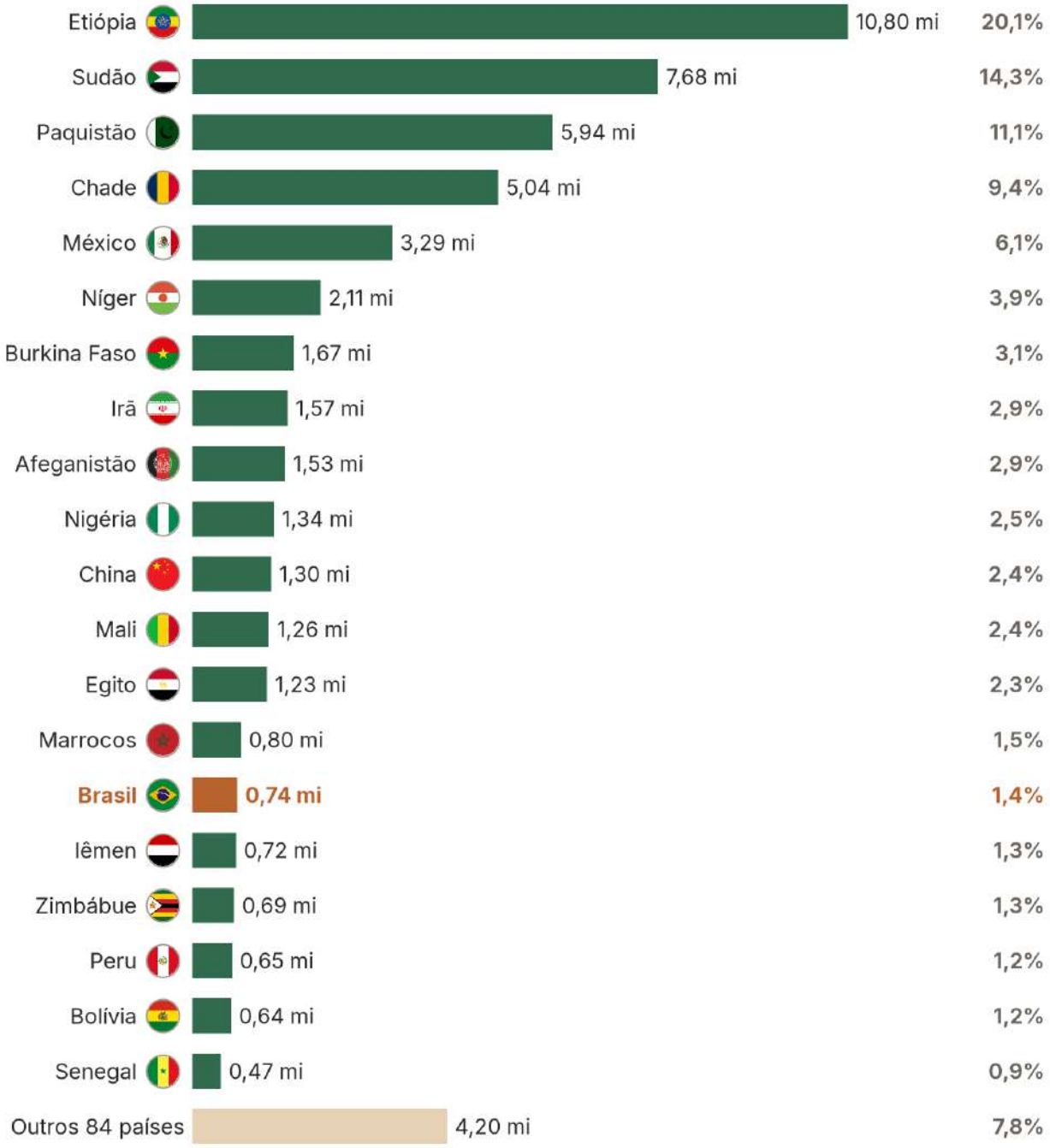
As estimativas divulgadas pela FAO são produzidas a partir de modelos estatísticos que incorporam técnicas de machine learning, considerando padrões regionais, tendências históricas e procedimentos de suavização das séries temporais. Entre os métodos empregados estão medidas de tendência central, modelos de regressão, funções exponenciais e logísticas, técnicas de interpolação, modelos ARIMA, LOESS, splines, MARS e modelos mistos. Embora essa abordagem contribua para a consistência estatística e a continuidade das séries históricas, os resultados podem não refletir integralmente a dinâmica dos rebanhos em cada país. Ainda assim, os dados permitem caracterizar a distribuição geográfica da população mundial de equídeos, que apresenta ampla dispersão territorial.

Figura 15. Mundo: distribuição da população de equinos, por país, 2024.



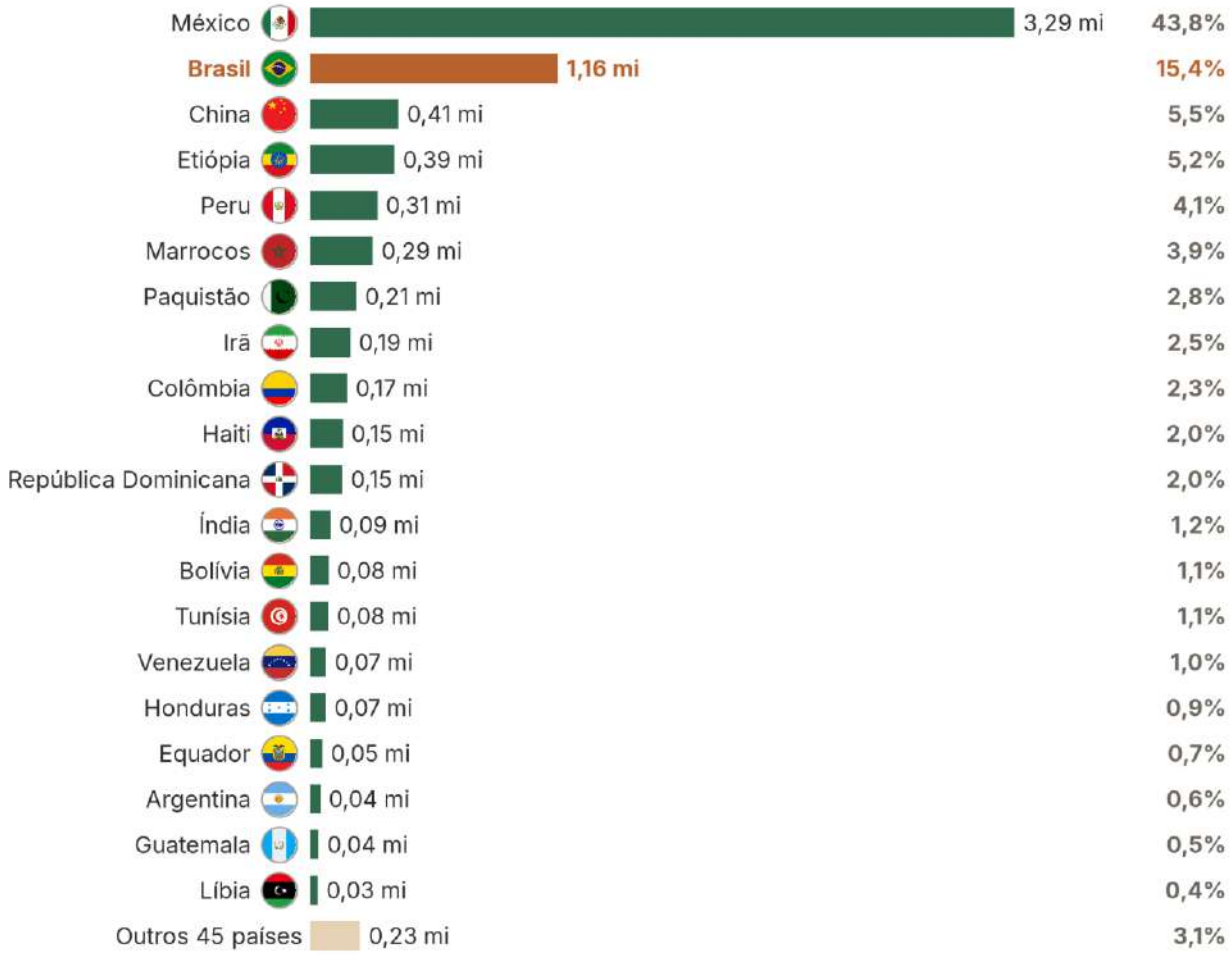
Fonte: FAOSTAT (2026).

Figura 16. Mundo: distribuição da população de asininos, por país, 2024.



Fonte: FAOSTAT (2026).

Figura 17. Mundo: distribuição da população de muares, por país, 2024.

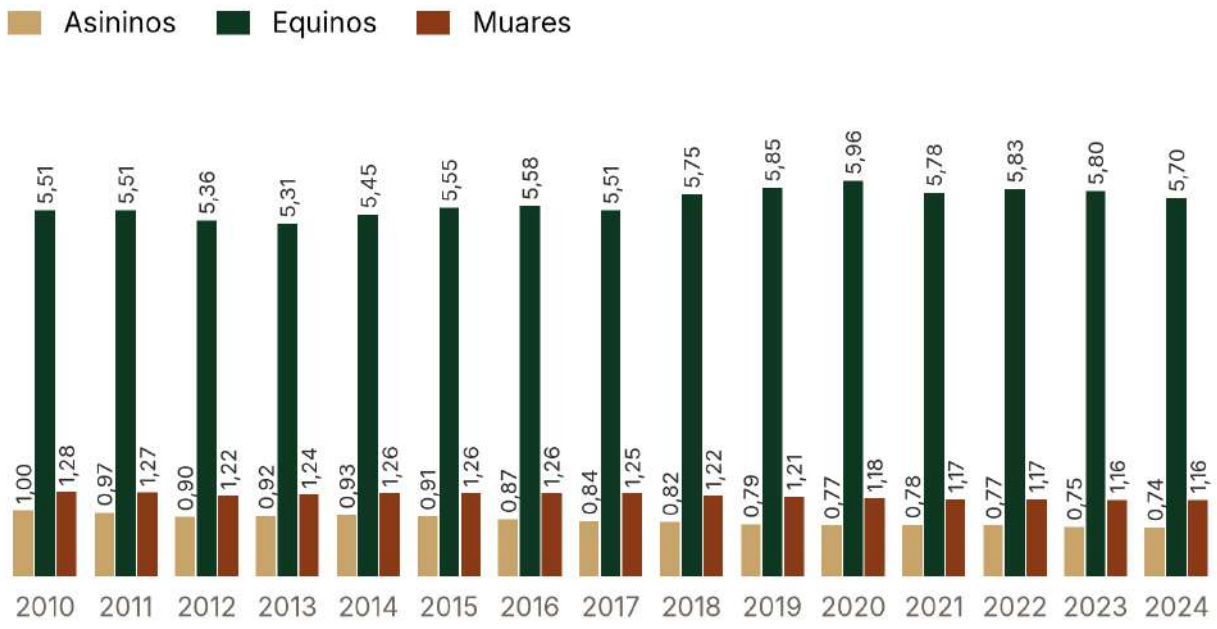


Fonte: FAOSTAT (2026).

Com base nos dados da FAO (FAOSTAT, 2026), o Brasil se destaca no cenário mundial pela expressiva dimensão de seu rebanho de equídeos: o País ocupa a 3ª posição no ranking mundial de equinos, a 15ª de asininos e a 2ª de muares. Considerando o efetivo total dessas três espécies, o Brasil possui o 4º maior rebanho de equídeos do mundo, o que evidencia sua relevância no contexto internacional da equideocultura.

Quanto à evolução do efetivo de equídeos no Brasil, observa-se que a FAO realizou, em diferentes anos, estimativas populacionais em razão da ausência de dados oficiais. No período de 2010 a 2024, apenas a população de equinos apresentou crescimento, com taxa de crescimento anual composta (CAGR, na sigla em inglês) de 0,24%. Em contrapartida, os efetivos de asininos e muares registraram redução, com CAGR de -2,14% e -0,71%, respectivamente.

Figura 18. Brasil: população de asininos, equinos e muares, em milhões de cabeças, 2010 a 2024.



Fonte: FAOSTAT (2026).

Ressalta-se que a evolução dos efetivos de asininos e muares apresentada na série histórica deve ser interpretada considerando o caráter estimativo dos dados divulgados pela FAO, uma vez que, desde 2013, a PPM/IBGE não investiga essas espécies, e a única referência oficial posterior é o Censo Agropecuário 2017. Assim, as taxas de crescimento e de redução observadas refletem estimativas e devem ser consideradas com a devida cautela, não representando necessariamente a variação efetiva dos rebanhos no período analisado.



05

Finalidade de utilização dos equídeos e perfil de despesas

5.1 Finalidade de utilização dos equídeos

A finalidade de utilização dos equídeos influencia diretamente a estrutura de despesas relacionadas à sua criação e manutenção. Os animais destinados ao esporte e ao lazer apresentam despesas distintas daquelas observadas nos equídeos empregados nas atividades de trabalho no meio rural, especialmente quanto ao manejo, à alimentação, à mão de obra e aos serviços associados à sua utilização. Para caracterizar essas diferenças, foram consideradas as informações obtidas nos painéis e nos questionários realizados no âmbito da pesquisa, contemplando as particularidades dos animais e dos respectivos sistemas de utilização.

Com base na metodologia adotada neste estudo, estima-se que 67,1% dos equídeos sejam destinados ao esporte e ao lazer e 32,9% estejam vinculados às atividades de lida e trabalho. Essa distribuição constitui referência para a análise dos perfis de despesas de cada segmento, permitindo identificar os principais componentes dos custos e compreender a alocação de recursos e a dinâmica econômica das propriedades.

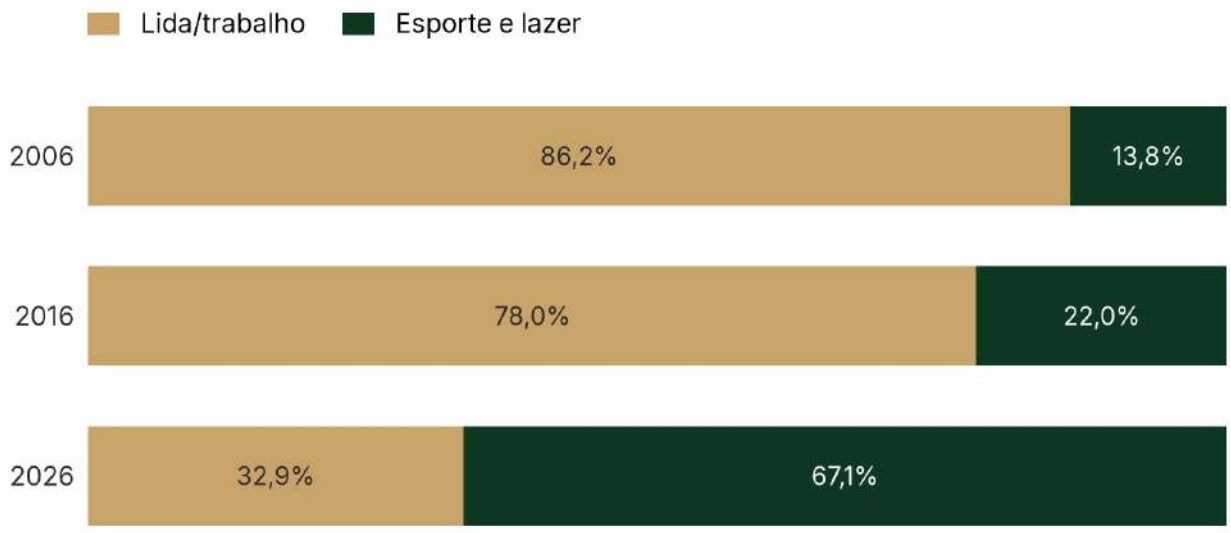
Figura 19. Brasil: distribuição estimada dos equídeos por finalidade de utilização, 2026, em porcentagem (%).



Fonte: Do autor. Resultado da pesquisa Estudo do Complexo do Agronegócio do Cavalo, 2026.

A análise comparativa dos estudos realizados em 2006, em 2016 e no presente levantamento aponta transformações no perfil de utilização dos equídeos no Brasil. Os resultados indicam maior participação das atividades de esporte e lazer na geração de renda e de empregos, em contraste com a menor participação relativa das atividades associadas à lida com o gado e a outras formas de trabalho.

Figura 20. Brasil: distribuição dos equídeos por finalidade de utilização (lida/trabalho e esporte e lazer), segundo os estudos de 2006, 2016 e 2026, em porcentagem (%).



Fonte: Do autor. Resultado da pesquisa Estudo do Complexo do Agronegócio do Cavalo, 2026.

Essa evolução, contudo, deve ser interpretada à luz das diferenças metodológicas entre as pesquisas, especialmente quanto aos critérios de classificação dos usos dos animais. Nos estudos de 2006 e 2016, os equídeos foram agrupados em duas categorias mutuamente exclusivas: lida; e esporte e lazer. Já o levantamento atual adotou uma classificação mais abrangente, que admite a sobreposição de finalidades, reconhecendo que um mesmo animal pode ser utilizado em atividades tanto de trabalho quanto de esporte e lazer. Assim, embora os resultados apontem mudanças no perfil de utilização dos equídeos ao longo do período analisado, as diferenças de classificação e de abordagem metodológica restringem a comparabilidade direta entre as estimativas.

5.2 Perfil de despesas identificado nos painéis

A seguir, são apresentados os principais componentes das despesas identificados nos painéis, bem como as características médias das propriedades e os valores médios apurados para cada categoria, de modo a caracterizar a estrutura de custos associada à manutenção dos equídeos.

Tabela 13. Categorias e itens de despesa considerados nos painéis de levantamento econômico da equideocultura.

Categoria	Itens
Administrativo	Gastos administrativos, incluindo impostos e taxas, despesas com associações de criadores (visitas técnicas, registros, entre outras), emissão de GTA, exames obrigatórios, entre outras despesas.
	Manutenção de benfeitorias, máquinas, implementos, equipamentos e utilitários. Obs.: no caso de item compartilhado com outras atividades (pessoais ou profissionais), foi realizado o rateio pelo tempo de uso na atividade.
	Energia.
Serviços	Mão de obra contratada e informal, terceirização de serviços, pró-labore (neste caso, considerado o custo de oportunidade) e encargos trabalhistas.
Operações	Despesas em eventos, tanto com as pessoas quanto com os animais: alimentação das pessoas envolvidas, aluguel de baia, transporte, hospedagem, entre outras.
	Despesas na comercialização, considerando filmagens, catálogos, divulgação, maquiagem, entre outras.
	Combustível. No caso de veículo compartilhado com outras atividades (pessoais ou profissionais), foi realizado o rateio pelo tempo de uso na atividade.
	Vestuário, incluindo uniformes e equipamentos de segurança.
	Selaria, incluindo selas, arreios, cabresto, cabeçada, embocadura, rédeas, bacheiros e demais tralhas; itens para ferrageamento e trato do animal, quando não incluídos no valor dos prestadores de serviços.
Nutrição	Pastagens e forrageiras.
	Alimentação e suplementação, incluindo ração, sal, feno, milho, soja e suplementos.
Saúde	Medicamentos, incluindo vermífugos, carrapaticidas, antibióticos, vacinas e outros medicamentos.
	Limpeza e higiene.
	Técnicas reprodutivas, como inseminação artificial e transferência de embriões.
Capital	Benfeitorias (casas, baias, cercas, galpões, poço artesiano, arena, redondel), máquinas, implementos, equipamentos e utilitários.
	Tropa, discriminada por espécie, sexo, condição (castrado ou inteiro) e idade.
	Terra, incluindo área própria e arrendada.
Outros	Outros itens identificados durante o painel.

Fonte: Do autor. Resultado da pesquisa Estudo do Complexo do Agronegócio do Cavalo, 2026.

Os indicadores apresentados correspondem a estimativas obtidas por meio de médias ponderadas pela população de equídeos de cada painel, não representando necessariamente medidas exatas ou diretamente observadas nas propriedades. Assim, valores como a lotação refletem a ponderação dos dados utilizados, não correspondendo necessariamente ao quociente entre as médias dos componentes considerados. Os resultados devem, portanto, ser interpretados como referências médias estimadas.

Tabela 14. Brasil: indicadores de média ponderada das propriedades participantes dos painéis técnicos, segundo características produtivas e estruturais.

Item	Média
Área utilizada pelo plantel (ha)	19,90
Plantel (número de animais)	24,59
Lotação (animais/ha)	1,42
Funcionários por propriedade	2,98
Animais por funcionário	8,25

Fonte: Do autor. Resultado da pesquisa Estudo do Complexo do Agronegócio do Cavalo, 2026.

A comparação entre os perfis de despesas evidencia diferenças na estrutura de custos dos equídeos conforme sua finalidade de utilização. No segmento de esporte e lazer, o custo médio anual estimado é de R$ 14.322,38 por animal, refletindo a necessidade de maior investimento em mão de obra especializada (R$ 4.013,22) e em alimentação e suplementação nutricional (R$ 2.350,16), além de serviços terceirizados e despesas relacionadas à participação em eventos. Já os animais destinados à lida apresentam custo médio anual de R$ 3.979,41 por animal, com despesas concentradas principalmente na mão de obra empregada no manejo diário (R$ 2.472,84), seguida pelos itens de capital, tropa (R$ 540,00) e terra (R$ 375,00), e pela manutenção de pastagens e forrageiras (R$ 208,00). Essas diferenças estão relacionadas às exigências operacionais de cada segmento: enquanto a utilização esportiva e de lazer demanda cuidados específicos de preparação, nutrição e suporte às atividades, os animais de lida estão inseridos em uma estrutura de manejo voltada às atividades rotineiras da propriedade rural.

A análise dos gastos anuais médios por animal, segundo os dois perfis considerados, permite identificar os componentes que mais influenciam a diferença de custos entre eles, evidenciando os itens que apresentam maior participação no dispêndio associado aos animais destinados ao esporte e ao lazer.

Tabela 15. Brasil: despesas médias anuais por equídeo, segundo o item de gasto e a finalidade de utilização (R$/animal/ano).

Item	Esporte e lazer (animais consumidores)	Lida (outros animais)	Diferença
Gastos administrativos, impostos e taxas	514,21	-	514,21
Manutenção de benfeitorias, máquinas, implementos, equipamentos e utilitários	86,78	43,75	43,03
Energia	135,20	-	135,20
Mão de obra	4.013,22	2.472,84	1.540,38
Terceirização de serviços	1.212,27	-	1.212,27
Pró-labore	1.010,01	-	1.010,01
Despesas em eventos	660,23	-	660,23
Despesas na comercialização	42,67	-	42,67
Combustível	116,61	-	116,61
Vestuário	59,57	100,00	-40,43
Selaria	127,04	105,00	22,04
Pastagens e forrageiras	839,68	208,00	631,68
Alimentação e suplementação	2.350,16	3,57	2.346,59
Medicamentos	204,52	70,00	134,52
Limpeza e higiene	11,05	-	11,05
Capital: benfeitorias, máquinas, implementos, equipamentos e utilitários	154,33	61,25	93,08
Capital: tropa	971,15	540,00	431,15
Capital: terra	1.658,83	375,00	1.283,83
Outros	154,85	-	154,85
Total	**14.322,38**	**3.979,41**	**10.342,97**

Fonte: Do autor. Resultado da pesquisa Estudo do Complexo do Agronegócio do Cavalo, 2026.

Com base nas estimativas populacionais de equídeos e nos valores médios de despesas por animal apurados nos painéis de levantamento, estimou-se a movimentação econômica associada à manutenção e à utilização desses animais. Para fins desta análise, os equídeos foram agrupados de acordo com sua classificação e finalidade de utilização, distinguindo-se os animais de raça, denominados neste estudo “animais consumidores”, daqueles destinados predominantemente à lida e ao trabalho rural, agrupados na categoria “outros”.

Tabela 16. Brasil: estimativa dos dispêndios anuais com a manutenção de equídeos, por categoria, segundo o número de animais, as despesas médias anuais (R$/animal/ano) e o total de gastos (R$ bilhões).

Categoria	Número de animais	Despesa média (R$/animal/ano)	Valor (R$ bilhões)
Equinos (consumidores)	1.985.000	14.322,38	28,43
Asininos e muares (consumidores)	46.000	14.322,38	0,66
Asininos e muares (outros)	1.849.000	3.979,41	7,36
Equinos (outros)	5.411.000	3.979,41	21,53
Total	**9.291.000**		**57,98**

Fonte: Do autor. Resultado da pesquisa Estudo do Complexo do Agronegócio do Cavalo, 2026.

A partir dos parâmetros de despesas anuais adotados e da população de equídeos considerada neste estudo, estima-se que os dispêndios associados à manutenção dos animais no Brasil totalizem aproximadamente R$ 57,98 bilhões por ano. Esse montante contempla tanto os animais classificados como consumidores, representados pelos equinos, asininos e muares de raça, quanto os demais equídeos, agrupados na categoria “outros”, que compreende animais sem raça definida. O resultado evidencia a expressiva dimensão econômica dos gastos destinados à manutenção dos rebanhos e sua relevância na composição do Complexo do Agronegócio do Cavalo.



06

Serviços assistidos com equinos

A expressão "serviços assistidos com equinos" é adotada internacionalmente para designar as diferentes intervenções que envolvem a interação entre pessoas e cavalos, com finalidades terapêuticas, educacionais, esportivas, recreativas e de desenvolvimento humano. Esse campo contempla as terapias assistidas com equinos, como a equoterapia; a educação, as atividades, a aprendizagem e a psicologia assistidas com equinos, voltadas ao desenvolvimento cognitivo, à inclusão escolar, à liderança e às habilidades socioemocionais; além de atividades recreativas, programas de inclusão social e práticas esportivas adaptadas, como o hipismo paraequestre.

No Brasil, a equoterapia é regulamentada pela Lei Federal nº 13.830, de 13 de maio de 2019, que a reconhece como método de reabilitação destinado ao desenvolvimento biopsicossocial da pessoa com deficiência, fundamentado em abordagem interdisciplinar nas áreas de saúde, educação e equitação (Brasil, 2019). A legislação estabelece requisitos para sua prática, incluindo avaliação prévia, acompanhamento veterinário dos animais e equipe mínima composta por psicólogo, fisioterapeuta e profissional de equitação, podendo contar com outros profissionais, conforme os objetivos do programa, desde que atendidos os requisitos de formação específica. Assim, os serviços assistidos com equinos representam um campo amplo de atuação, que associa o potencial da interação humano-animal à reabilitação, à aprendizagem, ao esporte e à inclusão social.

Embora ainda não haja dados abrangentes sobre todas as modalidades de serviços assistidos com equinos que permitam dimensionar sua estrutura e relevância econômica, foi possível reunir informações sobre as terapias assistidas com equinos, especificamente a equoterapia. Essa modalidade tem ampliado sua presença no Brasil, acompanhando a expansão dos serviços voltados à reabilitação e ao desenvolvimento biopsicossocial. O primeiro Estudo do Complexo do Agronegócio do Cavalo (Lima; Shirota; Barros, 2006) identificou a existência de 231 centros de equoterapia no País. Atualmente, esse número alcança 672 unidades, o que representa crescimento de aproximadamente 190,9% em relação ao levantamento de 2006; ou seja, o número de centros quase triplicou em duas décadas.

Tabela 17. Brasil: número de centros de equoterapia por Unidade da Federação, em número de centros e participação no total, 2025.

UF	Centros	Participação (%)	ANDE*	
			Filiados	Agregados
SP	185	27,53	79	40
MG	71	10,57	38	25
RS	60	8,93	30	22
MT	53	7,89	25	24
PR	37	5,51	9	17
SC	37	5,51	15	11
RJ	34	5,06	16	14
GO	29	4,32	22	7
PI	24	3,57	1	3
BA	20	2,98	7	11
MA	18	2,68	1	2
MS	14	2,08	6	7
PE	13	1,93	5	4
DF	12	1,79	7	4
AL	9	1,34	7	2
AC	8	1,19	1	6
PA	8	1,19	2	2
RO	8	1,19	6	2
ES	7	1,04	1	5
CE	6	0,89	2	4
PB	5	0,74	4	-
TO	4	0,60	3	1
AM	3	0,45	2	1
RN	3	0,45	2	1
SE	3	0,45	2	1
AP	1	0,15	-	-
Total	**672**	**100,00**	**293**	**216**

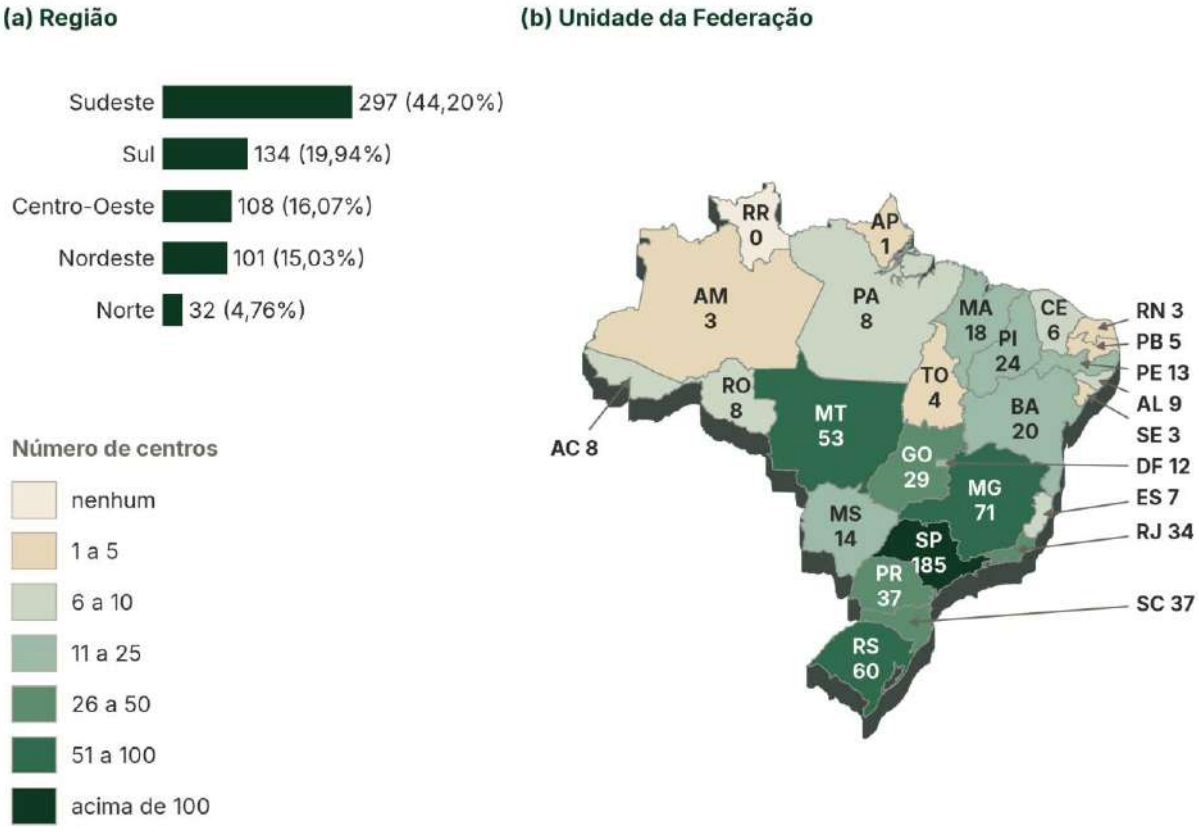
Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da ANDE (2025) e da ABRE (2025)[4].
Nota: (*) Centros filiados e agregados à Associação Nacional de Equoterapia (ANDE), já incluídos na coluna "Centros".

A distribuição territorial, entretanto, revela concentração nas regiões Sudeste e Sul, que, juntas, reúnem 64,14% dos centros em funcionamento. O Sudeste apresenta a maior participação, com 297 unidades (44,20%), impulsionado principalmente por São Paulo, que concentra 185 centros. A Região Sul ocupa a segunda posição, com 134 unidades (19,94%), seguida pelo Centro-Oeste, com 108 (16,07%), e pelo Nordeste, com 101 (15,03%). A Região Norte apresenta a menor

[4] Informação fornecida pela Associação Brasileira de Reabilitação Equestre (ABRE), em 1º de dezembro de 2025.

participação, com 32 centros (4,76%). Essa configuração evidencia a expansão da equoterapia no território nacional, mas também aponta para uma distribuição regional desigual da oferta desses serviços, aspecto relevante para a compreensão de seu alcance e de seu potencial de desenvolvimento.

Figura 21. Brasil: distribuição dos centros de equoterapia por (a) região e (b) Unidade da Federação, em número de centros e participação no total, 2025.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da ANDE (2025) e da ABRE (2025)[5].

A operação dos centros de equoterapia exige estrutura física adaptada ao atendimento dos praticantes, além de equipe multidisciplinar composta por profissionais de diferentes áreas. Essas particularidades resultam em uma estrutura de custos específica, que envolve despesas com pessoal, manutenção e funcionamento, distintas daquelas observadas em instalações equestres tradicionais. O custo anual médio de cada centro considera, entre seus principais componentes, a remuneração dos oito profissionais necessários à sua operação.

[5] Informação fornecida pela Associação Brasileira de Reabilitação Equestre (ABRE), em 1º de dezembro de 2025.

Tabela 18. Custo anual médio estimado de um centro de equoterapia, em R$.

Item	Custo anual (R$)
Fisioterapeuta	40.335,36
Psicólogo	45.112,32
Profissionais de equitação (dois)	95.341,67
Tratador	31.942,66
Serviços gerais	27.018,24
Recepcionista	28.262,86
Médico-veterinário	15.000,00
Subtotal (pessoal)	**283.013,11**
Custo fixo	9.407,96
Custo variável	82.851,09
Total	**375.272,16**

Fonte: Langue (2025).

Com base na identidade macroeconômica apresentada no capítulo de metodologia, segundo a qual a despesa corresponde à renda gerada na economia, estima-se que cada centro de equoterapia movimente, em média, R$ 375.272,16 por ano. Considerando o universo de 672 centros, a atividade representa movimentação econômica anual estimada em R$ 252,18 milhões, o que evidencia sua contribuição para a geração de renda e para a dinâmica econômica do segmento de serviços assistidos com equinos.



07

Material genético

A reprodução de equídeos passou por transformações significativas ao longo do último século, impulsionadas pelo desenvolvimento e pela incorporação de biotecnologias reprodutivas. Historicamente, a monta natural predominou como principal forma de reprodução dos animais. Entretanto, a partir da segunda metade do século XX, avanços científicos ampliaram as possibilidades de reprodução assistida, inicialmente com a disseminação da inseminação artificial e, posteriormente, com técnicas que permitiram maior controle sobre a produção, a multiplicação e a conservação do material genético. Esse processo modificou a dinâmica da criação de equinos, especialmente nos segmentos de animais de elevado valor genético, esportivo e comercial, nos quais a utilização dessas tecnologias passou a desempenhar papel relevante no melhoramento dos plantéis (Gardón; Satué, 2023; Stout, 2025).

A evolução das biotecnologias reprodutivas também trouxe novos desafios para a regulamentação da produção, do processamento e da comercialização de material genético animal. No Brasil, o marco legal permaneceu, por décadas, restrito à Lei nº 6.446/1977, que disciplinava especificamente o comércio de sêmen destinado à inseminação artificial em animais domésticos (Brasil, 1977). Com o desenvolvimento e a diversificação das técnicas de reprodução assistida, tornou-se necessário atualizar e ampliar o arcabouço normativo, de modo a acompanhar os avanços tecnológicos e as novas demandas do setor. Nesse contexto, a Lei nº 15.021/2024 (Brasil, 2024) modernizou a legislação ao atualizar e ampliar o conceito de material genético animal, que passou a abranger sêmen, embriões, ovócitos, ovos, células somáticas e outros materiais de multiplicação animal capazes de transmitir genes à progênie, destinados exclusivamente à produção de animais domésticos de interesse zootécnico, conforme o art. 2º, inciso IX (Brasil, 2024). Além da ampliação conceitual, a nova lei estabelece diretrizes mais abrangentes para as atividades relacionadas ao material genético animal, criando referências normativas para diferentes etapas de sua produção e utilização. Embora ainda existam desafios para o aprimoramento do ambiente regulatório, a ampliação do escopo legal constitui avanço na adequação da legislação à realidade tecnológica e produtiva atual, com reflexos também para a equideocultura.

O mercado de inseminação artificial de equinos apresenta perspectivas de crescimento no Brasil e no cenário internacional, impulsionado pela demanda por tecnologias reprodutivas e pelo interesse no aprimoramento genético dos plantéis. De acordo com estimativas da Grand View Research (2025), o mercado brasileiro de inseminação artificial de equinos movimentou aproximadamente US$ 29,4 milhões em 2024, o equivalente a 4,5% da receita mundial do segmento. Para 2033, a receita no País é projetada em US$ 52,1 milhões. No período de 2025 a 2033, a CAGR estimada é de 6,6% para o mercado brasileiro, superior à projeção de 5,6% para o mercado mundial. Considerando a conversão dos valores pela taxa de câmbio adotada no estudo, o mercado nacional movimentou aproximadamente R$ 158,45 milhões em 2024, a preços daquele ano.

Tabela 19. Mundo e Brasil: receita estimada do mercado de inseminação artificial de equinos, 2024 e 2033, em milhões de US$ e de R$ de 2024.

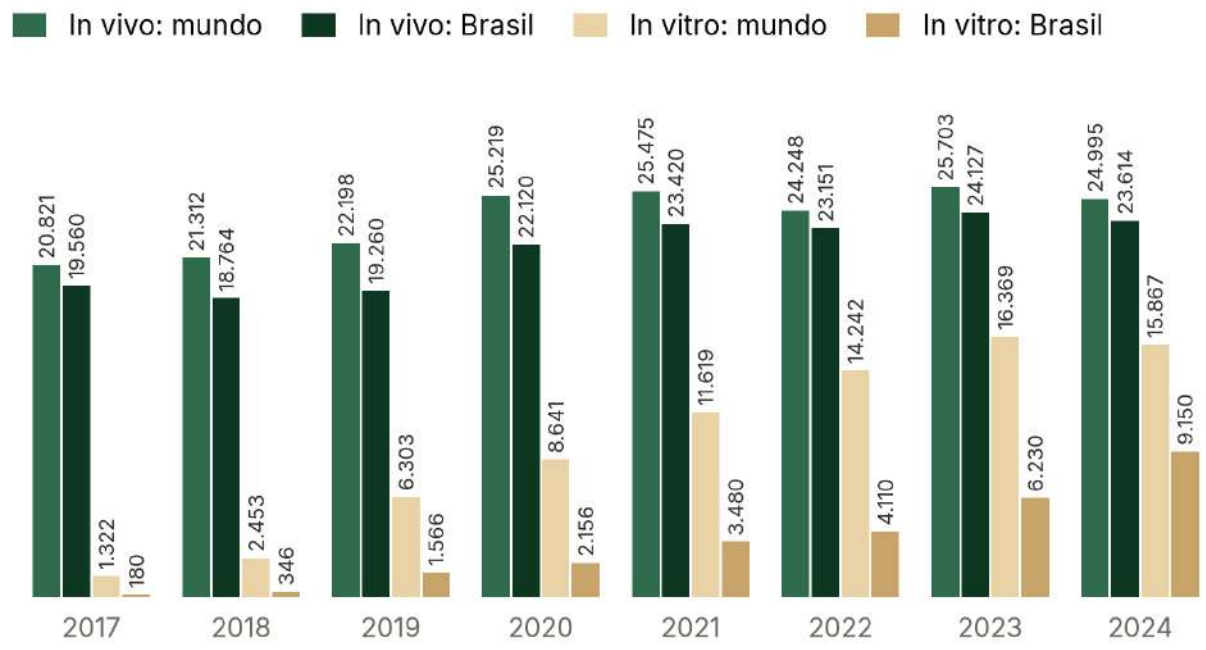
Mercado	2024		2033	
	US$ milhões	R$ milhões de 2024	US$ milhões	R$ milhões de 2024
Mundo (A)	648,17	3.493,31	1.077,30	5.806,11
Brasil (B)	29,40	158,45	52,10	280,79
(B)/(A)	4,5%		4,8%	

Fonte: Grand View Research (2025).

A transferência de embriões tem ampliado sua participação entre as biotecnologias reprodutivas utilizadas na equideocultura, com avanços expressivos tanto na modalidade in vivo quanto na produção in vitro. No caso da transferência de embriões produzidos in vivo, o número de procedimentos realizados no mundo cresceu a uma CAGR de 2,64% entre 2017 e 2024, acompanhando o avanço da atividade no Brasil, cuja taxa foi de 2,73% ao ano. Brasil e Itália, entretanto, apresentam desempenhos distintos: enquanto mais de 50% dos embriões italianos destinam-se à exportação, o Brasil dedica-se integralmente ao mercado interno, de acordo com dados da International Embryo Technology Society (IETS). A Itália tem sido o único país exportador, exceto em 2022, quando a Polônia também exportou, em quantidade marginal (0,8% do total mundial). A participação brasileira é expressiva nessa modalidade: em 2024, o País concentrou 94,5% das transferências in vivo realizadas mundialmente, consolidando sua posição de destaque nesse mercado.

Na produção in vitro, observa-se dinâmica de crescimento ainda mais acentuada. Em 2024, Brasil e Itália responderam, conjuntamente, por aproximadamente 90% das transferências de embriões produzidos por essa técnica. Entre 2017 e 2024, o número de transferências in vitro apresentou CAGR de 42,62% no mundo, impulsionado principalmente pela expansão da atividade brasileira, que registrou CAGR de 75,28%. Como resultado, a participação brasileira no total mundial aumentou de 13,6%, em 2017, para 57,7%, em 2024, quando o País superou a Itália pela primeira vez na categoria in vitro. Esse desempenho demonstra o avanço do Brasil no desenvolvimento e na aplicação de biotecnologias reprodutivas, consolidando sua posição de destaque na produção e na transferência de embriões por essa técnica.

Figura 22. Mundo e Brasil: transferências de embriões equinos produzidos in vivo e in vitro, 2017 a 2024, em número de procedimentos.



Fonte: Viana (2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024, 2025).

Em 2024, o Brasil respondeu por 80,2% das transferências de embriões equinos realizadas no mundo, consolidando sua posição de destaque no cenário internacional. Essa participação correspondeu a 94,5% das transferências de embriões produzidos in vivo e a 57,7% das de embriões produzidos in vitro. O desempenho brasileiro é analisado em perspectiva comparativa com o cenário mundial. Ressalta-se que, até a conclusão deste estudo, os dados referentes a 2025 ainda não haviam sido divulgados.

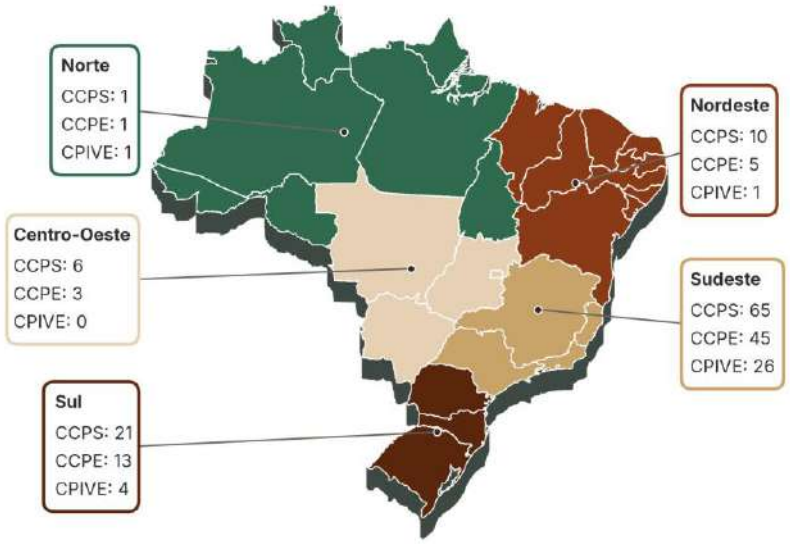
Tabela 20. Mundo e Brasil: produção e transferência de embriões equinos, 2024.

Técnica	Local	Lavagens	Sessões por doadora (OPU)	Oócitos	Embriões	Transferência a fresca	Transferência congelada
In vivo	Brasil	39.726			23.614	22.902	-
In vivo	Mundo	41.994			24.995	24.150	23
In vitro (FIV)	Brasil		-	45.750	9.150	4.258	4.892
In vitro (FIV)	Mundo		3.527	89.804	15.687	4.274	6.044

Fonte: Viana (2025).

No início de 2026, estavam registrados no Brasil 103 Centros de Coleta e Processamento de Sêmen (CCPS), 67 Centros de Coleta e Processamento de Embriões (CCPE) e 32 Centros de Produção In Vitro de Embriões (CPIVE). Esses estabelecimentos apresentavam expressiva concentração na Região Sudeste, responsável por 67,3% do total, sendo mais da metade localizada no Estado de São Paulo. Ressalta-se que um mesmo estabelecimento pode atuar em uma ou mais dessas categorias.

Figura 23. Brasil: centros fornecedores de material genético de equídeos por região, segundo a categoria (CCPS, CCPE e CPIVE), em número de estabelecimentos, 2026.



Fonte: MAPA (2025c).

Tabela 21. Brasil: centros fornecedores de material genético de equídeos por região e Unidade da Federação, segundo a categoria, em número de estabelecimentos, 2026.

Região	UF	CCPS1	CCPE2	CPIVE3
CO	GO	3	2	-
CO	MS	2	1	-
CO	MT	1	-	-
N	RR	-	-	1
N	TO	1	1	-
NE	CE	2	-	1
NE	MA	1	1	-
NE	PB	2	1	-
NE	PE	2	2	-
NE	RN	1	-	-
NE	SE	2	1	-
S	PR	4	2	2
S	SC	3	2	-
S	RS	14	9	2
SE	MG	8	5	4
SE	RJ	3	2	1
SE	SP	54	38	21
Total	**Total**	**103**	**67**	**32**

Fonte: MAPA (2025c).

Notas: (1) CCPS: Centro de Coleta e Processamento de Sêmen; (2) CCPE: Centro de Coleta e Processamento de Embriões; (3) CPIVE: Centro de Produção In Vitro de Embriões.

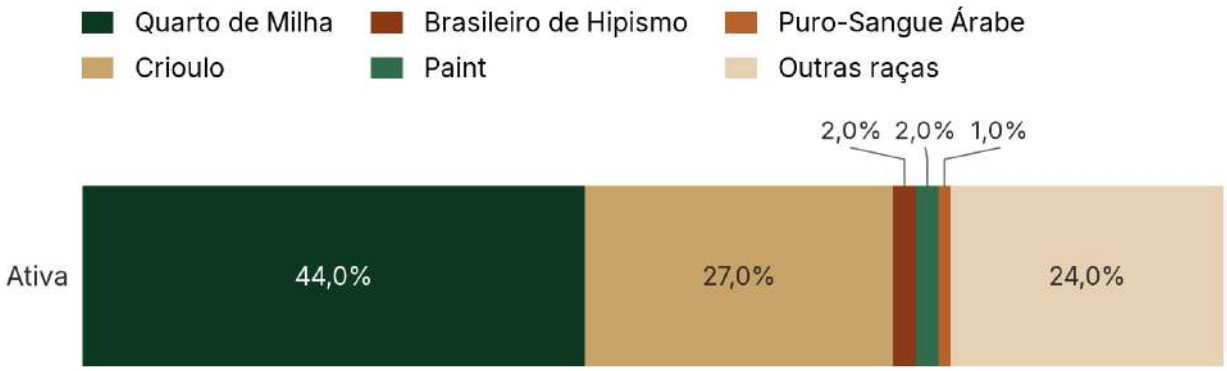
Quanto aos reprodutores equinos, os registros do MAPA indicavam, em 2026, 340 animais ativos, distribuídos entre diferentes raças. O Quarto de Milha apresentava a maior participação, com 192 animais (56,5% do total), seguido pelo Crioulo, com 117 (34,4%). Juntas, essas duas raças concentravam 90,9% dos reprodutores ativos registrados. Na sequência, destacavam-se o Brasileiro de Hipismo, com nove animais (2,6%); o Paint Horse, com oito (2,4%); e o Puro-Sangue Árabe, com cinco (1,5%). As demais raças reuniam, individualmente, um ou dois reprodutores ativos.

Tabela 22. Brasil: reprodutores equinos ativos registrados no MAPA, por raça, 2026, em número de animais.

Raça	Reprodutores ativos
Brasileiro de Hipismo	9
Crioulo	117
Friesian	1
Mangalarga	1
Mangalarga Marchador	2
Paint Horse	8
Puro-Sangue Árabe	5
Puro-Sangue Inglês	1
Puro-Sangue Lusitano	2
Quarto de Milha	192
Sela Belga	1
Zangersheide	1
Total	**340**

Fonte: MAPA (2026c).

Figura 24. Brasil: material genético de equinos registrado no MAPA, por raça, registros ativos, em %.



Fonte: MAPA (2026c).

A partir do faturamento estimado da inseminação artificial equina no Brasil e das informações referentes à transferência de embriões, obtém-se a contribuição dessas tecnologias reprodutivas para a geração de renda, no montante de R$ 356,21 milhões.

Tabela 23. Brasil: renda gerada pelas tecnologias reprodutivas em equinos, por procedimento, 2024, em número de procedimentos e R$ milhões.

Procedimento	Quantidade	Renda (R$ milhões)
Inseminação artificial	79.225	158,45
Transferência de embriões in vivo	23.614	106,26
Transferência de embriões in vitro	9.150	91,50
Total		**356,21**

Fonte: Do autor. Resultado da pesquisa Estudo do Complexo do Agronegócio do Cavalo, 2026.



08

Crédito rural

O crédito rural é concedido aos segmentos agrícola e pecuário para quatro finalidades: custeio, investimento, comercialização e industrialização. As operações de crédito são classificadas, de forma mais detalhada, de acordo com o produto ao qual o empréstimo ou financiamento se destina. A análise apresentada a seguir refere-se às operações de crédito rural em que o produto, segundo a classificação utilizada pelo Banco Central do Brasil (BCB), corresponde a uma das espécies de equídeos (asininos, equinos e muares). Em relação aos produtos da equideocultura, mais de 99% do crédito refere-se a concessões para equinos e, em percentual similar, destina-se ao segmento pecuário. Ao contrário do que ocorria no início do período analisado, nos últimos anos quase a totalidade (99%) das concessões destinou-se ao custeio. Não houve operações com finalidade de comercialização ou de industrialização em todo o período. O volume destinado à equideocultura é marginal (0,01% em 2025) em relação ao total das operações de crédito rural para a pecuária brasileira.

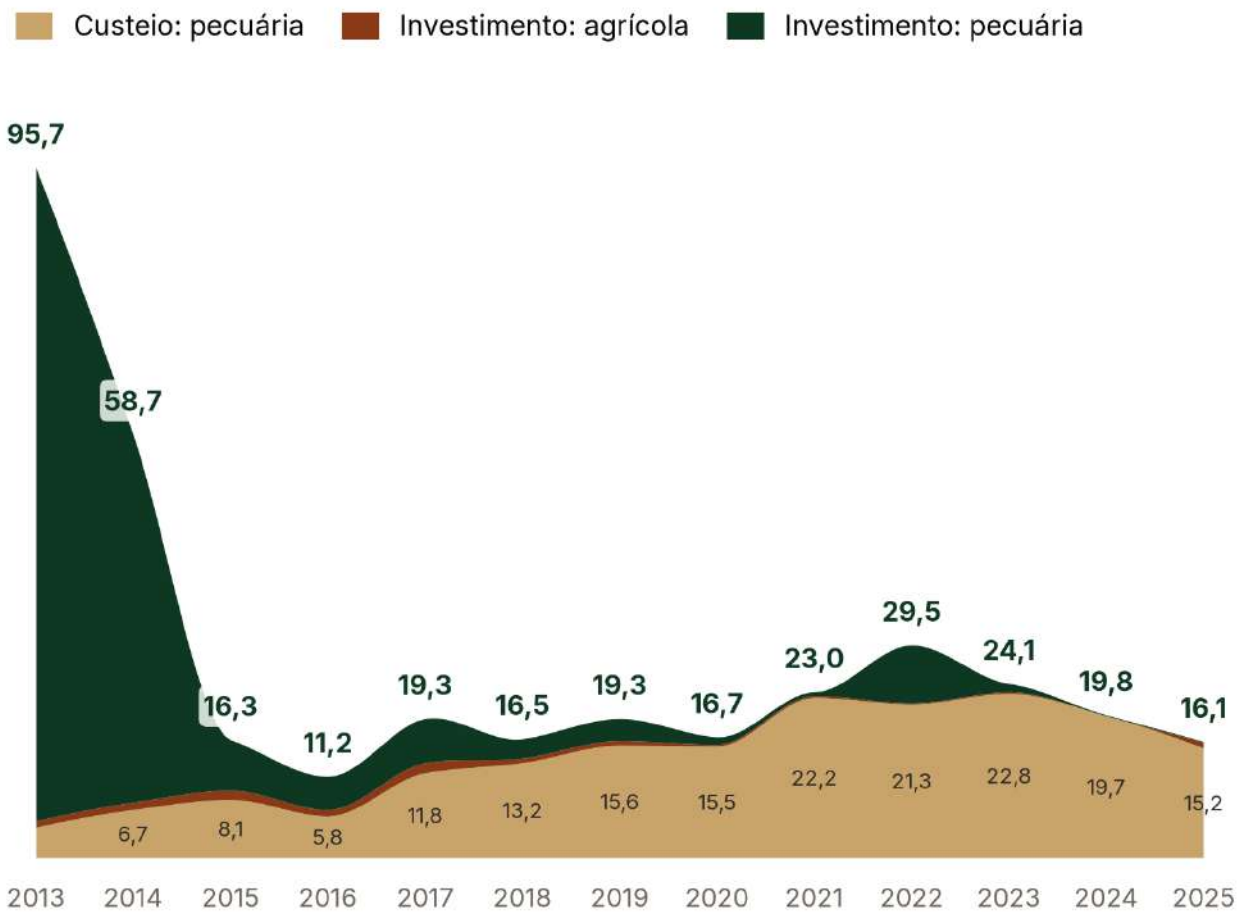
Tabela 24. Brasil: crédito rural concedido à pecuária e à equideocultura, por finalidade, 2013 a 2025, em R$ milhões.

Ano	Pecuária (A)	Equídeos			(B)/(A)
	Total	Custeio	Investimento	Total (B)	
2013	44.808,4	4,3	90,6	94,9	0,212%
2014	54.796,1	6,7	51,0	57,7	0,105%
2015	50.515,0	8,1	7,1	15,2	0,030%
2016	37.612,6	5,8	4,6	10,4	0,028%
2017	56.157,5	11,8	6,2	18,0	0,032%
2018	58.010,7	13,1	2,6	15,7	0,027%
2019	59.772,0	15,5	3,0	18,6	0,031%
2020	70.636,7	15,5	1,0	16,5	0,023%
2021	95.872,6	22,3	0,6	22,8	0,024%
2022	103.618,7	21,3	8,0	29,3	0,028%
2023	118.236,8	22,8	1,2	24,0	0,020%
2024	122.538,1	19,6	0,1	19,8	0,016%
2025	120.647,7	15,1	0,1	15,2	0,013%

Fonte: BCB (2026a).

As operações que têm as espécies de equídeos como produto destinam-se majoritariamente a atender às necessidades de outras atividades agrícolas e pecuárias. Conforme mencionado, o volume das operações de investimento no segmento pecuário sofreu forte redução até 2015: de 2013 para 2014, a queda foi de 44%; no ano seguinte (de 2014 para 2015), foi ainda maior, de 86%. Entre 2013 e 2016, o volume de crédito rural para investimento pecuário reduziu-se em 95%. O segmento agrícola apresentou valores inferiores aos do pecuário, com operações somente com finalidade de investimento.

Figura 25. Brasil: crédito rural concedido à equideocultura, por finalidade e segmento, 2013 a 2025, em R$ milhões.

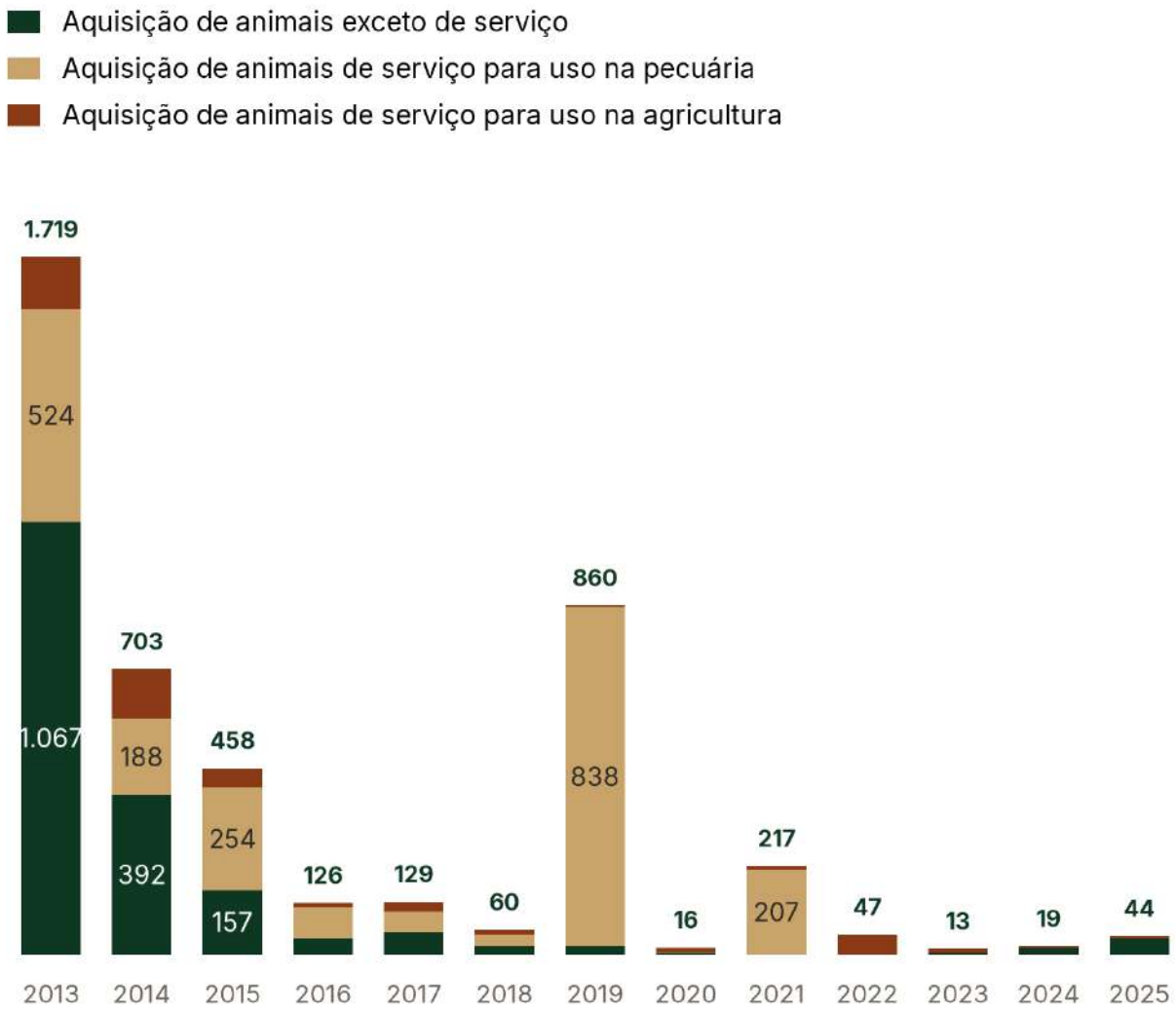


Fonte: BCB (2026a).

O crédito rural para investimento tem sido utilizado exclusivamente na aquisição de animais, tanto de serviço (para uso na pecuária e na agricultura) quanto para outras finalidades. Já o crédito para custeio tem finalidades identificadas de forma mais genérica, o que não permite constatar com precisão o uso dos recursos.

As operações de crédito de investimento para asininos sofreram forte redução no período de 2013 a 2025, e sua principal finalidade, que era a aquisição de animais exceto de serviço, passou a ser, predominantemente, a aquisição de animais de serviço.

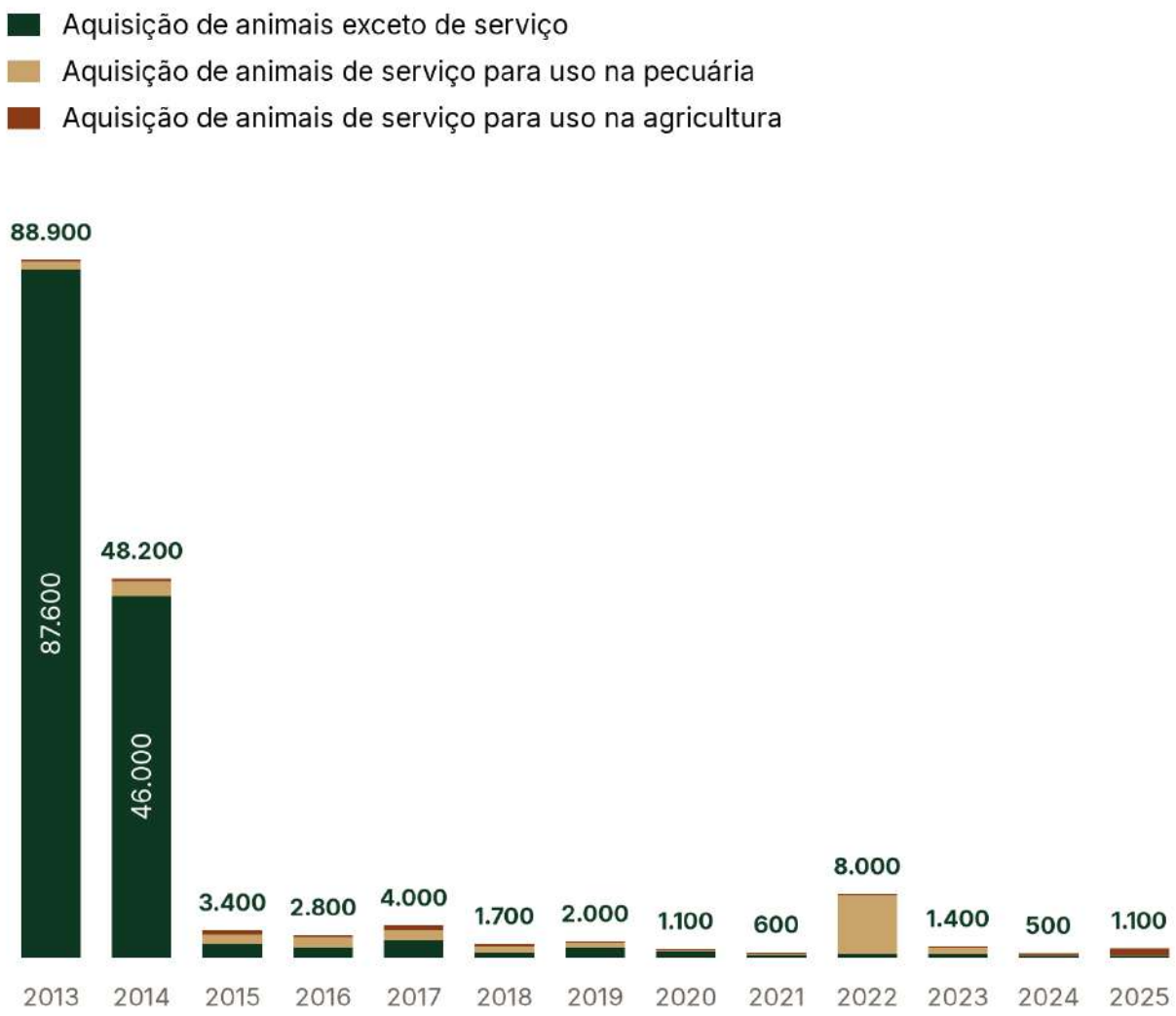
Figura 26. Brasil: crédito rural de investimento para asininos, por finalidade, 2013 a 2025, em R$ mil.



Fonte: BCB (2026a).

As operações de crédito de investimento para equinos apresentaram evolução similar à dos asininos, porém mais acentuada, no período de 2013 a 2025. Sua principal e quase exclusiva finalidade nos anos iniciais da série (2013 e 2014), a aquisição de animais exceto de serviço, praticamente deixou de ocorrer.

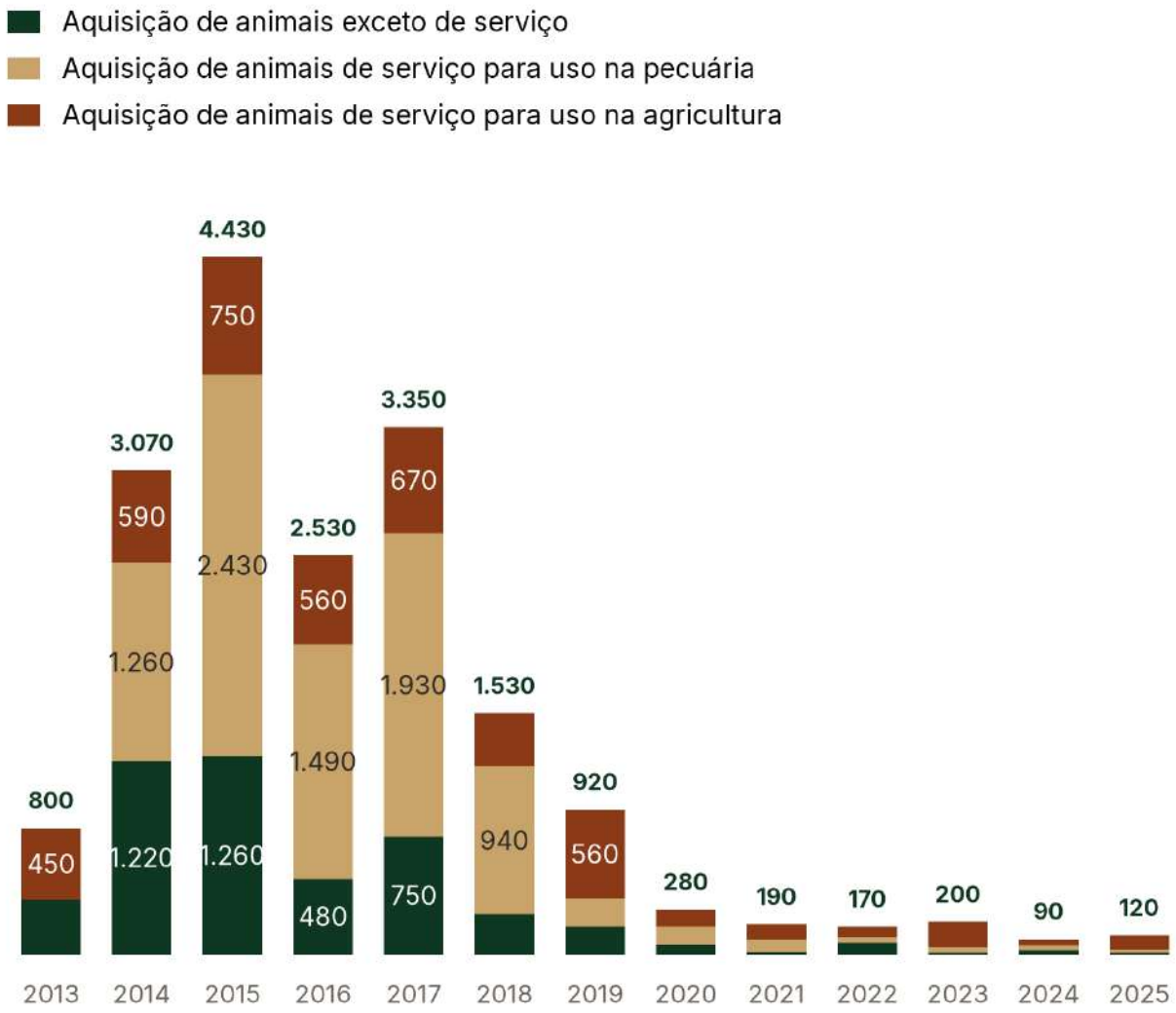
Figura 27. Brasil: crédito rural de investimento para equinos, por finalidade, 2013 a 2025, em R$ mil.



Fonte: BCB (2026a).

As operações de crédito de investimento para muares sofreram forte redução da primeira para a segunda metade do período de 2013 a 2025. Ao contrário do observado para asininos e equinos, sua principal finalidade sempre foi a aquisição de animais de serviço.

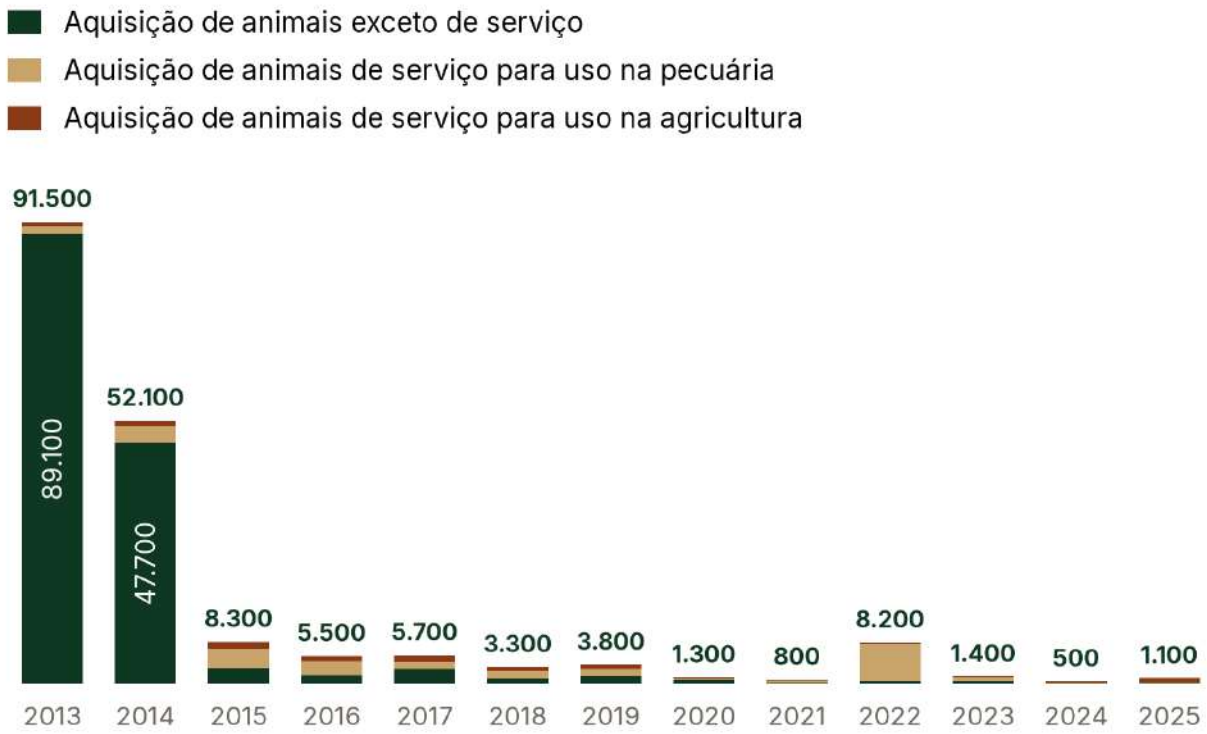
Figura 28. Brasil: crédito rural de investimento para muares, por finalidade, 2013 a 2025, em R$ mil.



Fonte: BCB (2026a).

A soma dos valores concedidos para asininos, equinos e muares com finalidade de investimento mostra que, em 2025, o valor dessas operações representou apenas 1,07% do concedido em 2013 (queda de R$ 91,42 milhões para R$ 0,98 milhão, em valores correntes).

Figura 29. Brasil: crédito rural de investimento para equídeos (total), por finalidade, 2013 a 2025, em R$ mil.

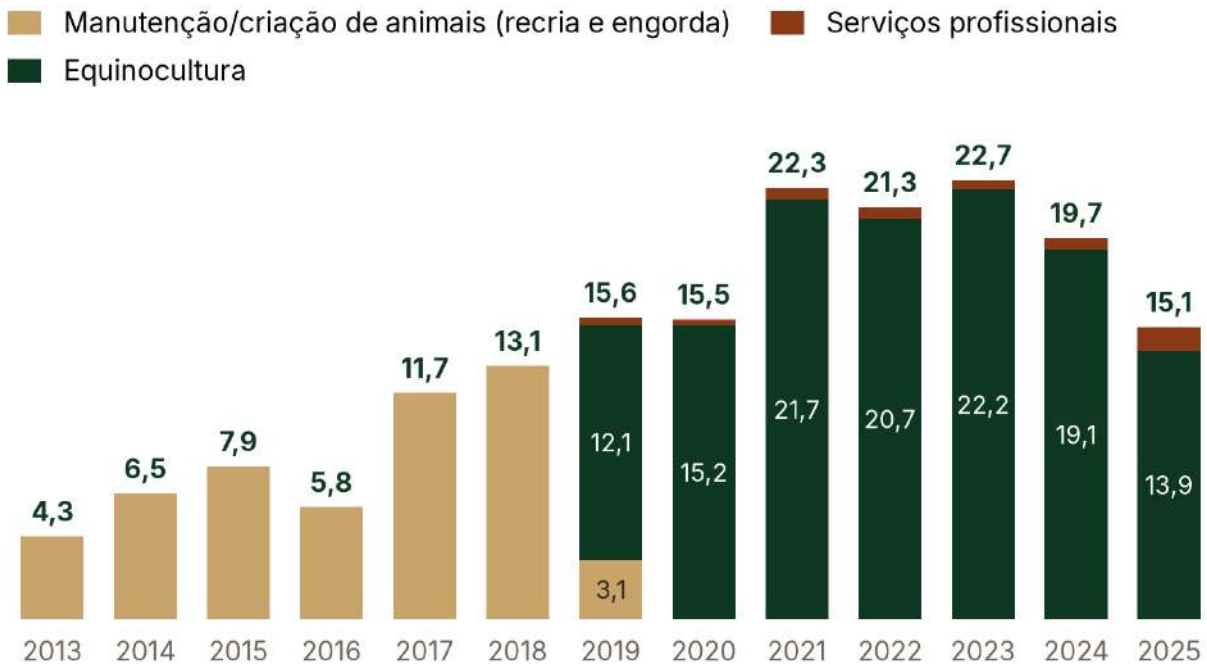


Fonte: BCB (2026a).

Nas operações com finalidade de custeio, diferentemente do observado nos investimentos, não houve registro de operações para muares entre 2013 e 2025, enquanto o crédito destinado aos asininos concentrou-se apenas no quadriênio de 2014 a 2017. Todas essas operações tiveram como objetivo a manutenção e a criação de animais (recria e engorda), conforme a caracterização do Manual de Crédito Rural (MCR) do Banco Central do Brasil.

Já as operações de custeio para equinos ocorreram em todos os anos de 2013 a 2025, mas com mudança no uso dos recursos. Até 2018, todo o crédito concedido para equinos foi direcionado à manutenção e à criação de animais; a partir de 2019, passaram a ocorrer operações de custeio de serviços profissionais, em menor volume, e operações enquadradas na rubrica genérica de equinocultura. O volume de crédito elevou-se até atingir R$ 22,8 milhões em 2023, reduziu-se 14% no ano seguinte e voltou a cair (23%) em 2025, quando o volume concedido correspondeu a 66% do registrado em 2023.

Figura 30. Brasil: crédito rural de custeio para equinos, por finalidade, 2013 a 2025, em R$ milhões.

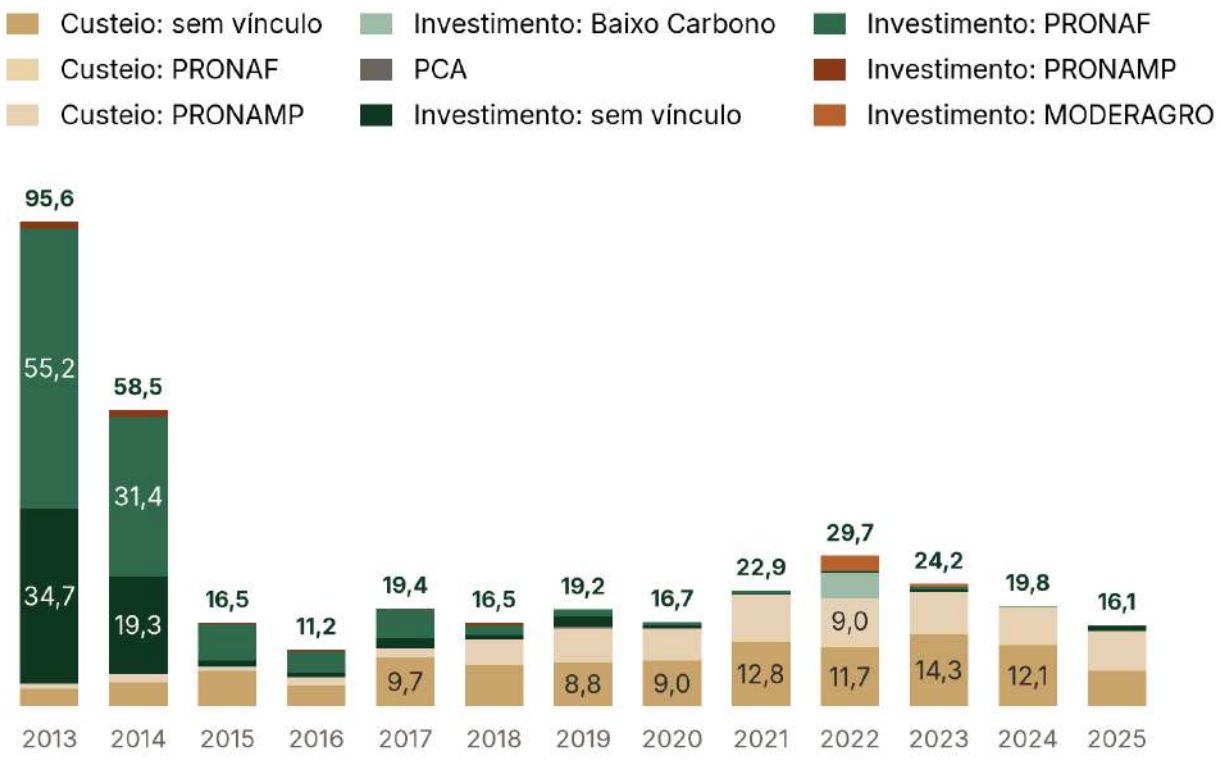


Fonte: BCB (2026a).

As operações de crédito rural podem estar ou não vinculadas a programas específicos do Governo Federal. No caso da equideocultura, as concessões apresentaram as seguintes situações:

- Sem vínculo: financiamento sem vínculo a programa específico;
- PRONAF: vinculado ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar;
- PRONAMP: vinculado ao Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural;
- Baixo Carbono: vinculado ao Programa ABC (Agricultura de Baixo Carbono), ao Programa para a Adaptação à Mudança do Clima e Baixa Emissão de Carbono e ao FNO-ABC (Programa de Financiamento à Agricultura de Baixo Carbono);
- MODERAGRO: vinculado ao Programa de Modernização da Agricultura e Conservação de Recursos Naturais;
- PCA: vinculado ao Programa para Construção e Ampliação de Armazéns.

Figura 31. Brasil: crédito rural concedido à equideocultura, por finalidade e programa, 2013 a 2025, em R$ milhões.



Fonte: BCB (2026a).

As operações de crédito rural destinadas à equideocultura apresentaram baixo número de contratos em 2025, conforme síntese apresentada a seguir.

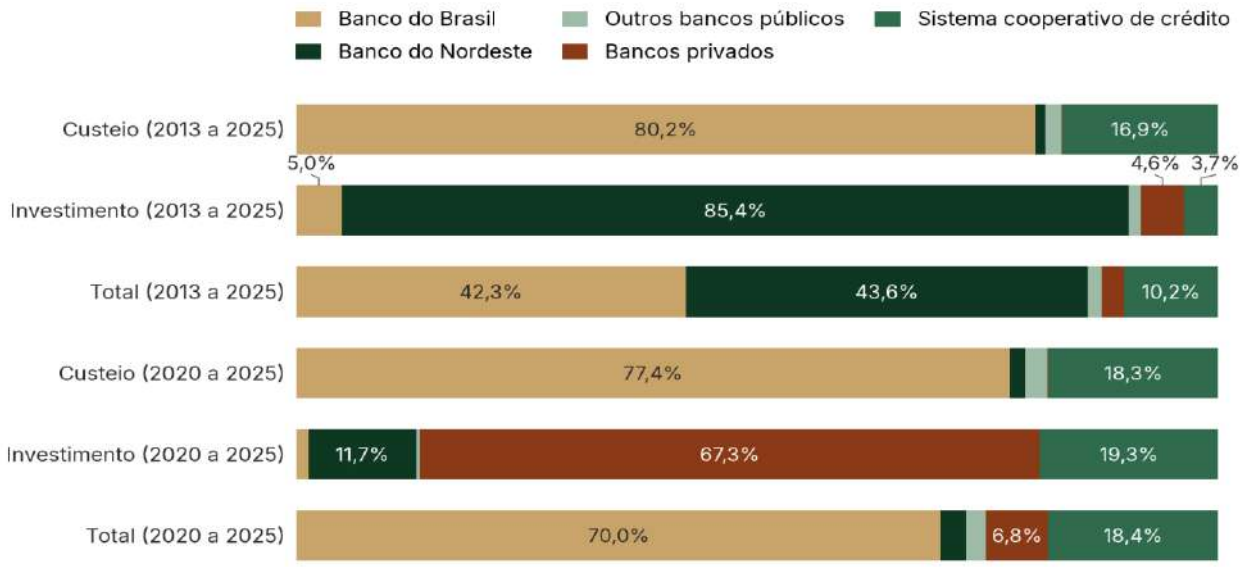
Tabela 25. Brasil: contratos de crédito rural relacionados à equideocultura, por espécie e finalidade, 2025, em R$ e número de contratos.

Espécie	Custeio			Investimento			Total		
	Valor	Contratos	Valor médio	Valor	Contratos	Valor médio	Valor	Contratos	Valor médio
Asinino	-	-	-	43.000,00	5	8.600,00	43.000,00	5	8.600,00
Equino	15.138.167,77	66	229.366,18	811.100,00	19	42.689,47	15.949.267,77	85	187.638,44
Muar	-	-	-	121.790,00	33	3.690,61	121.790,00	33	3.690,61
Total equídeos	**15.138.167,77**	**66**	**229.366,18**	**975.890,00**	**57**	**17.120,88**	**16.114.057,77**	**123**	**131.008,60**

Fonte: BCB (2026a).

Os bancos públicos são os principais ofertantes de crédito rural para a equideocultura: no acumulado de 2013 a 2025, responderam por 87,4% do valor das operações, com destaque para o Banco do Nordeste (43,6%) e o Banco do Brasil (42,3%). No período mais recente (2020 a 2025), a participação dos bancos públicos recuou para 74,8%, concentrada no Banco do Brasil (70,0%), enquanto o Sistema Cooperativo de Crédito (cooperativas de crédito e bancos cooperativos) ampliou sua participação de 10,2% para 18,4%, e os bancos privados, de 2,4% para 6,8%.

Figura 32. Brasil: participação das instituições financeiras no valor nominal acumulado das operações de crédito rural para a equideocultura, 2013 a 2025 e 2020 a 2025, em porcentagem (%).



Fonte: BCB (2026a).

Tabela 26. Brasil: valor nominal acumulado das operações de crédito rural para a equideocultura, por instituição financeira, 2013 a 2025 e 2020 a 2025, em R$ milhões e participação no total.

Instituição	2013 a 2025		2020 a 2025	
	R$ milhões	Part. (%)	R$ milhões	Part. (%)
Banco do Nordeste	159,61	43,6	3,48	2,7
Banco do Brasil	154,74	42,3	90,44	70,0
Banco do Estado do Rio Grande do Sul	2,75	0,8	2,75	2,1
Banco da Amazônia	2,56	0,7	0,05	-
Caixa Econômica Federal	0,19	0,1	-	-
Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul	0,01	-	-	-
Banco do Estado de Sergipe	0,01	-	-	-
Subtotal (bancos públicos)	**319,87**	**87,4**	**96,72**	**74,8**
Bancos privados	8,73	2,4	8,73	6,8
Sistema Cooperativo de Crédito	37,49	10,2	23,82	18,4
Total	**366,08**	**100,0**	**129,28**	**100,0**

Fonte: BCB (2026a).

A análise documental do MCR (BCB, 2026b), considerando sua atualização nº 757, de 17 de julho de 2026, identificou tratamento normativo específico para cadeias como bovinocultura, bubalinocultura, ovinocultura, caprinocultura e suinocultura. Em contrapartida, não foram encontradas referências nominais à equideocultura nem aos termos equinos, equídeos, asininos ou muares, o que evidencia menor individualização dessas atividades nas normas de crédito rural. A análise tem caráter exclusivamente descritivo e comparativo e não representa uma avaliação da importância econômica das cadeias produtivas.



09

Seguro

O mercado de seguros voltado ao Complexo do Agronegócio do Cavalo ainda apresenta espaço para expansão, considerando a diversidade de atividades econômicas que envolvem a criação, o esporte, o lazer e o trabalho com equídeos. Embora exista variedade de coberturas disponíveis, a oferta de produtos especializados permanece concentrada em um número restrito de seguradoras e corretoras com conhecimento técnico sobre o setor. Entre as modalidades de cobertura, estão os seguros para morte, acidentes, doenças, cirurgias, fertilidade, prenhez, parto, roubo e furto qualificado, além de garantias relacionadas à função do animal, ao transporte e à responsabilidade civil em eventos equestres. Também são oferecidos produtos voltados à proteção de estruturas, equipes e operações logísticas de eventos. A contratação desses seguros, entretanto, pode envolver custos elevados e exigências operacionais específicas, fatores que influenciam a disseminação dos produtos e sua adequação aos diferentes perfis de contratantes.

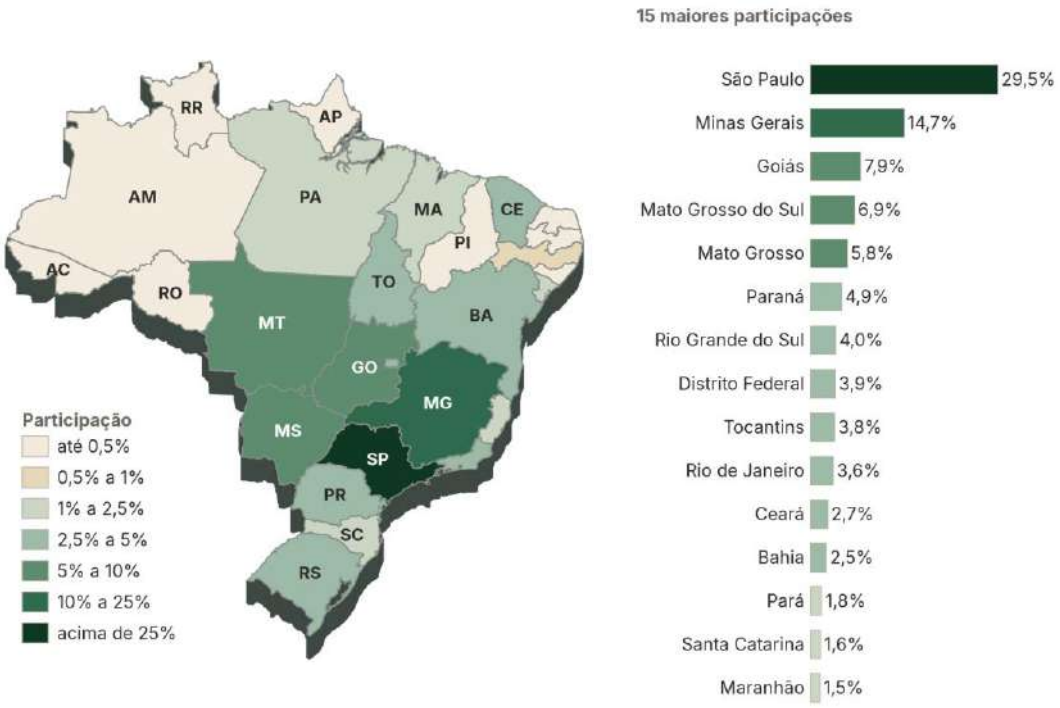
Nesse mercado, destacam-se quatro grupos principais de demandantes: haras com elevado nível de profissionalização, organizadores de eventos, compradores de animais em leilões e competidores. Além da proteção dos animais, as coberturas de responsabilidade civil e de estruturas e operações de eventos constituem modalidades relevantes, ampliando o alcance do seguro para além do patrimônio animal.

O mercado segurador brasileiro é regulado e fiscalizado pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda. De acordo com a SUSEP (2026), os prêmios arrecadados no ramo de seguro rural totalizaram R$ 12,91 bilhões em 2025 (8,86% do segmento de danos), montante que dimensiona a relevância financeira das modalidades de proteção voltadas às atividades agropecuárias, nas quais se inserem as coberturas destinadas à pecuária e aos equídeos.

Especificamente no seguro com cobertura de morte de equídeos, São Paulo e Minas Gerais concentraram, conjuntamente, 44% das apólices emitidas em 2021[6]. Essa participação está associada à relevância desses estados na criação de equídeos, tanto pelo tamanho de seus rebanhos quanto pela presença de animais de raça. O dado evidencia a relação entre a distribuição geográfica da atividade e a demanda por instrumentos de proteção patrimonial no setor.

[6] Os dados mais recentes disponíveis referem-se ao ano de 2021.

Figura 33. Brasil: distribuição das apólices de seguro com cobertura de morte de equídeos por Unidade da Federação, 2021, em % do número de apólices.



Fonte: SUSEP (2026).

Tabela 27. Brasil: estatísticas das apólices de seguro com cobertura de morte de equídeos, 2019 a 2021.

Item	2019	2020	2021
Número de apólices	1.834	6.178	4.224
Valor total segurado (R$)	14.856.227,85	542.003.731,17	625.877.340,03
Valor médio segurado (R$)	8.100,45	87.731,26	148.171,72
Valor total de prêmios (R$)	4.384.040,80	17.388.146,28	14.650.235,54
Valor médio de prêmios (R$)	2.390,43	2.814,53	3.468,33
Valor total de corretagem (R$)	525.303,76	2.749.322,80	2.411.889,28
Valor médio de corretagem (R$)	286,43	445,02	571,00

Fonte: Do autor. Resultado da pesquisa Estudo do Complexo do Agronegócio do Cavalo, 2026.

A evolução das apólices de seguro com cobertura de morte de equídeos entre 2019 e 2021 evidencia a ampliação da movimentação financeira associada a essa modalidade de proteção. Embora o número de apólices tenha oscilado (1.834 em 2019, 6.178 em 2020 e 4.224 em 2021), o valor total segurado aumentou continuamente, alcançando R$ 625,88 milhões no último ano da série. No mesmo período, o valor médio segurado por apólice passou de R$ 8,10 mil para R$ 148,17 mil, acompanhado pelo crescimento do prêmio médio, que atingiu R$ 3.468,33 em 2021. Esses indicadores reforçam a importância desse instrumento para a proteção patrimonial dos agentes do setor. Assim, o seguro constitui componente complementar da estrutura econômica do Complexo do Agronegócio do Cavalo, contribuindo para a gestão dos riscos inerentes à criação, à comercialização e à utilização dos animais.



10

Mercados de medicamentos e rações

Este capítulo apresenta as estimativas dos gastos com medicamentos veterinários e rações destinados aos equídeos, com base nas informações coletadas e nos parâmetros econômicos estabelecidos a partir dos painéis técnicos realizados no âmbito deste estudo.

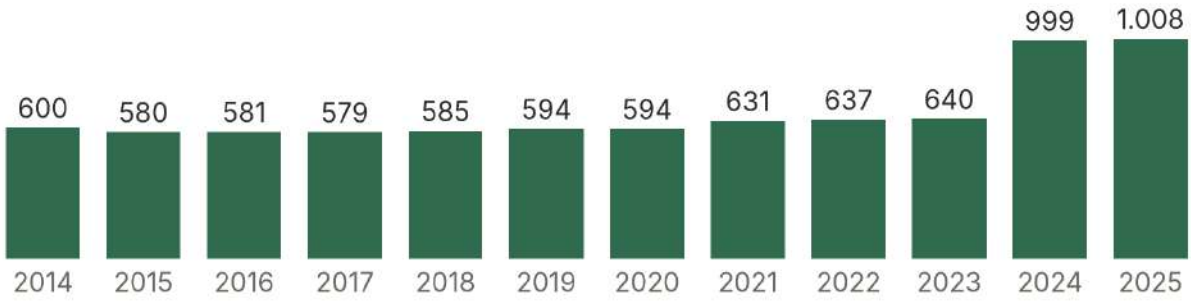
10.1 Medicamentos veterinários

Os dispêndios dos proprietários de equídeos com medicamentos veterinários foram estimados em R$ 923,5 milhões anuais. A estimativa considera o conjunto de medicamentos utilizados nos animais, independentemente de sua finalidade terapêutica, e corresponde a um gasto médio anual por animal de R$ 204,52 para os animais consumidores e de R$ 70,00 para os demais animais (categoria "outros"). Dessa forma, os valores refletem as despesas dos proprietários com a aquisição de medicamentos veterinários destinados à manutenção da saúde dos rebanhos.

10.2 Rações

A evolução do volume de rações destinadas aos equídeos no Brasil, segundo dados do Sindicato Nacional da Indústria de Alimentação Animal (SINDIRAÇÕES), evidencia trajetória de relativa estabilidade nos primeiros anos da série histórica, com volumes anuais entre 579 mil e 640 mil toneladas de 2014 a 2023. A partir de 2024, observa-se expansão expressiva: o volume alcançou 999 mil toneladas e, em 2025, 1,008 milhão de toneladas, o maior patamar do período analisado. Esse avanço representa mudança significativa no comportamento do indicador, com crescimento acumulado de 68% em relação ao início da série (600 mil toneladas em 2014), evidenciando a ampliação da demanda por alimentação industrializada na equideocultura brasileira.

Figura 34. Brasil: produção de rações destinadas aos equídeos, 2014 a 2025, em mil toneladas.



Fonte: SINDIRAÇÕES (2026).

Considerando a faixa de preços praticados no mercado, o volume produzido indica uma movimentação anual estimada entre R$ 3 bilhões e R$ 4 bilhões no segmento de rações destinadas aos equídeos. Essa estimativa se aproxima dos resultados obtidos nos painéis técnicos realizados neste estudo, que apontaram gastos anuais de R$ 4,8 bilhões com rações e composições alimentares. Cabe destacar que, diferentemente de outras cadeias pecuárias, nas quais o fornecimento de alimentos apresenta maior integração com a agroindústria, a alimentação dos equídeos caracteriza-se pela diversidade de fontes de suprimento, abrangendo tanto produtos industrializados adquiridos no mercado quanto alimentos produzidos na própria unidade de produção.



11

Turismo equestre

O turismo equestre compreende atividades turísticas organizadas que utilizam equinos, asininos ou muares como elemento central ou complementar do produto ou serviço oferecido ao visitante. Para fins deste estudo, o conceito abrange passeios, cavalgadas, trilhas e outros percursos equestres realizados em ambientes rurais, naturais ou culturais. A delimitação considera os requisitos da ABNT NBR 15507-1:2019, que estabelece critérios para a oferta de produtos de turismo equestre, com ênfase na segurança dos participantes, dos profissionais envolvidos e dos animais (ABNT, 2019).

Sob a perspectiva econômica, foram considerados tanto os empreendimentos especializados na oferta de atividades equestres quanto aqueles em que essas atividades integram, de forma complementar, os serviços turísticos. Incluem-se, portanto, centros de turismo equestre, operadores de cavalgadas, hotéis-fazenda, hotéis rurais e estabelecimentos de turismo de natureza que disponibilizam passeios a cavalo, trilhas ou roteiros equestres como parte de sua oferta. Também foram abrangidas experiências vinculadas ao turismo rural e cultural, incluindo percursos de curta e longa distância.

Atualmente, não há estatística oficial consolidada sobre o número de estabelecimentos que ofertam turismo equestre no Brasil. Diante dessa limitação, para fins de estimativa econômica, foram considerados 600 estabelecimentos em atividade, incluindo empreendimentos especializados e aqueles que oferecem atividades equestres de forma complementar. A adoção desse quantitativo representa um recorte metodológico, destinado a delimitar o universo de estabelecimentos efetivamente considerado nos cálculos. O cálculo considerou média de 15 animais por estabelecimento, diária média de R$ 300,00 por animal e utilização equivalente a 120 dias por ano.

Com base nessas premissas (600 estabelecimentos × 15 animais × R$ 300,00 × 120 dias), a receita bruta anual estimada do segmento alcança R$ 324 milhões. Para evitar dupla contagem de valores já incorporados ao dimensionamento econômico do Complexo do Agronegócio do Cavalo, foram deduzidas as despesas referentes à manutenção dos 9 mil animais considerados na estimativa do turismo equestre. Esses animais foram tratados como animais de uso, sem enquadramento como animais de raça (consumidores), e seus custos já haviam sido contemplados nos painéis de levantamento da pesquisa. Após essa dedução, de R$ 35,81 milhões (9 mil animais × R$ 3.979,41 por animal/ano), a contribuição adicional estimada do turismo equestre à renda gerada pelo Complexo corresponde a R$ 288,19 milhões.



12

Eventos equestres

Os eventos equestres constituem segmento relevante do Complexo do Agronegócio do Cavalo, envolvendo a realização de competições, provas e exposições que mobilizam diferentes agentes e atividades econômicas. O dimensionamento desse segmento apresenta desafios em razão da ausência de um cadastro nacional que reúna a totalidade dos eventos realizados no País. Nesse contexto, o quantitativo apresentado neste capítulo corresponde a uma estimativa técnica, elaborada a partir da integração de registros institucionais, de informações obtidas junto a agentes do setor e de demais fontes disponíveis, conforme os procedimentos metodológicos descritos neste estudo. Para a apuração da movimentação econômica, adotou-se uma referência conservadora do número de eventos, com o objetivo de reduzir o risco de superestimação dos resultados.

A partir dessa delimitação, o capítulo apresenta a estimativa do número anual de eventos equestres no Brasil e a movimentação econômica direta associada à sua realização, considerando os gastos envolvidos na organização e execução dessas atividades.

Para fins deste estudo, foram considerados eventos equestres aqueles destinados à realização de competições, provas e exposições envolvendo equídeos, incluindo os eventos registrados junto aos órgãos estaduais de defesa sanitária animal. Quanto à vinculação institucional, os eventos foram classificados em duas categorias: oficiais, quando promovidos e organizados diretamente pelas entidades representativas das raças ou modalidades; e oficializados ou chancelados, quando realizados por organizadores independentes, mediante autorização das respectivas entidades e observância de seus regulamentos técnicos e normas específicas.

Como referência da dimensão da atividade, em 2025, as três principais associações de raças equinas registraram, em conjunto, 1.684 eventos: a Associação Brasileira de Criadores de Cavalos Crioulos (ABCCC) contabilizou 494 eventos (ABCCC, 2025); a Associação Brasileira dos Criadores do Cavalo Mangalarga Marchador (ABCCMM), 385 (ABCCMM, 2025); e a Associação Brasileira de Criadores de Cavalo Quarto de Milha (ABQM), por meio de sua representação brasileira, 805 eventos da raça Quarto de Milha (ABQM, 2025). Esses quantitativos abrangem eventos oficiais e oficializados e demonstram a relevância do calendário organizado pelas entidades representativas.

A estimativa do número anual e da movimentação financeira dos eventos equestres no Brasil foi elaborada com base em dados primários, obtidos por meio de entrevistas e consultas e consolidados conforme as diferentes modalidades. Esse levantamento resultou em um universo superior a 10 mil eventos por ano; para os cálculos econômicos, adotou-se, de forma conservadora, a referência de 10 mil eventos.

As informações coletadas foram submetidas a procedimentos de análise de consistência e validação técnica, resultando em estimativa de R$ 217.784,76 de movimentação econômica direta média por evento. Esse valor contempla os gastos diretamente associados à organização e à realização dos eventos equestres e não inclui as despesas com a manutenção dos animais, já incorporadas às estimativas obtidas nos painéis, de modo a evitar dupla contagem.

Os eventos equestres movimentam aproximadamente R$ 2,18 bilhões anuais no Brasil (10 mil eventos × R$ 217.784,76). Esse montante representa a estimativa da movimentação econômica

direta associada à realização dessas atividades, calculada com base nas premissas e nos procedimentos metodológicos adotados neste estudo.

O resultado evidencia a relevância econômica dos eventos equestres no contexto do Complexo do Agronegócio do Cavalo, considerando sua capacidade de mobilizar recursos e gerar demanda por bens e serviços relacionados à atividade. Além de sua dimensão esportiva, cultural e de lazer, esses eventos constituem um importante segmento de dinamização econômica, envolvendo diferentes agentes e atividades que integram a cadeia produtiva dos equídeos.



13

Balança comercial

O Complexo do Agronegócio do Cavalo realiza operações de importação e exportação de diferentes produtos, incluindo animais vivos, carne, miudezas, couros e peles. Essas operações são registradas com informações que permitem identificar e caracterizar os produtos comercializados, como quantidade, peso, valor e país de origem ou de destino.

Para padronizar a identificação das mercadorias e facilitar o registro e o acompanhamento do comércio internacional, cada produto recebe um código específico de classificação. No âmbito do Mercosul, utiliza-se a Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), baseada no Sistema Harmonizado de Designação e de Codificação de Mercadorias (SH), mantido pela Organização Mundial das Alfândegas (OMA). O código NCM é composto por oito dígitos, que representam diferentes níveis de classificação e detalhamento das mercadorias.

Tabela 28. Exemplo de estrutura do código na Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM).

Código	Nível	Descrição
01	Capítulo	Animais vivos
0101	Posição	Cavalos, asininos e muares, vivos
0101.2	Subposição	Cavalos
0101.21	Item	Reprodutores de raça pura
0101.21.00	Subitem	Categoria específica final (sem subdivisões neste exemplo)

Fonte: Do autor. Resultado da pesquisa Estudo do Complexo do Agronegócio do Cavalo, 2026.

Para este estudo, foram consideradas exclusivamente as mercadorias cujos códigos NCM permitem identificar especificamente os produtos relacionados aos equídeos. Não foram incluídos os códigos NCM 41042900, 41043190 e 41043990, uma vez que abrangem couros e peles de bovinos e de equídeos, sem permitir a segregação dos valores correspondentes exclusivamente aos equídeos.[7]

Adicionalmente, embora o código NCM 02069000 abranja miudezas de ovinos e de outras espécies, o cruzamento de dados da FAOSTAT (2026), do COMTRADE (2026) e do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC, 2026) permitiu identificar a parcela relativa exclusivamente aos equídeos.

[7] O Brasil exporta cerca de US$ 1,2 bilhão (equivalente a R$ 6,7 bilhões, considerada a taxa de câmbio média do dólar em 2025, de R$ 5,5879/US$) em couros e peles, dos quais 98,8% referem-se a produtos de origem bovina (CICB, 2026). Os 1,2% restantes dividem-se entre couros e peles de ovinos, caprinos, suínos, equídeos, jacaré-do-pantanal, jacaretinga, peixes (pirarucu e tilápia), rãs e cobras.

Tabela 29. Mercadorias consideradas no levantamento, por código NCM.

NCM	Descrição
01011010	Cavalos reprodutores de raça pura
01011090	Animais da espécie asinina/muar, reprodutores, raça pura
01011100	Cavalos reprodutores, de raça pura
01011900	Outros cavalos, vivos
01012000	Asininos e muares vivos
01012100	Cavalos reprodutores de raça pura
01012900	Cavalos, exceto reprodutores de raça pura
01013000	Animais espécie asinina/muar, reprodutores de raça pura
01019000	Animais espécie asinina/muar, exceto reprodutores de raça pura
01019010	Cavalos vivos, exceto reprodutores raça pura
01019090	Animais espécie asinina/muar, exceto reprodutores de raça pura
02050000	Carnes de animais das espécies cavalar, asinina e muar, frescas, refrigeradas ou congeladas
02069000	Miudezas comestíveis de ovinos e de outros animais, congeladas
41014010	Peles em bruto, de equídeos, não divididas
41041119	Couros de equídeos, no estado úmido, plena flor, não divididos
41041129	Couros de equídeos, divididos, com o lado flor, no estado úmido
41041990	Couros/peles, equídeos, úmidos
41044190	Couros e peles de equídeos, no estado seco, plena flor
41044990	Couros/peles equídeos, no estado seco (crust)
41071190	Couros e peles inteiros, de equídeos, plena flor, não divididos
41071290	Couros e peles, inteiros, de equídeos, preparados
41071990	Couros e peles inteiros de equídeos, preparados após curtimenta
41079190	Couros e peles de equídeos, incluindo as tiras, preparados, plena flor, não divididos
41079290	Couros e peles de equídeos, incluindo as tiras, preparados, divididos, com o lado flor
41079990	Outros couros e peles de equídeos, preparados

Fonte: Do autor. Resultado da pesquisa Estudo do Complexo do Agronegócio do Cavalo, 2026.

Não foram incluídas as estatísticas oficiais de importação e exportação de material genético, uma vez que a classificação disponível não permite identificar os dados específicos da equideocultura: para os embriões, os registros abrangem todas as espécies animais; para o sêmen, a classificação distingue apenas bovinos e demais animais, sem possibilitar a identificação individualizada das operações relativas aos equídeos.

As estatísticas oficiais, que utilizam a codificação NCM, não classificam o comércio de animais vivos em nível que permita identificar a raça. Entretanto, por meio da triangulação de dados[8], é possível identificar as principais raças exportadas e importadas.

[8] Metodologia baseada no uso de uma combinação de diferentes fontes de dados. Para mais informações, ver Zappellini e Feuerschütte (2015).

Tabela 30. Principais raças de equídeos identificadas no comércio exterior brasileiro, por fluxo, produto e espécie.

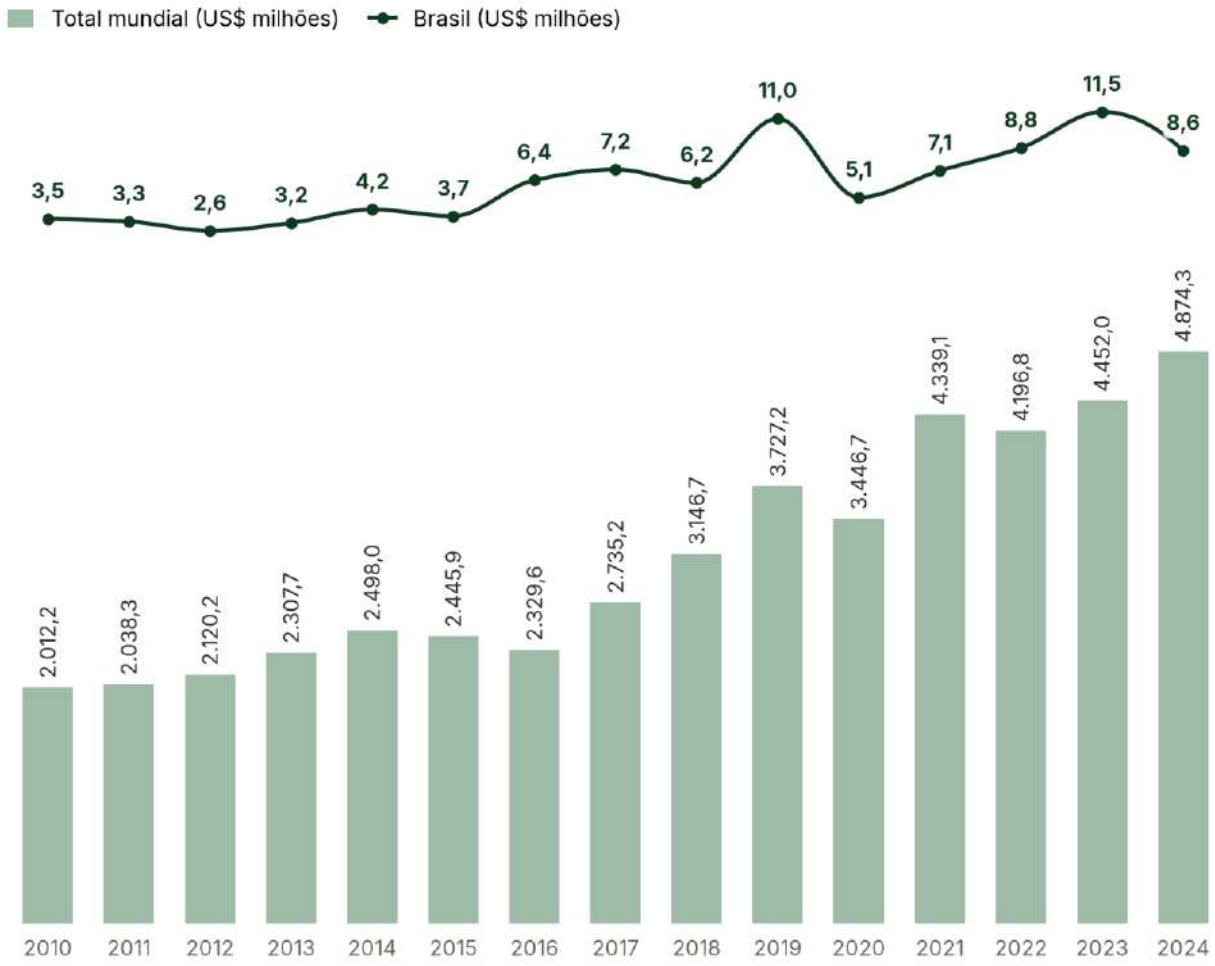
Fluxo	Produto	Espécie	Raça
Exportação	Animal vivo	Asinino	Pêga
		Equino	Árabe
			Campolina
			Crioulo
			Mangalarga Marchador
			Puro-Sangue Lusitano
			Puro-Sangue Inglês
			Quarto de Milha
		Muar	Mulas de sela
	Sêmen	Equino	Crioulo
			Puro-Sangue Lusitano
			Mangalarga Marchador
			Quarto de Milha
Importação	Animal vivo	Asinino	Andaluz
			Mammoth Jack
		Equino	Andaluz
			Árabe
			Hannoveriana
			Holsteiner
			KWPN
			Puro-Sangue Lusitano
			Oldenburguer
			Puro-Sangue Inglês
			Quarto de Milha
			Selle Français
	Embriões		Hanoveriano, KWPN e Holsteiner
			Puro-Sangue Lusitano
	Oócitos		Diversas raças
	Sêmen		Puro-Sangue Lusitano

Fonte: Do autor. Resultado da pesquisa Estudo do Complexo do Agronegócio do Cavalo, 2026.

13.1 Exportações de equinos vivos

As exportações de equinos vivos constituem uma das formas de inserção internacional do Brasil no mercado de animais de elevado valor econômico e genético. Esse comércio envolve tanto animais destinados à reprodução quanto cavalos destinados a esporte, competição, treinamento e outras finalidades, classificados como equinos, exceto reprodutores de raça pura. A análise a seguir examina a evolução das exportações brasileiras em comparação com o mercado mundial, a posição relativa do País e, posteriormente, as diferenças entre os segmentos de animais comercializados.

Figura 35. Brasil e mundo: exportações de equinos vivos, em US$ milhões, 2010 a 2024.



Fonte: FAOSTAT (2026).

Embora a evolução anual das exportações brasileiras de cavalos vivos apresente oscilações distintas em relação ao comportamento do mercado mundial, a taxa de crescimento anual composta (CAGR) entre 2010 e 2024 foi ligeiramente superior no Brasil (6,65%) em comparação ao total mundial (6,52%). Esse resultado demonstra que, no período analisado, as exportações brasileiras cresceram em ritmo um pouco mais acelerado que o mercado internacional. Apesar desse desempenho e do aumento expressivo do valor exportado, que alcançou aproximadamente o triplo dos níveis registrados no início da década passada, o Brasil respondeu por apenas 0,22% das exportações mundiais, com US$ 92,38 milhões, ocupando a 23ª posição entre os maiores países exportadores de cavalos vivos. Esse cenário evidencia que, embora apresente uma trajetória de crescimento ligeiramente superior à média mundial, o País ainda possui participação relativamente reduzida no comércio internacional, indicando espaço para ampliar sua inserção nesse mercado.

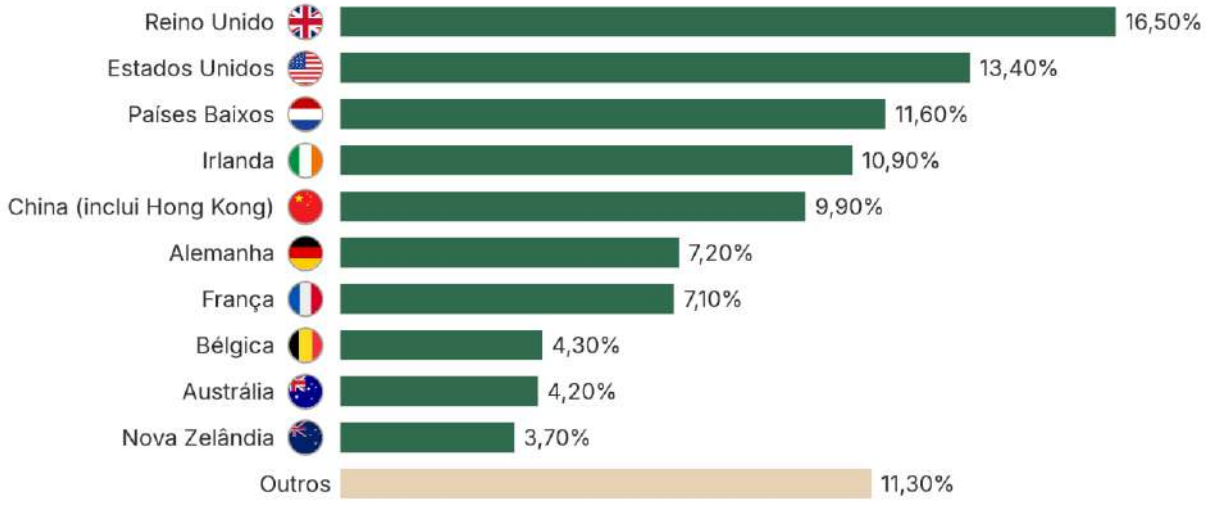
Figura 36. Brasil: posição no ranking mundial de exportadores de equinos vivos, 2010 a 2024.



Fonte: FAOSTAT (2026).

Entre 2010 e 2024, dos 156 países que registraram exportações de ao menos um cavalo vivo, o Reino Unido e os Estados Unidos destacaram-se como os principais exportadores mundiais, com participações de 16,5% e 13,4%, respectivamente, no valor total exportado no período.

Figura 37. Mundo: participação dos principais países nas exportações de equinos vivos, em % do valor acumulado (US$), 2010 a 2024.



Fonte: FAOSTAT (2026).

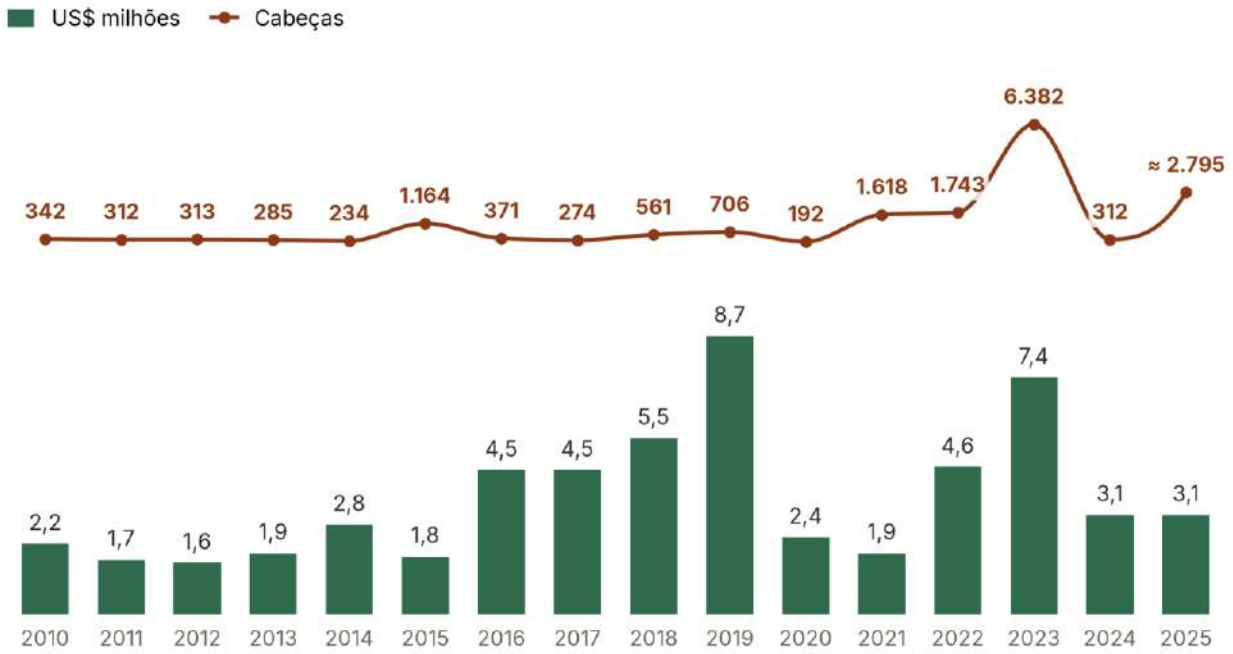
13.1.1 Equinos reprodutores de raça pura

As exportações de equinos reprodutores de raça pura representam uma dimensão particularmente estratégica do comércio exterior, pois estão associadas à transferência internacional de genética e de animais de elevado valor econômico. Trata-se, contudo, de um mercado caracterizado por

pequeno número de operações e elevada heterogeneidade de valores, de modo que transações individuais podem produzir efeitos expressivos sobre as estatísticas anuais.

As exportações brasileiras de equinos reprodutores de raça pura apresentam evolução mais relacionada a eventos pontuais do que a modificações estruturais. Por se tratar de um mercado com poucas operações, mas de elevado valor individual, uma única transação pode provocar saltos no valor exportado. O caso do cavalo Raptor's, campeão do GP Brasil de 2023 e posteriormente vendido a proprietários norte-americanos, exemplifica essa situação. Além disso, eventos esportivos com intensa participação de brasileiros, como os circuitos de Wellington e Ocala em 2023, ampliam a exposição dos animais e favorecem a realização de negócios. Fatos como esses podem explicar o aumento observado em 2023 na série das exportações de cavalos reprodutores de raça pura do período de 2010 a 2025.

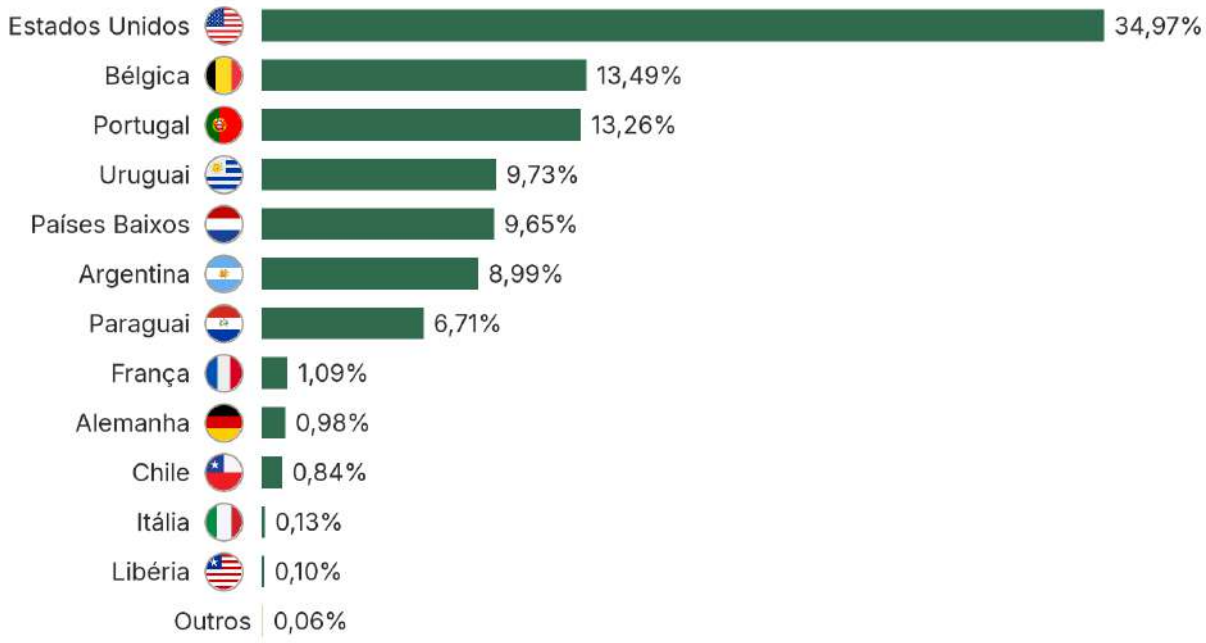
Figura 38. Brasil: exportações de equinos reprodutores de raça pura, em US$ milhões e número de cabeças, 2010 a 2025.



Fonte: MDIC (2026).

Em 2025, as exportações brasileiras de cavalos reprodutores de raça pura totalizaram 2.800 animais, correspondentes a US$ 3,10 milhões, equivalentes a R$ 17,31 milhões. Estados Unidos, Bélgica e Portugal destacaram-se como os principais destinos, concentrando, em conjunto, pouco mais de 60% do valor exportado.

Figura 39. Brasil: destino das exportações de equinos reprodutores de raça pura, em % do valor (US$ FOB), 2025.



Fonte: MDIC (2026).

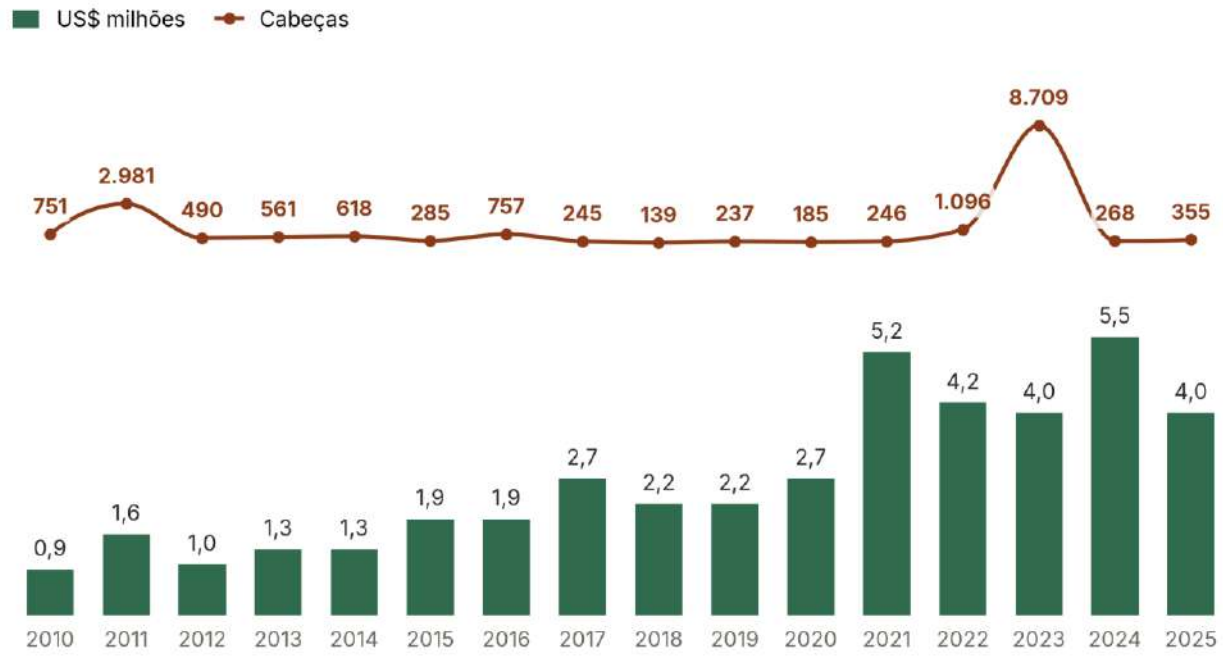
No quinquênio de 2021 a 2025, os Estados Unidos se destacaram como principal parceiro comercial, em valores monetários, em todo o período analisado. Nesse período, Estados Unidos, Argentina e Uruguai concentraram mais de 95% do volume financeiro referente às exportações brasileiras em todos os anos. Somente em 2025 a distribuição geográfica dos destinos se alterou em grandes proporções, com os países europeus respondendo por 38,6% das exportações brasileiras, sendo que nos anos anteriores sua participação oscilou entre 0 e 1,08%.

13.1.2 Equinos, exceto reprodutores de raça pura

As exportações de equinos não destinados à reprodução apresentam dinâmica distinta da observada para os reprodutores de raça pura, estando mais diretamente relacionadas à circulação internacional de animais para esporte, competição e treinamento. Por essa característica, os fluxos podem refletir tanto a atividade econômica regular do setor quanto movimentos pontuais e operações de natureza excepcional.

A partir de 2021, observa-se mudança no comportamento das exportações brasileiras de cavalos, exceto reprodutores, possivelmente associada à maior circulação internacional de animais destinados ao esporte, à competição e ao treinamento, com concentração nos mercados norte-americano e uruguaio. Embora o número de animais embarcados e os valores comercializados tenham oscilado ao longo do período, destaca-se o número excepcionalmente elevado de animais exportados em 2023, que pode representar uma ocorrência atípica na série histórica. Diante disso, recomenda-se cautela na interpretação dos dados quantitativos, priorizando-se a análise da evolução dos valores monetários.

Figura 40. Brasil: exportações de equinos, exceto reprodutores de raça pura, em US$ milhões e número de cabeças, 2010 a 2025.



Fonte: MDIC (2026).

No período de 2021 a 2025, Estados Unidos e Uruguai mantiveram-se como os principais destinos das exportações brasileiras de cavalos, exceto reprodutores, considerando o valor free on board (FOB) das operações, em dólares. Em quatro dos cinco anos analisados, esses mercados responderam, em conjunto, por mais de 90% do valor exportado; em 2025, essa participação foi de 89,1%. Também em número de animais, os dois países destacaram-se em 2025, ao receber 67% dos 355 cavalos exportados, excluídos os reprodutores de raça pura. A receita total no ano foi de US$ 3,97 milhões, equivalentes a R$ 22,21 milhões[9].

Figura 41. Brasil: destino das exportações de equinos, exceto reprodutores de raça pura, em % do valor (US$ FOB), 2025.



Fonte: MDIC (2026).

13.2 Exportações de asininos vivos

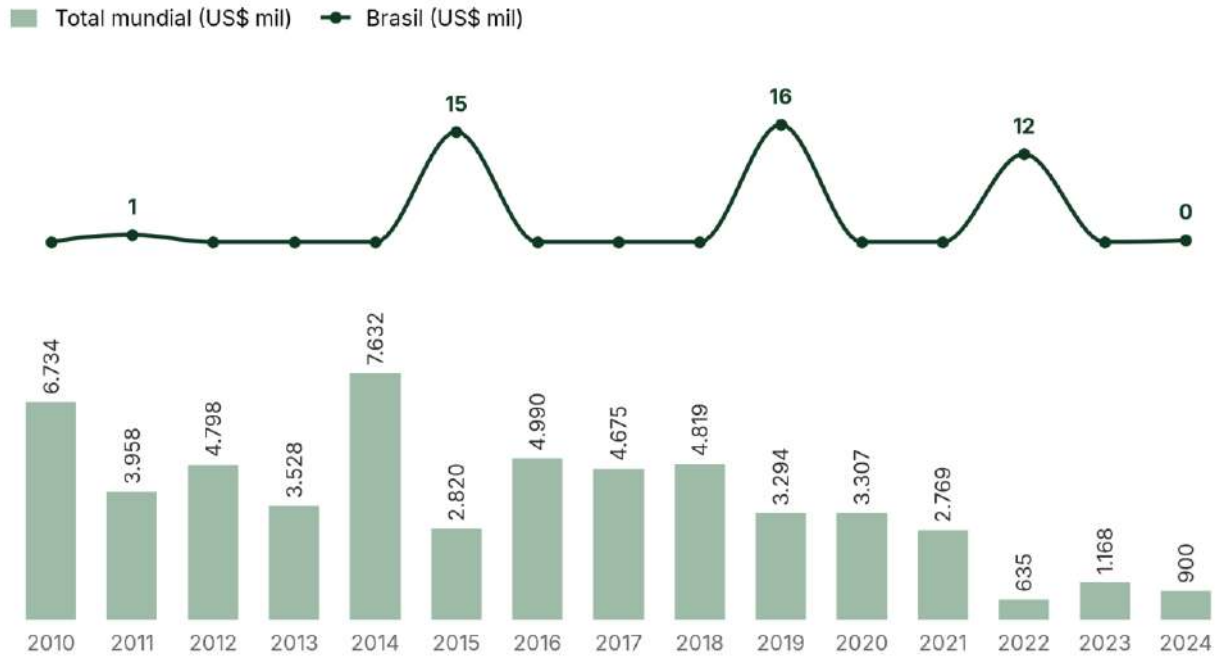
O comércio internacional de asininos vivos apresenta características bastante distintas das observadas para os equinos, tanto em escala quanto em frequência das operações. No caso

[9] Considerada a taxa de câmbio média do dólar em 2025, de R$ 5,5879/US$ (IPEA, 2026).

brasileiro, trata-se de um fluxo esporádico, marcado por poucos embarques e grande variação no número de animais. A análise desse mercado é relevante para compreender a inserção recente do Brasil em cadeias internacionais relacionadas à reprodução, ao trabalho e à utilização econômica dos asininos.

As exportações brasileiras de asininos vivos ocorreram de forma pontual entre 2010 e 2024, restringindo-se aos anos de 2011, 2015, 2019, 2022 e 2024. Em termos de valor exportado, o Brasil ocupou, nesses anos, respectivamente, a 11ª, 11ª, 8ª, 8ª e 26ª posições no ranking mundial de exportadores. No cenário internacional, o volume total de exportações apresentou forte retração ao longo do período, com taxa de crescimento anual composta (CAGR) negativa de 13,4% a.a. Essa trajetória, contudo, foi marcada por elevada volatilidade, com variações anuais entre -77% e +116%.

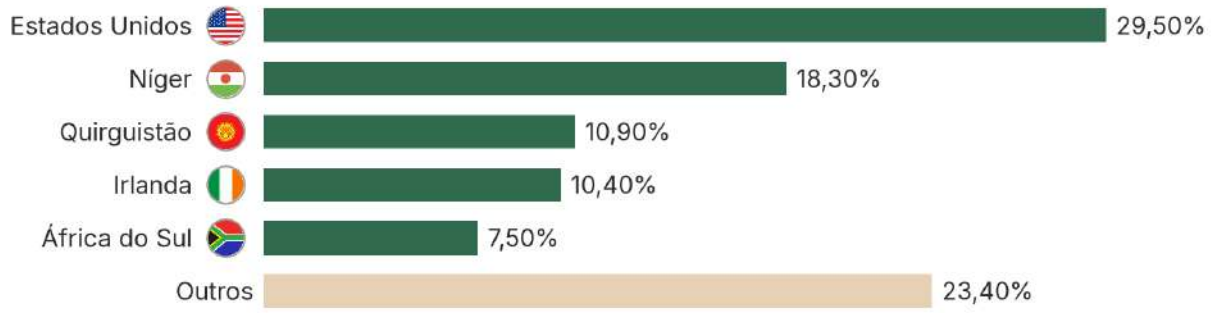
Figura 42. Brasil e mundo: exportações de asininos vivos, em US$ mil, 2010 a 2024.



Fonte: FAOSTAT (2026) e MDIC (2026).
Nota: Nos anos sem rótulo na série do Brasil, não houve registro de operações (valor igual a zero).

Entre 2010 e 2024, 66 países registraram exportações de ao menos um asinino vivo. Nesse período, Estados Unidos e Níger destacaram-se como os principais exportadores, respondendo por 29,5% e 18,3% do valor total mundial, respectivamente. As exportações brasileiras somaram US$ 43 mil, participação inferior a 0,1% do comércio internacional da categoria, o que evidencia a presença ainda pouco expressiva do País nesse mercado.

Figura 43. Mundo: participação dos principais países nas exportações de asininos vivos, em % do valor acumulado (US$), 2010 a 2024.



Fonte: FAOSTAT (2026).

Em 2025, as exportações brasileiras apresentaram concentração em poucos mercados de destino, com destaque para o Uruguai, responsável por 51,56% do valor total exportado, seguido pela Guiana, com 47,19%. Estados Unidos e Hong Kong registraram participações menores, de 0,90% e 0,35%, respectivamente. No conjunto, as operações geraram receitas de R$ 498,4 mil ao longo do ano.

Figura 44. Brasil: destino das exportações de asininos, em % do valor (US$ FOB), 2025.



Fonte: MDIC (2026).

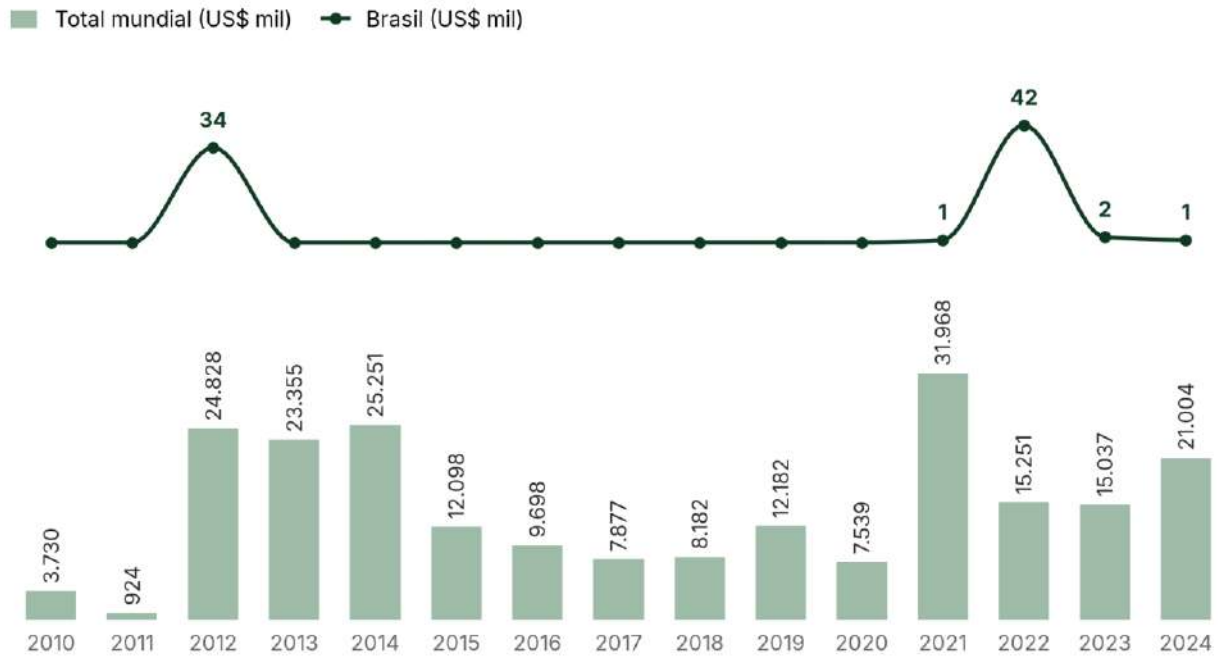
De acordo com os dados do Comex Stat (2025), foram exportados 103 animais classificados nas categorias correspondentes às espécies asinina e muar. Desse total, 75 animais foram enquadrados na categoria de reprodutores de raça pura (espécie asinina), enquanto 28 foram classificados na categoria de animais das espécies asinina e muar, exceto reprodutores de raça pura. Cabe ressaltar que essa classificação segue os códigos utilizados na base de dados do comércio exterior, não permitindo a desagregação dos registros entre asininos e muares na segunda categoria.

13.3 Exportações de muares vivos

As exportações brasileiras de muares vivos representam um segmento de pequena dimensão no comércio exterior, caracterizado pela irregularidade dos fluxos e pela diversidade dos animais comercializados. Diferentemente de outros segmentos da equideocultura, as operações de exportação não ocorrem de forma contínua, apresentando oscilações tanto na frequência quanto nos mercados de destino. Essa característica exige cautela na interpretação das variações anuais, especialmente das taxas de crescimento e dos preços médios praticados.

No período de 2010 a 2024, as exportações brasileiras de muares ocorreram apenas em 2012 e entre 2021 e 2024. Apesar da descontinuidade das operações, o Brasil figurou entre os principais exportadores mundiais por faturamento nesses anos, ocupando, respectivamente, a 21ª, 26ª, 12ª, 23ª e 21ª posições no ranking internacional. Esse comportamento evidencia a presença brasileira nesse mercado, embora ainda caracterizada por volumes comerciais pouco expressivos e elevada oscilação entre os anos.

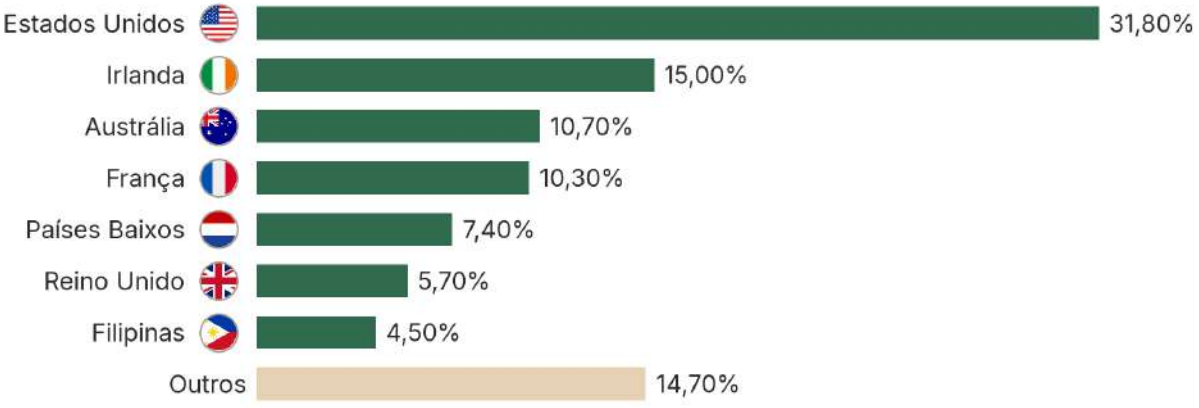
Figura 45. Brasil e mundo: exportações de muares vivos, em US$ mil, 2010 a 2024.



Fonte: FAOSTAT (2026).
Nota: Nos anos sem rótulo na série do Brasil, não houve registro de operações (valor igual a zero).

No período de 2010 a 2024, entre os 85 países que exportaram ao menos um muar, Estados Unidos e Irlanda foram os principais exportadores. No mesmo período, as exportações brasileiras de muares vivos somaram US$ 113 mil, o que correspondeu a 0,05% do valor mundial exportado.

Figura 46. Mundo: participação dos principais países nas exportações de muares vivos, em % do valor acumulado (US$), 2010 a 2024.



Fonte: FAOSTAT (2026).

13.4 Exportações de carne de equídeos

A produção de carne e de couro de equídeos tem origem no abate de animais em estabelecimentos frigoríficos submetidos à fiscalização oficial. De acordo com o art. 18 da Lei nº 7.291/1984, o abate de equídeos para fins industriais e comerciais deve ocorrer obrigatoriamente sob inspeção federal, o que assegura o cumprimento dos requisitos sanitários e legais aplicáveis à atividade.

Atualmente, há cinco frigoríficos autorizados para o abate de equídeos no Brasil, distribuídos entre os estados da Bahia, de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul. Na Bahia, contudo, no momento da elaboração deste documento, apenas o estabelecimento localizado em Amargosa encontrava-se em atividade.

Tabela 31. Brasil: frigoríficos autorizados para o abate de equídeos, por município e UF.

Frigorífico	Município	UF
Nordeste Pecuária, Indústria e Comércio Ltda	Amargosa	BA
Cabra Forte Alimentos Ltda	Simões Filho	BA
Frigorífico Regional Sudoeste Ltda	Itapetinga	BA
Frigorífico Frigofava S/A	Araguari	MG
Frigorífico Foresta Ltda	São Gabriel	RS

Fonte: MAPA (2025a).

Tabela 32. Brasil: frigoríficos habilitados para exportação de produtos de equídeos, por mercado de destino e categoria de produto.

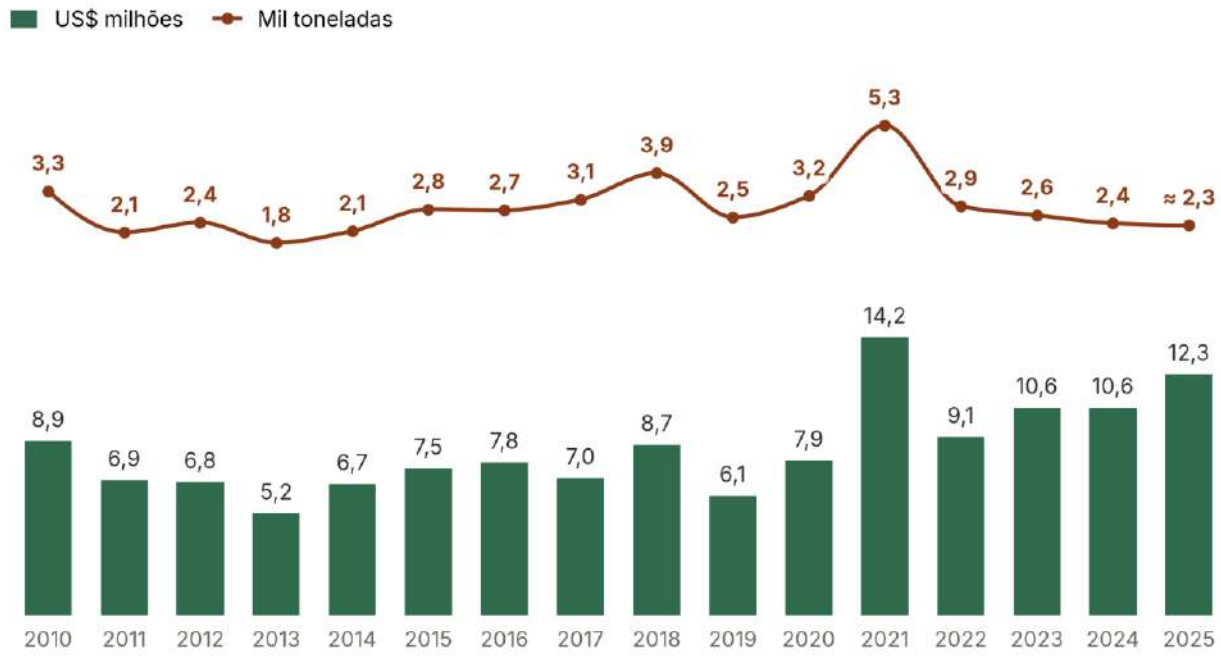
País	Frigorífico			
	Nordeste	Sudoeste	Frigofava	Foresta
África do Sul		A	A	B
China	A			
Irã			A	
Reino Unido		A	A	B
União Econômica Eurasiática (UEE)				B
União Europeia (UE)		A	A	B
Uruguai			A	

Fonte: MAPA (2025b).
Nota: A = produtos com adição de inibidores (equídeos) (DHC); B = carne de equídeo in natura.

No período de 2010 a 2025, o desempenho das exportações brasileiras de carne de equídeos revelou um movimento divergente entre a receita gerada e o volume físico embarcado, resultando em uma CAGR financeira positiva de +2,19% ao ano (evoluindo de US$ 8,9 milhões para US$ 12,3 milhões) e em uma CAGR de volume negativa de -2,38% ao ano (com recuo de aproximadamente 3,3 mil para 2,3 mil toneladas). Esse contraste reflete uma valorização expressiva no preço médio por tonelada ao longo dos 15 anos, impulsionada por picos pontuais de mercado, como o

registrado em 2021, quando a receita atingiu a máxima histórica de US$ 14,2 milhões com o pico de volume de 5,3 mil toneladas. Esse movimento consolidou a transição para transações de maior valor agregado no encerramento da série.

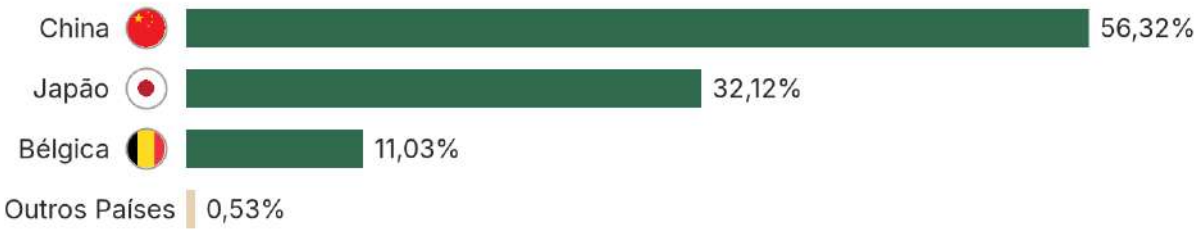
Figura 47. Brasil: exportações de carne de equídeos, em US$ milhões e mil toneladas, 2010 a 2025.



Fonte: MDIC (2026).

Em 2025, as exportações brasileiras de carne de equídeos somaram US$ 12,34 milhões, equivalentes a R$ 68,96 milhões, com elevada concentração em três mercados de destino: China, Japão e Bélgica responderam, em conjunto, por aproximadamente 99% do valor exportado, o que evidencia a forte dependência dessas operações em relação a um número restrito de parceiros comerciais.

Figura 48. Brasil: destino das exportações de carne de equídeos, em % do valor (US$ FOB), 2025.

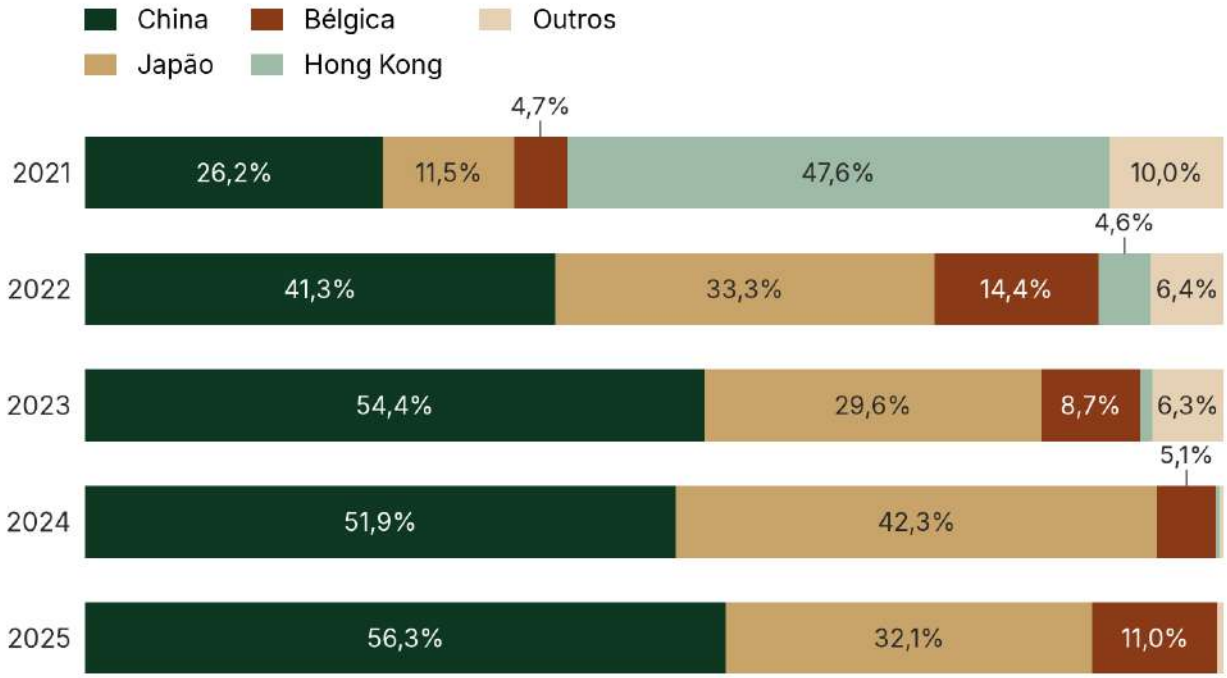


Fonte: MDIC (2026).

Os países importadores de carne de equídeos nem sempre destinam os produtos adquiridos ao consumo interno, podendo atuar também como intermediários no comércio internacional. É o caso da Bélgica, que, embora figure entre os principais destinos das exportações brasileiras, reexporta grande parte da carne adquirida para outros mercados. Outra característica desse comércio é a variação da participação dos países de destino ao longo dos anos. Em 2021, Hong Kong concentrou 47,6% do valor exportado pelo Brasil, enquanto a China respondeu por 26,2%. Em

2025, esse cenário alterou-se significativamente: a participação chinesa mais que dobrou, alcançando 56,3% do total, e não foram registradas vendas brasileiras para Hong Kong. Essas mudanças evidenciam a dinâmica dos mercados de destino e a alteração na composição dos parceiros comerciais do Brasil ao longo do período analisado.

Figura 49. Brasil: participação de países selecionados no valor das exportações de carne de equídeos, em %, 2021 a 2025.



Fonte: MDIC (2026).

13.5 Exportações de miudezas comestíveis de equídeos

Além da carne, o abate de equídeos gera uma série de produtos com diferentes aplicações econômicas, cuja importância comercial pode ser significativa mesmo quando não aparece de forma destacada nas estatísticas tradicionais do setor. Entre esses produtos estão as miudezas comestíveis de equídeos[10], que apresentam mercados, valores e finalidades de uso bastante distintos conforme o país de destino. As miudezas podem ser destinadas ao consumo humano, à produção de rações, principalmente para animais de companhia (pets), e ao uso como matéria-prima para fins opoterápicos[11], laboratoriais e em outros processos industriais, como a produção de heparina.

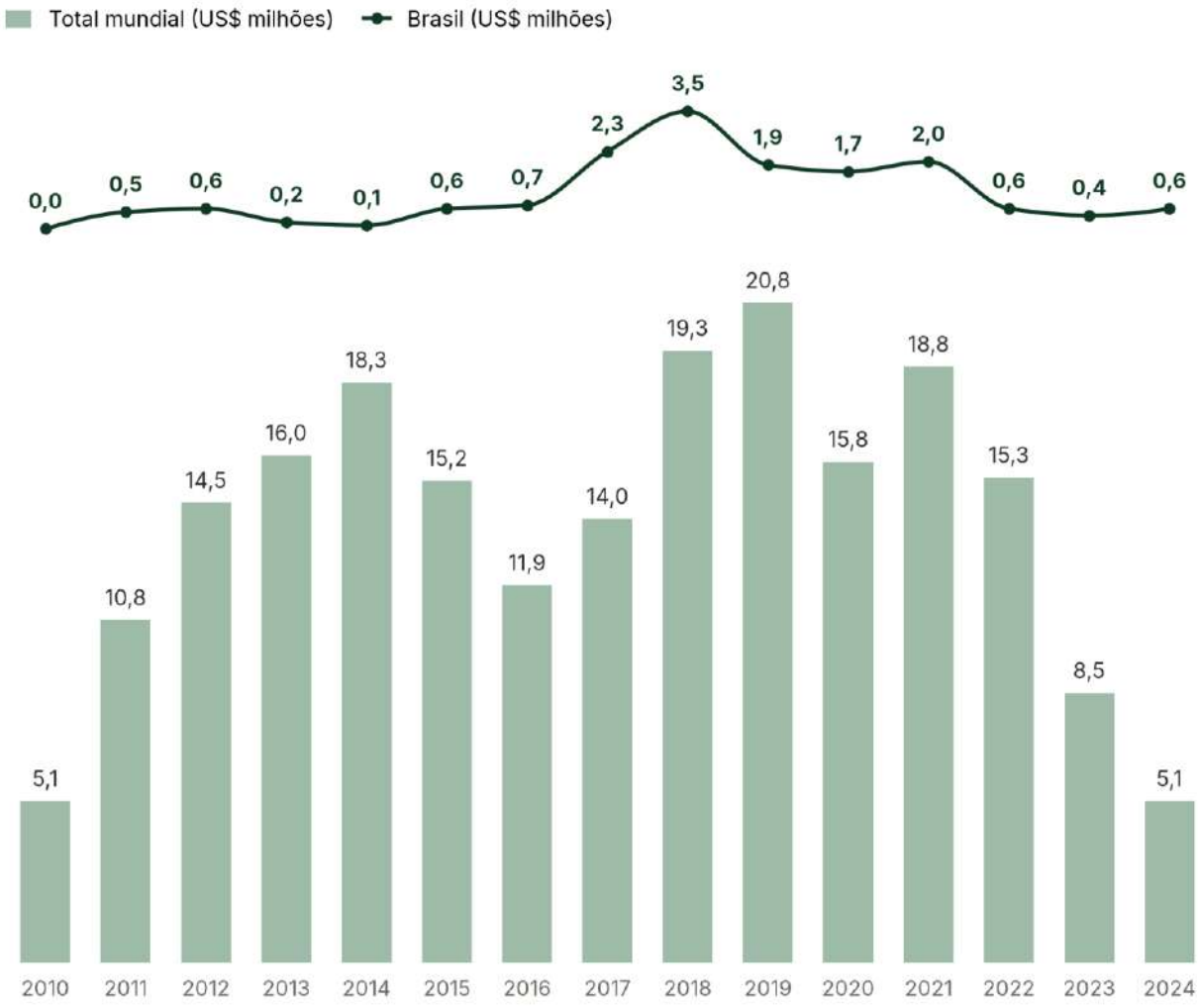
A produção de miudezas pode ser comercializada tanto no mercado interno quanto no externo. As exportações brasileiras cresceram significativamente a partir de 2017, principalmente com o incremento do volume exportado para a China e Hong Kong. Em geral, as exportações de

[10] Miudezas comestíveis (miúdos ou vísceras) são as partes internas e os órgãos do equídeo. As mais valorizadas são fígado, coração, língua, rins e miolo, além dos intestinos, utilizados na fabricação de embutidos.

[11] Opoterápicos (ou organoterápicos) são medicamentos ou preparações farmacêuticas obtidos a partir de órgãos, glândulas, tecidos ou secreções de origem animal, destinados ao tratamento de doenças humanas.

miudezas para países asiáticos destinam-se ao consumo humano, enquanto, na Europa, há demanda para rações (pets), uso industrial e, em menor proporção, consumo humano.

Figura 50. Brasil e mundo: exportações de miudezas comestíveis de equídeos, em US$ milhões, 2010 a 2024.



Fonte: FAOSTAT (2026) e MDIC (2026).

Ao longo do período de 2010 a 2024, as exportações de miudezas apresentaram crescimento tanto no total mundial quanto especificamente no Brasil, mas em proporções diferentes. As exportações mundiais, embora com oscilações positivas e negativas, chegaram a 2024 apresentando volume próximo ao de 2010, resultando em taxa de crescimento anual composta (CAGR) de 0,09% a.a. Já as exportações brasileiras apresentaram CAGR de 27,53% a.a., impulsionadas pelo grande salto de 2.042% do volume de 2010 para 2011, devido ao ano inicial de referência, 2010, ter apresentado volume próximo de zero nas exportações, de apenas US$ 21 mil.

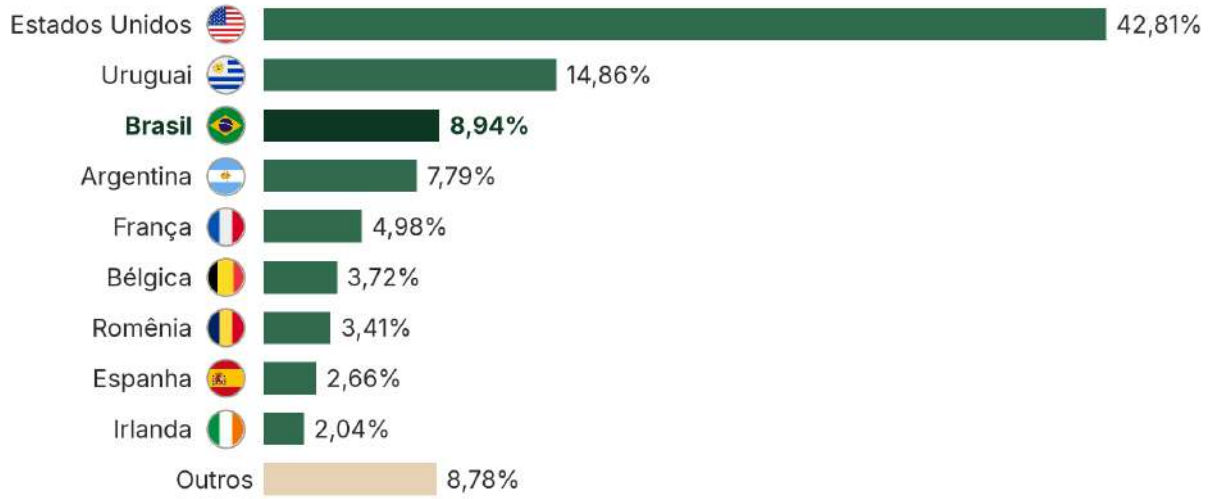
Tabela 33. Brasil e mundo: taxa de variação anual das exportações de miudezas comestíveis de equídeos, em %, 2010 a 2024.

Período	Mundo	Brasil
2010-11	114,1%	2.042,9%
2011-12	33,7%	35,6%
2012-13	10,4%	-64,8%
2013-14	14,6%	-73,0%
2014-15	-17,1%	993,1%
2015-16	-21,7%	17,0%
2016-17	17,8%	207,0%
2017-18	37,7%	55,2%
2018-19	8,1%	-44,9%
2019-20	-24,3%	-13,4%
2020-21	19,3%	19,6%
2021-22	-18,8%	-70,1%
2022-23	-44,2%	-29,1%
2023-24	-40,0%	47,7%

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da FAOSTAT (2026) e do MDIC (2026).

No período de 2014[12] a 2024, cinco países responderam por cerca de 80% do valor das exportações mundiais de miudezas comestíveis de equídeos, com destaque para os Estados Unidos, com 42,8% do total.

Figura 51. Mundo: participação dos principais países nas exportações de miudezas comestíveis de equídeos, em % do valor acumulado (US$), 2014 a 2024.

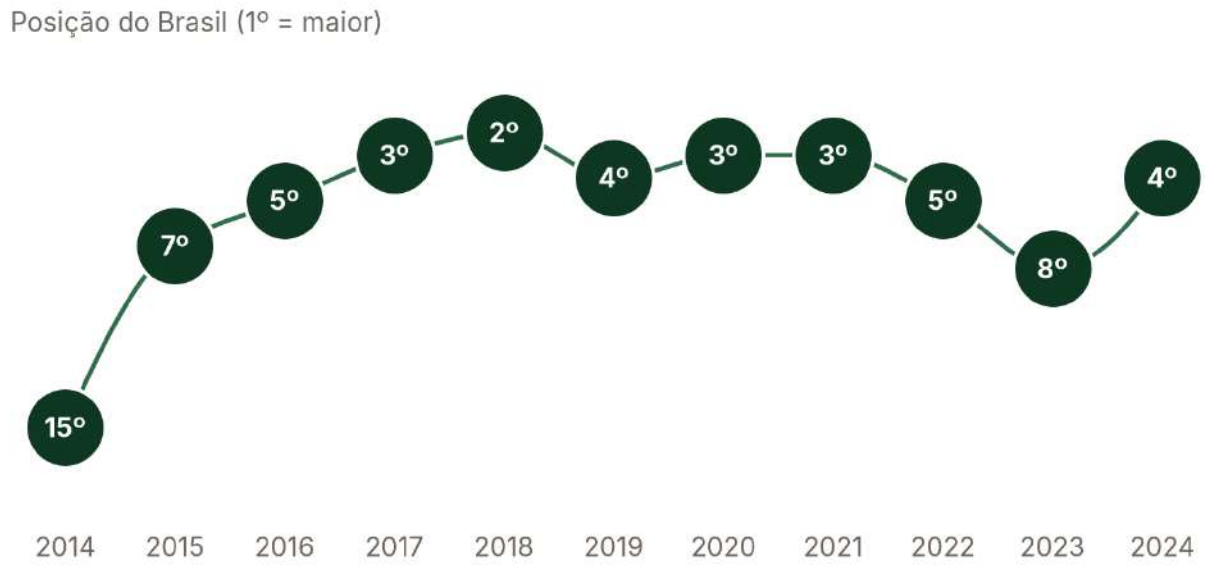


Fonte: FAOSTAT (2026).

[12] Não foi possível realizar a análise a partir de 2010, pois os dados referentes ao período de 2010 a 2013 não estavam disponíveis.

Na última década, o Brasil destacou-se entre os principais exportadores de miudezas comestíveis de equídeos, chegando a ser o segundo maior exportador em 2018.

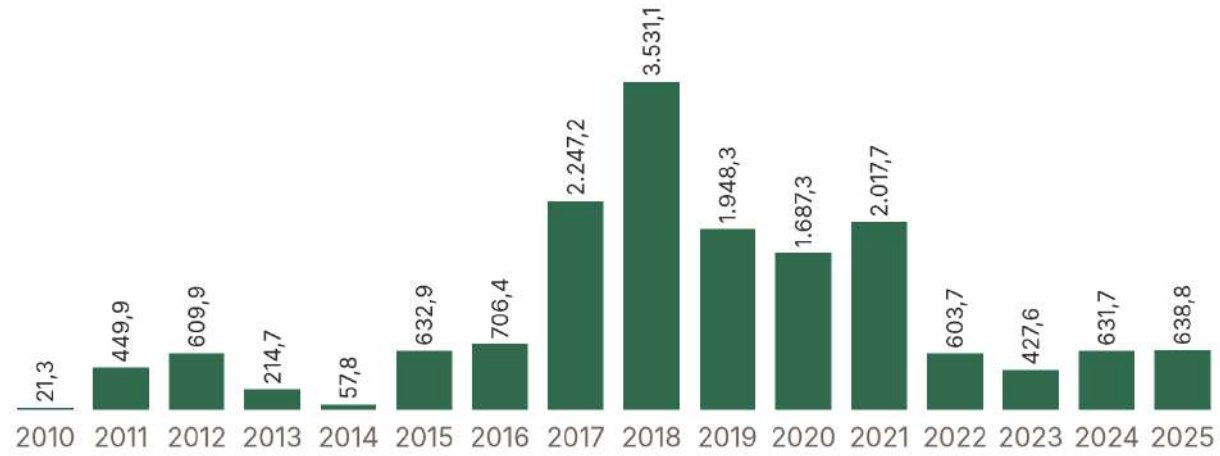
Figura 52. Brasil: posição no ranking mundial de exportadores de miudezas comestíveis de equídeos, 2014 a 2024.



Fonte: FAOSTAT (2026).

Entre 2010 e 2025, as exportações brasileiras de miudezas comestíveis de equídeos apresentaram comportamento cíclico, com forte expansão entre 2015 e 2018, que culminou no pico histórico de US$ 3,53 milhões e mais de 3,3 mil toneladas embarcadas. Após esse período de máxima atividade, o setor passou por uma fase de retração e estabilizou-se nos anos finais (2024 e 2025) em patamares mais modestos, com receitas anuais de aproximadamente US$ 632 mil e US$ 639 mil, respectivamente, e volume físico reduzido a cerca de 300 toneladas. A série evidencia o forte alinhamento entre o volume embarcado e o faturamento gerado.

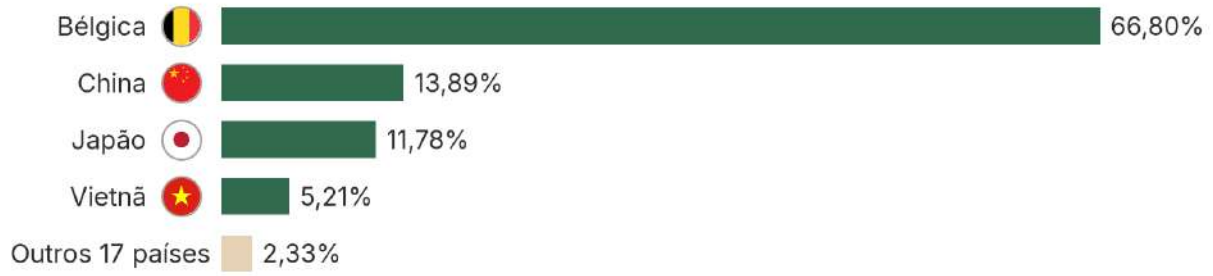
Figura 53. Brasil: exportações de miudezas comestíveis de equídeos, em US$ mil, 2010 a 2025.



Fonte: MDIC (2026).

Em 2025, as exportações brasileiras de miudezas comestíveis de equídeos totalizaram US$ 638.785, equivalentes a R$ 3,57 milhões pela taxa de câmbio média de 2025 (R$ 5,5879/US$), segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2026). As exportações concentraram-se em quatro países, tanto em valor quanto em quilogramas: Bélgica, China, Japão e Vietnã.

Figura 54. Brasil: destino das exportações de miudezas comestíveis de equídeos, em % do valor (US$ FOB), 2025.

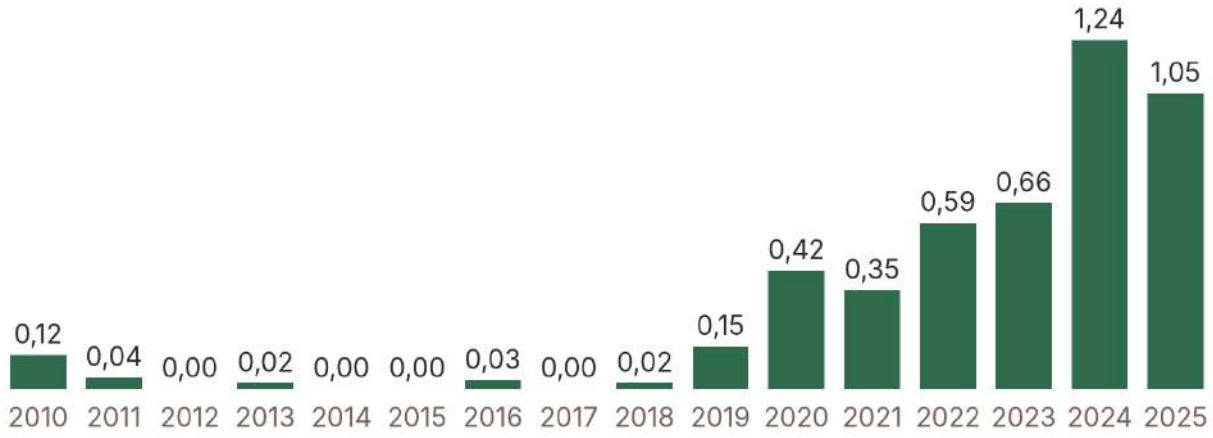


Fonte: MDIC (2026).

13.6 Exportações de couros e peles de equídeos

As exportações de couros e peles de equídeos atendem a diferentes segmentos de mercado, com aplicações na indústria coureira e na fabricação de artigos de selaria, calçados e acessórios, além de usos específicos, como a produção de cordovan[13]. Também se destinam à fabricação de produtos tradicionais, como o ejiao, gelatina obtida a partir do colágeno extraído da pele de jumentos e utilizada na medicina tradicional chinesa e em produtos de uso medicinal e alimentar, especialmente no mercado asiático. Essas operações alcançam diferentes destinos internacionais, com destaque para países europeus e asiáticos.

Figura 55. Brasil: exportações de couros e peles de equídeos, em US$ milhões, 2010 a 2025.



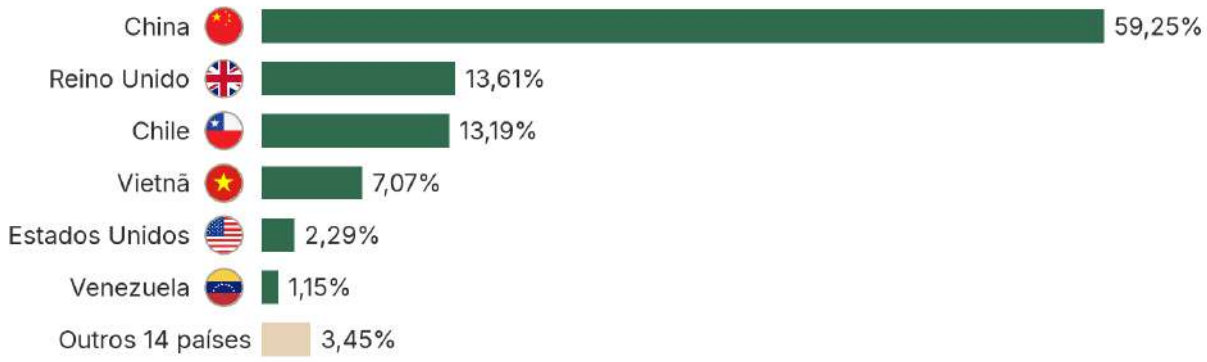
Fonte: MDIC (2026).

Em 2025, a China manteve-se como principal destino das exportações brasileiras de couros e peles de equídeos, concentrando 59,3% do valor total exportado. Essa participação representa

[13] Couro equino de altíssima durabilidade, com brilho e textura lisa semelhante à do vidro, utilizado em artigos de luxo, como calçados. Por não formar os vincos tradicionais das dobras (apenas ondula suavemente), o calçado mantém a aparência lisa e elegante, sem aspecto de desgaste pelo uso.

um aumento de 1 ponto percentual em relação a 2024, quando o mercado chinês respondeu por 58,3% das exportações. Ressalta-se que os dados disponíveis não permitem distinguir as exportações de acordo com a finalidade de uso dos produtos. No período, o valor total exportado pelo Brasil foi de US$ 1.053.342, equivalente a R$ 5.885,9 mil.[14]

Figura 56. Brasil: destino das exportações de couros e peles de equídeos, em % do valor (US$ FOB), 2025.



Fonte: MDIC (2026).

Em 2025, as exportações do Complexo do Agronegócio do Cavalo totalizaram R$ 118,43 milhões, com predominância da carne, que respondeu por R$ 68,96 milhões, aproximadamente 58,2% do valor total. Na sequência, destacaram-se as exportações de equinos, exceto reprodutores (R$ 22,21 milhões), e de equinos reprodutores (R$ 17,31 milhões), que, em conjunto, evidenciam a participação do comércio de animais vivos no mercado externo. As exportações de miudezas e de couros e peles somaram R$ 9,46 milhões, e as de asininos, R$ 498,4 mil; não houve registro de exportações de muares no período.

Tabela 34. Exportações do Complexo do Agronegócio do Cavalo, por produto, em R$ mil, 2025.

Produto	2025 (R$ mil)
Equinos reprodutores	17.310,20
Equinos, exceto reprodutores	22.206,30
Asininos	498,40
Muares	-
Carne	68.960,27
Miudezas	3.569,60
Couros e peles	5.885,90
Total	**118.430,6**

Fonte: Do autor. Resultado da pesquisa Estudo do Complexo do Agronegócio do Cavalo, 2026.
Nota: Considerada a taxa de câmbio média do dólar em 2025, de R$ 5,5879/US$, segundo IPEA (2026).

[14] Considerada a taxa de câmbio média do dólar em 2025, de R$ 5,5879/US$ (IPEA, 2026).

Tabela 35. Exportações do Complexo do Agronegócio do Cavalo, por produto, em US$ mil FOB, 2010 a 2025.

Ano	Equinos reprodutores	Equinos, exceto reprodutores	Asininos	Muares	Carne	Miudezas	Couros e peles	Total
2010	2.166,2	934,1	-	-	8.864,0	21,3	124,9	12.110,5
2011	1.724,0	1.594,9	1,0	-	6.882,0	449,9	36,5	10.688,3
2012	1.633,6	1.035,1	-	34,0	6.772,0	609,9	-	10.084,6
2013	1.894,3	1.338,1	-	-	5.156,0	214,7	18,6	8.621,7
2014	2.826,0	1.347,3	-	-	6.652,0	57,8	-	10.883,1
2015	1.837,8	1.875,1	15,5	-	7.533,0	632,9	0,3	11.894,5
2016	4.493,1	1.881,8	-	-	7.836,0	706,4	26,9	14.944,2
2017	4.546,9	2.657,4	-	-	7.048,0	2.247,2	3,8	16.503,3
2018	5.531,1	2.227,4	-	-	8.711,0	3.531,1	15,4	20.016,1
2019	8.742,3	2.215,0	15,8	-	6.090,0	1.948,3	149,6	19.161,0
2020	2.387,9	2.662,0	-	-	7.892,0	1.687,3	420,4	15.049,6
2021	1.894,7	5.230,9	-	0,6	14.227,0	2.017,7	353,7	23.724,6
2022	4.608,1	4.214,0	12,1	41,6	9.052,0	603,7	593,2	19.124,8
2023	7.435,1	4.045,3	-	2,0	10.568,0	427,6	662,4	23.140,4
2024	3.134,4	5.453,3	0,3	1,4	10.621,0	631,7	1.235,9	21.078,1
2025	3.097,8	3.974,0	89,2	-	12.341,0	638,8	1.053,3	21.194,2

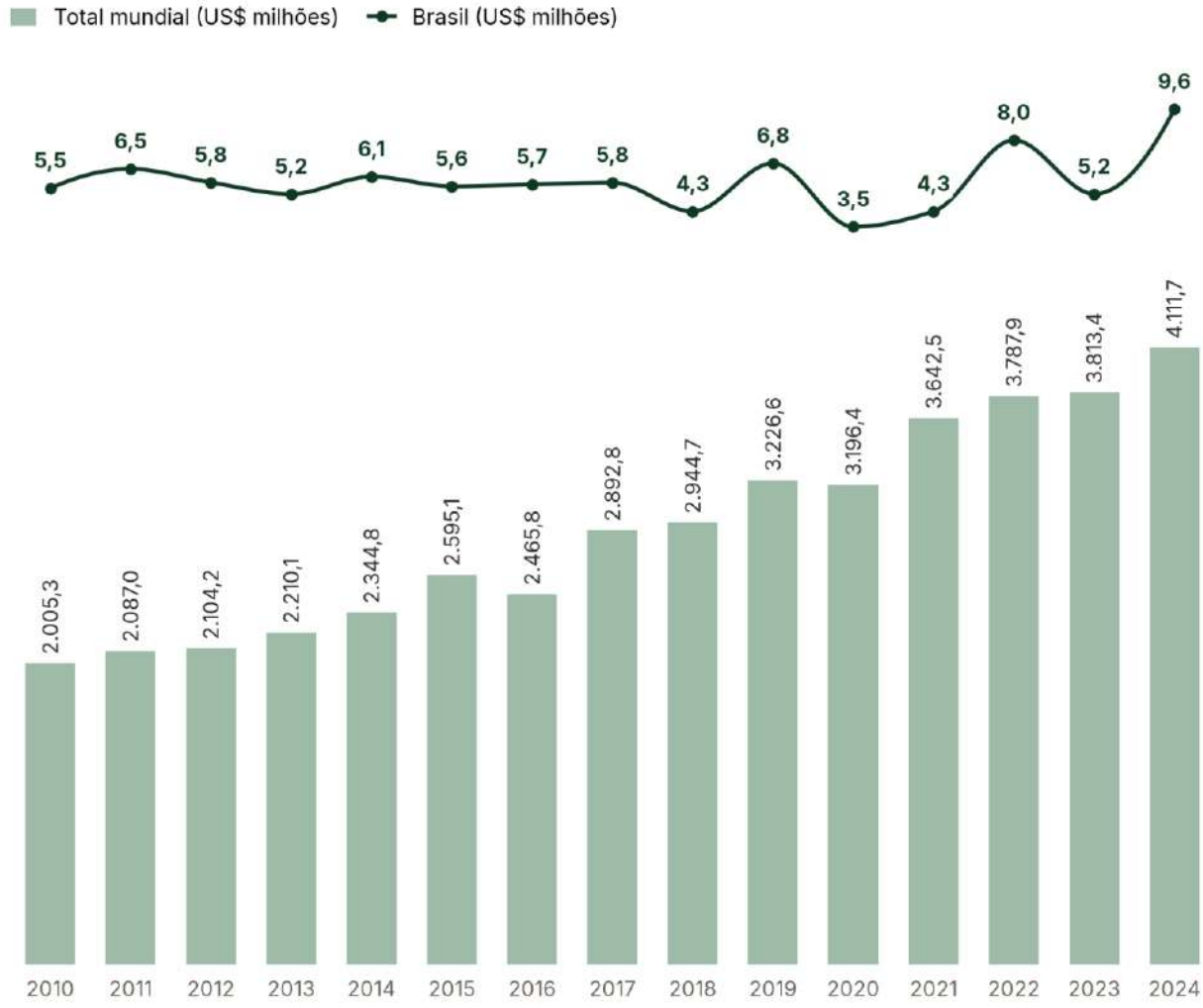
Fonte: Do autor. Resultado da pesquisa Estudo do Complexo do Agronegócio do Cavalo, 2026.

13.7 Importações de equinos vivos

As importações de equinos vivos constituem uma dimensão relevante do comércio internacional do Complexo do Agronegócio do Cavalo, especialmente por envolverem animais cujo valor econômico está associado não apenas à sua finalidade, mas também a características genéticas, esportivas e reprodutivas. Nesta seção, analisam-se a evolução das importações brasileiras em comparação com o mercado mundial, a posição relativa do Brasil entre os países importadores e, posteriormente, as diferenças entre os animais destinados à reprodução e os demais equinos comercializados internacionalmente.

As importações de equinos vivos, tanto no Brasil quanto no mercado mundial, apresentaram crescimento ao longo do período analisado, embora com oscilações anuais, o que evidencia a ampliação das movimentações comerciais e das oportunidades de negócios. Nesse contexto, o Brasil ainda apresenta participação relativamente discreta no mercado importador mundial de cavalos vivos, o que indica potencial para ampliar sua inserção nesse segmento.

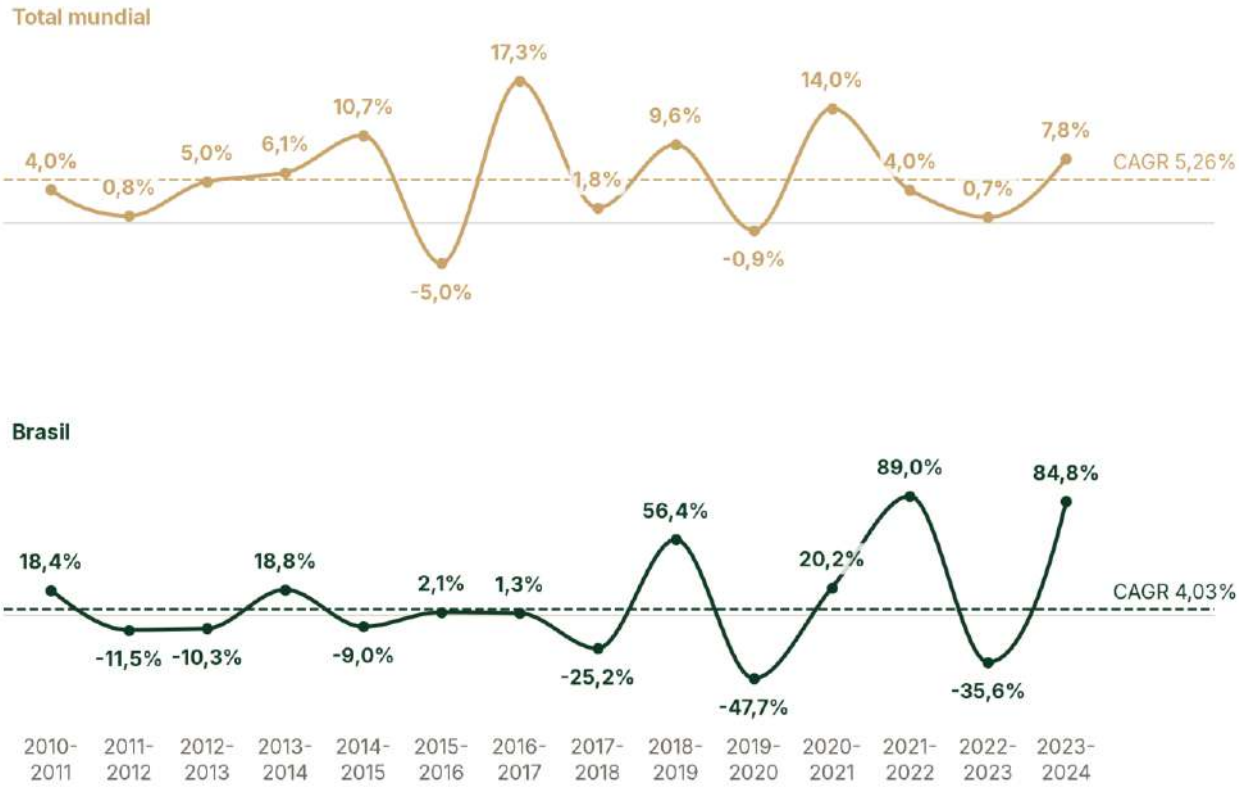
Figura 57. Brasil e mundo: importações de equinos vivos, em US$ milhões, 2010 a 2024.



Fonte: FAOSTAT (2026) e MDIC (2026).

A evolução anual do valor das importações brasileiras de equinos vivos apresentou oscilações expressivas ao longo do período analisado, com variações que alternaram entre retração de 48% e crescimento de 88%. Apesar dessas flutuações, a trajetória de longo prazo revela uma tendência de expansão. Nesse contexto, a taxa de crescimento anual composta (CAGR) das importações brasileiras foi de 4,04%, inferior à registrada no mercado mundial (5,26%). Essa diferença indica que, embora as importações brasileiras tenham apresentado crescimento no período, sua expansão ocorreu em ritmo menos acelerado que o do comércio internacional.

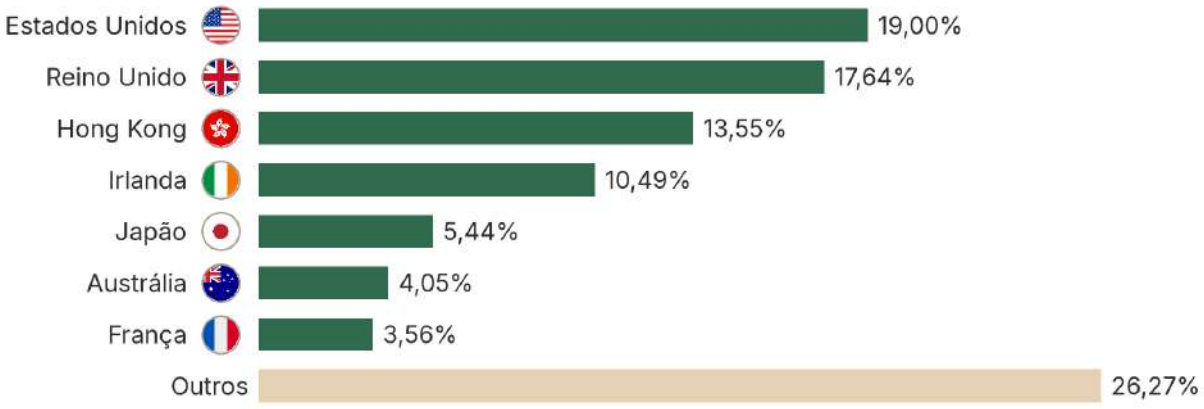
Figura 58. Brasil e mundo: taxa de variação anual das importações de equinos vivos, em %, 2010 a 2024.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da FAOSTAT (2026) e do MDIC (2026).

No período de 2010 a 2024, entre os 186 países que importaram ao menos um equino, Estados Unidos, Reino Unido e Hong Kong destacaram-se como os principais importadores, respondendo, em conjunto, por 50,2% do valor das importações mundiais. No mesmo período, as importações brasileiras de cavalos vivos somaram US$ 93,44 milhões, o que correspondeu a apenas 0,22% do valor mundial importado e situou o País na 27ª posição no ranking de maiores importadores.

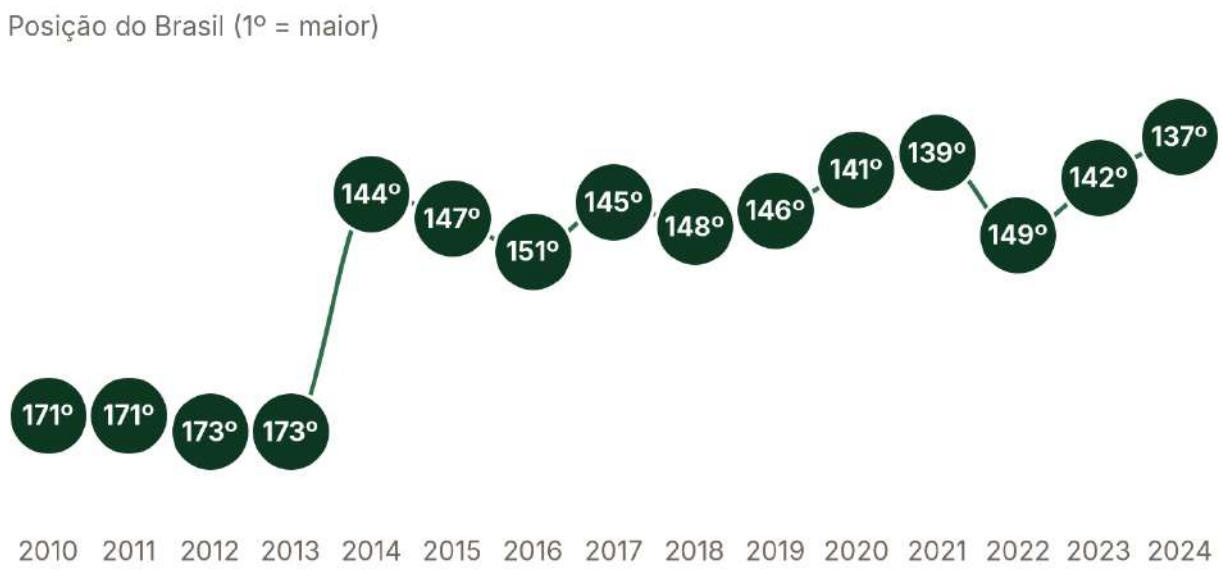
Figura 59. Mundo: participação dos principais países nas importações de equinos vivos, em % do valor acumulado (US$), 2010 a 2024.



Fonte: FAOSTAT (2026).

Em todo o período analisado, o Brasil sempre ocupou posições inferiores à 130ª no ranking mundial de importadores.

Figura 60. Brasil: posição no ranking mundial de importadores de equinos vivos, 2010 a 2024.



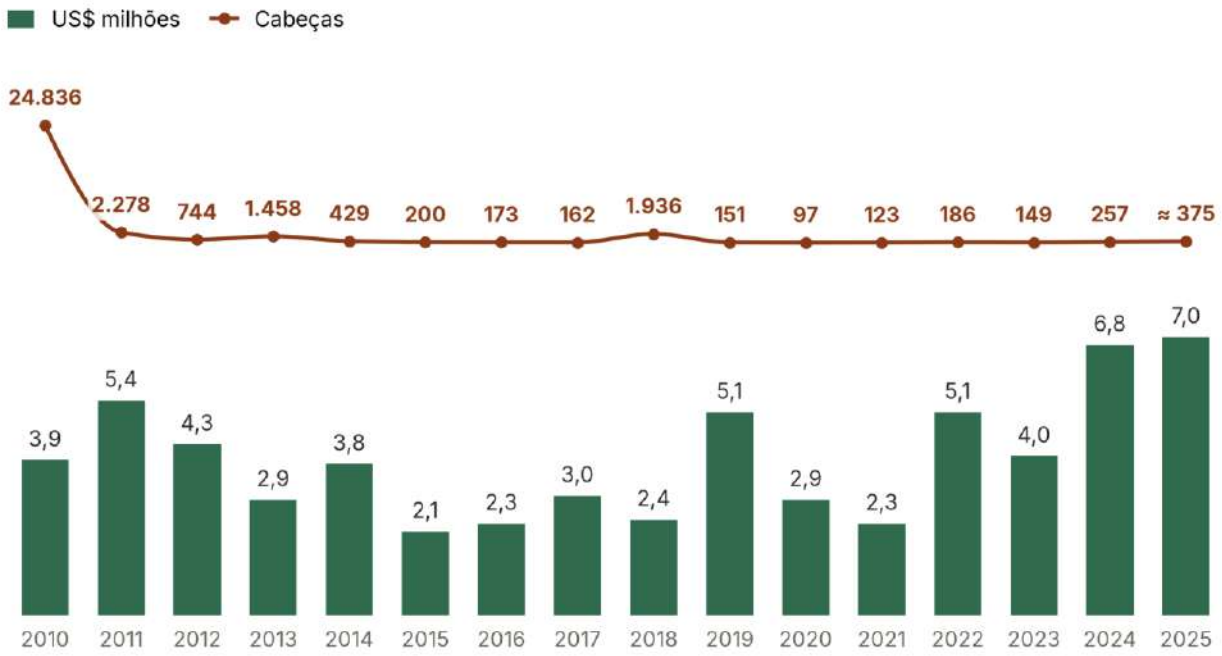
Fonte: FAOSTAT (2026).

13.7.1 Equinos reprodutores de raça pura

As importações de equinos destinados à reprodução representam parcela estratégica do comércio internacional, sobretudo por contribuírem diretamente para o melhoramento genético dos plantéis nacionais. Essas operações possibilitam a incorporação de animais com características genéticas superiores, ampliando o potencial reprodutivo e favorecendo o aprimoramento de atributos morfológicos, funcionais, esportivos e produtivos dos rebanhos, o que as torna importante instrumento para o desenvolvimento da equideocultura nacional. Nesse contexto, além da evolução dos valores e das quantidades importadas, a análise da origem dos animais permite identificar os principais países fornecedores e avaliar sua participação no abastecimento nacional de genética equina.

No período de 2010 a 2025, as importações brasileiras de cavalos reprodutores de raça pura apresentaram variações tanto em valor quanto em quantidade. Em 2025, o valor dessas operações alcançou US$ 6.991.299, equivalente a R$ 39,07 milhões, considerando a taxa de câmbio média anual de R$ 5,5879/US$.

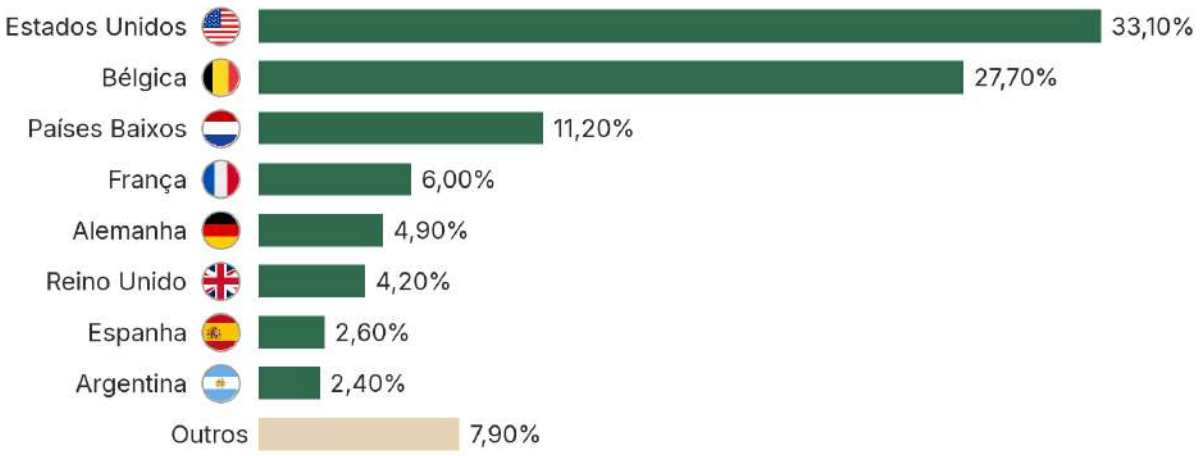
Figura 61. Brasil: importações de equinos reprodutores de raça pura, em US$ milhões e número de cabeças, 2010 a 2025.



Fonte: MDIC (2026).

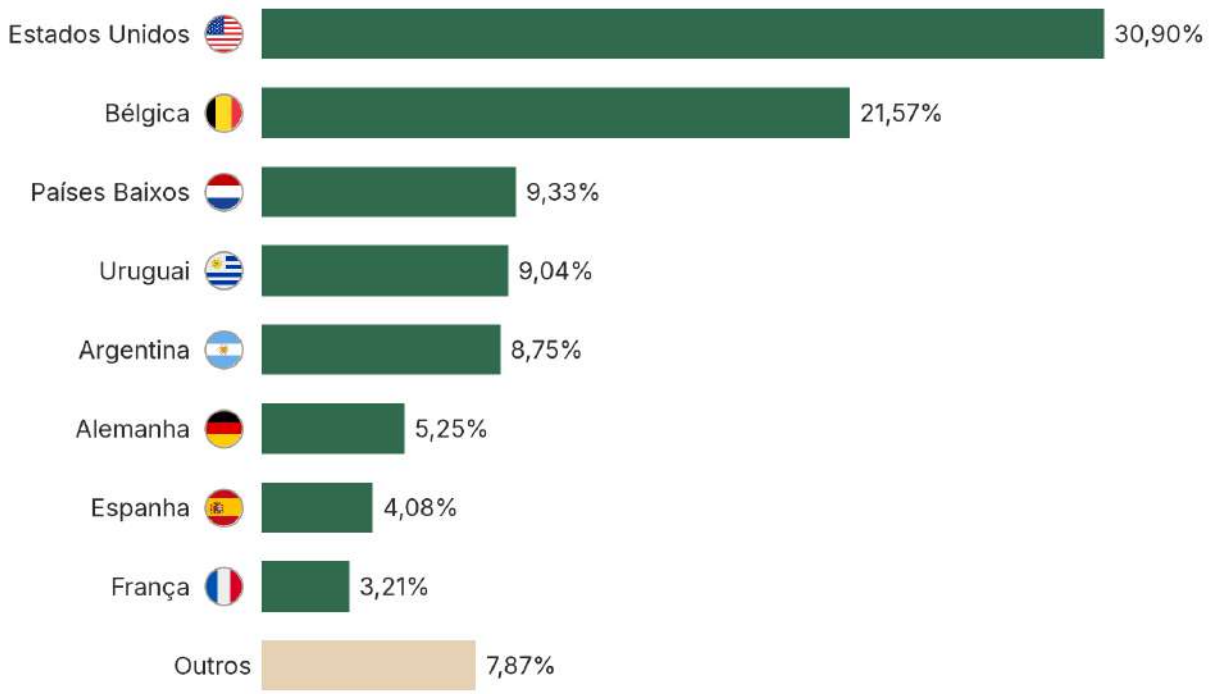
As importações brasileiras de equinos destinados à reprodução totalizaram 343 animais, evidenciando a concentração das operações em dois principais países fornecedores. Os Estados Unidos respondem por 33,15% do valor total importado e 30,30% do número de animais, enquanto a Bélgica representa 27,70% do valor e 21,57% da quantidade. Em conjunto, esses países concentram 60,85% do valor e 51,87% dos animais importados, destacando sua relevância no fornecimento de genética equina ao mercado nacional.

Figura 62. Brasil: origem das importações de equinos reprodutores de raça pura, em % do valor (US$ FOB), 2025.



Fonte: MDIC (2026).

Figura 63. Brasil: origem das importações de equinos reprodutores de raça pura, em % do número de animais, 2025.



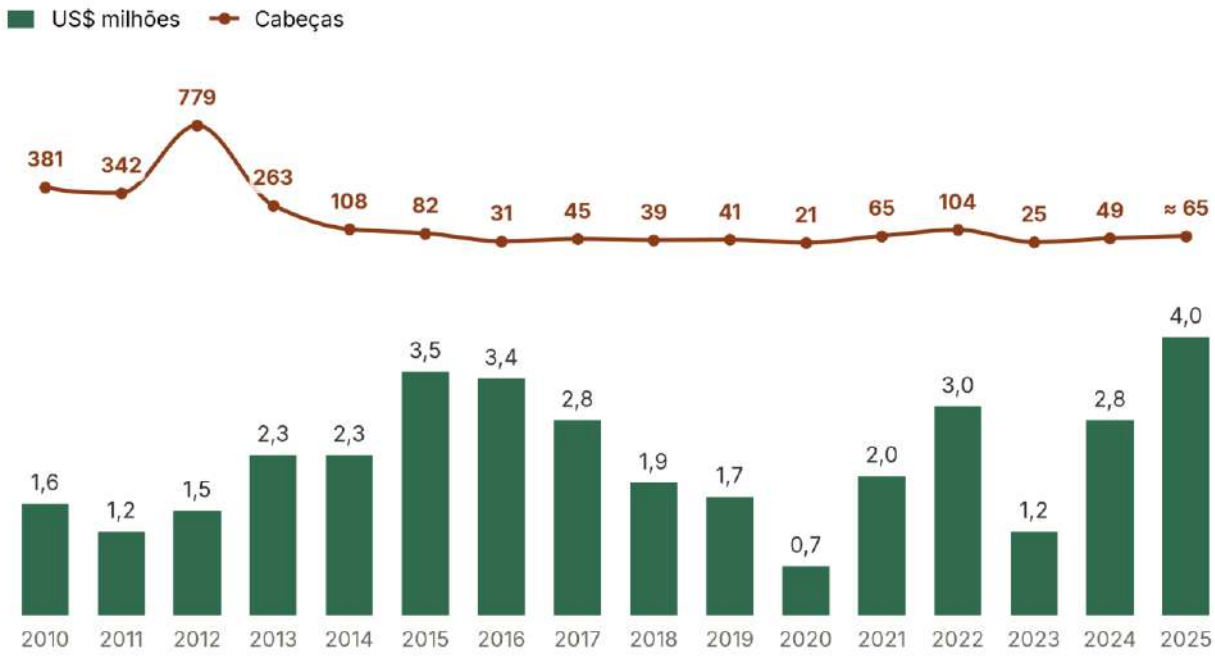
Fonte: MDIC (2026).

13.7.2 Equinos, exceto reprodutores de raça pura

As importações de equinos não enquadrados na categoria de reprodutores de raça pura apresentam características distintas das observadas para os animais destinados à reprodução. A análise conjunta dos valores, do número de animais e dos países de origem permite avaliar a dimensão desse mercado.

Ao longo do período analisado, a atividade comercial de equinos (exceto reprodutores) apresentou uma trajetória consistente de expansão, registrando uma taxa média de crescimento anual positiva no valor total movimentado. Esse movimento refletiu o fortalecimento contínuo do setor no mercado, culminando com o atingimento do pico financeiro de US$ 4 milhões no último período da série, o que demonstra a consolidação do segmento e a elevação progressiva do montante financeiro gerado pelas transações da cadeia.

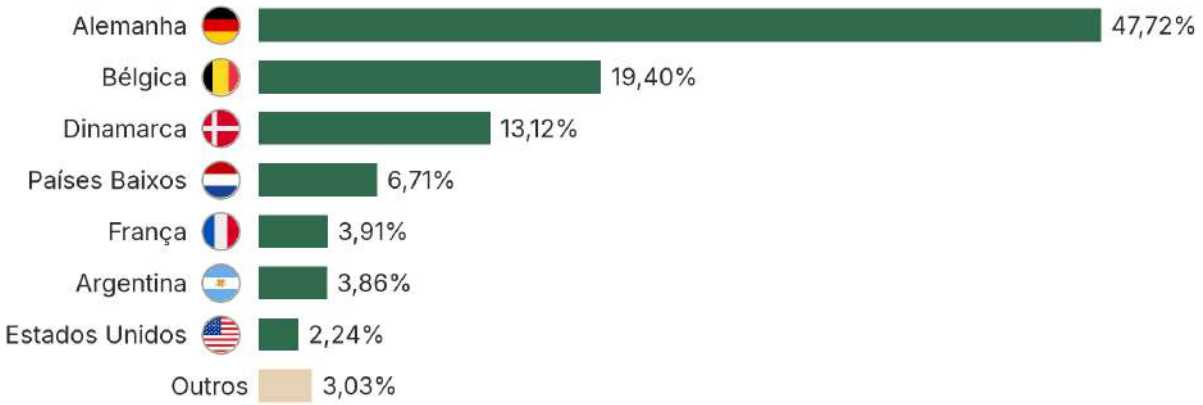
Figura 64. Brasil: importações de equinos, exceto reprodutores de raça pura, em US$ milhões e número de cabeças, 2010 a 2025.



Fonte: MDIC (2026).

Alemanha, Bélgica e Dinamarca destacaram-se como as principais origens das importações brasileiras de equinos, exceto reprodutores, em 2025, respondendo por 47,72%, 19,40% e 13,12% do valor total. Nesse ano, foram importados 64 animais nessa categoria. Ao longo do período analisado, outros países com tradição no mercado internacional também participaram desse fluxo, embora com operações pontuais. A França, por exemplo, foi a principal origem das importações brasileiras em 2022, com participação de 29,5%, mas não registrou operações com o Brasil no ano seguinte. Esse comportamento evidencia a diversidade de mercados fornecedores e a variação das origens dos animais importados ao longo dos anos.

Figura 65. Brasil: origem das importações de equinos, exceto reprodutores de raça pura, em % do valor (US$ FOB), 2025.



Fonte: MDIC (2026).

13.8 Importações de asininos e muares vivos

Embora asininos e muares integrem o Complexo do Agronegócio do Cavalo e desempenhem funções relevantes em diferentes atividades econômicas, sua inserção no comércio internacional brasileiro de animais vivos apresenta características distintas da observada para os equinos. No período de 2010 a 2025, as importações dessas espécies foram esporádicas, totalizando apenas 12 animais, concentrados nos anos de 2010, 2011 e 2012, não tendo sido identificadas importações nos anos subsequentes do período analisado.

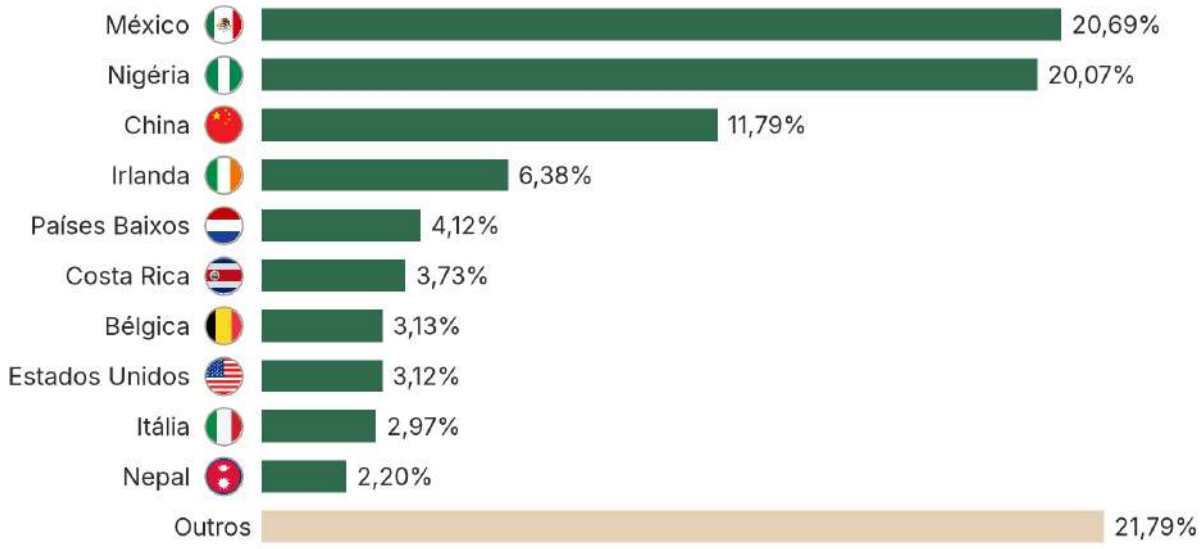
Tabela 36. Brasil: importações de asininos e muares, por origem, em número de animais, 2010 a 2025.

Ano	Espécie	Origem	Animais
2010	Asinino	Bélgica	2
2011	Muar	França	3
2011	Muar	Estados Unidos	2
2012	Asinino	Estados Unidos	5

Fonte: MDIC (2026).

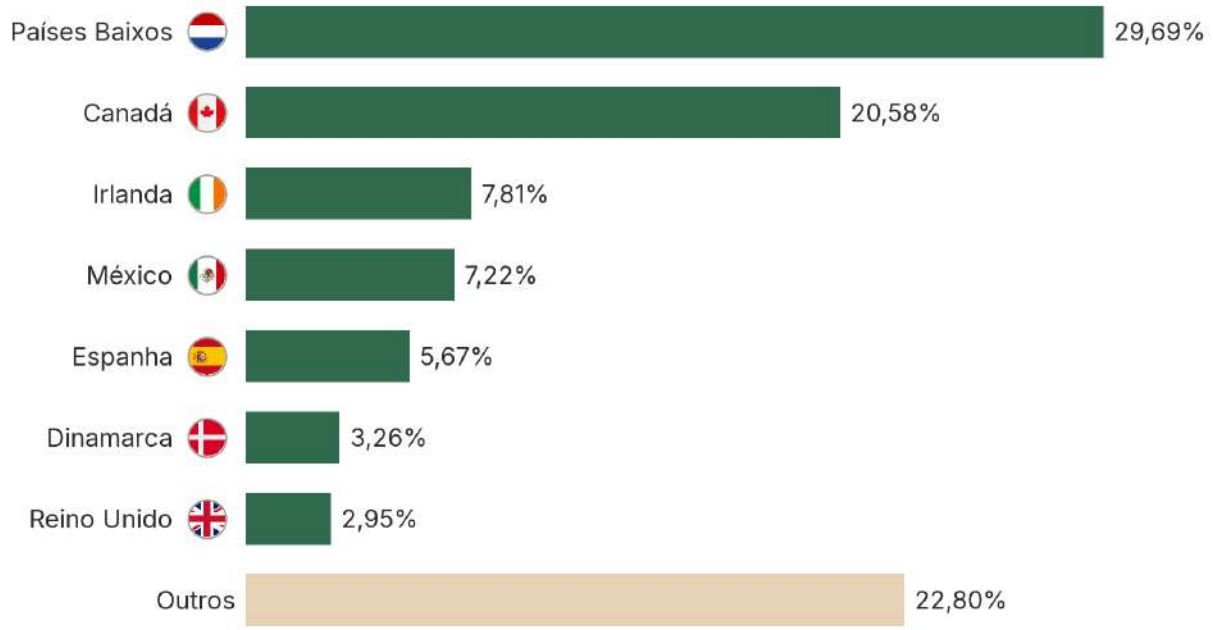
Entre 2010 e 2024, dos 98 países que registraram importações de ao menos um asinino, México, Nigéria e China destacaram-se como os principais importadores. No mesmo período, entre os 121 países que importaram ao menos um muar, os Países Baixos e o Canadá ocuparam posições de destaque. As importações brasileiras corresponderam a 0,01% do total mundial para ambas as espécies, o que posicionou o Brasil na 78ª colocação no ranking de importadores de asininos e na 111ª no de muares.

Figura 66. Mundo: participação dos principais países nas importações de asininos vivos, em % do valor acumulado (US$), 2010 a 2024.



Fonte: FAOSTAT (2026).

Figura 67. Mundo: participação dos principais países nas importações de muares vivos, em % do valor acumulado (US$), 2010 a 2024.



Fonte: FAOSTAT (2026).

De acordo com os dados do Comex Stat, no ano de 2025, não foram registradas importações brasileiras de animais das espécies asinina e muar.

13.9 Importações de carne e miudezas comestíveis de equídeos

O comércio internacional de produtos provenientes do abate de equídeos constitui outra dimensão do Complexo do Agronegócio do Cavalo, abrangendo tanto a carne quanto as miudezas comestíveis. No Brasil, essas categorias apresentam dinâmicas distintas: entre 2010 e 2025, não foram registradas importações de carne de equídeos, enquanto as aquisições de miudezas comestíveis ocorreram de forma pontual e em pequenas quantidades.

Conforme os dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC, 2025), as importações brasileiras de miudezas comestíveis de equídeos foram registradas entre 2010 e 2022, tendo como única origem o Uruguai. Diferentemente do observado nas exportações, cuja finalidade está associada ao comércio de produtos destinados ao consumo humano, as importações de miudezas atenderam à demanda por matérias-primas de origem proteica utilizadas na fabricação de rações e petiscos úmidos para cães e gatos. Assim, essas operações evidenciam a utilização de subprodutos do abate de equídeos também em cadeias produtivas voltadas à alimentação animal.

Tabela 37. Brasil e mundo: importações de carne e de miudezas comestíveis de equídeos, em US$ mil, 2010 a 2024.

Ano	Mundo		Brasil	
	Carne	Miudezas	Carne	Miudezas
2010	522.132	2.417	-	28
2011	557.033	3.336	-	-
2012	573.578	4.982	-	-
2013	489.038	3.519	-	-
2014	476.171	7.004	-	-
2015	395.347	9.206	-	-
2016	378.463	3.523	-	-
2017	447.300	4.265	-	47
2018	521.107	4.871	-	44
2019	454.139	3.661	-	7
2020	402.355	5.862	-	32
2021	401.966	6.833	-	15
2022	406.990	6.541	-	30
2023	448.672	6.514	-	-
2024	425.361	7.702	-	-

Fonte: FAOSTAT (2026) e MDIC (2026).
Nota: Dados referentes a 2025 não estavam disponíveis na data de elaboração desta pesquisa.

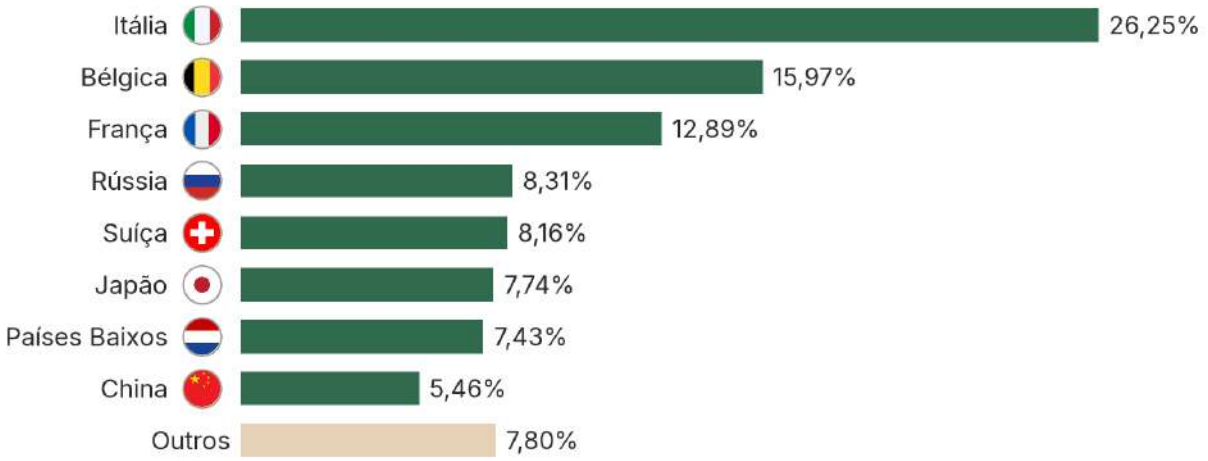
Tabela 38. Brasil: importações de miudezas comestíveis de equídeos originárias do Uruguai, em US$ FOB e quilogramas, 2010 a 2022.

Ano	US$ FOB	Quilogramas
2010	27.654	27.516
2015	379	379
2017	46.729	42.253
2018	43.576	41.698
2019	7.200	12.000
2020	32.404	54.007
2021	14.580	21.975
2022	29.572	21.805

Fonte: MDIC (2026) e FAOSTAT (2026).

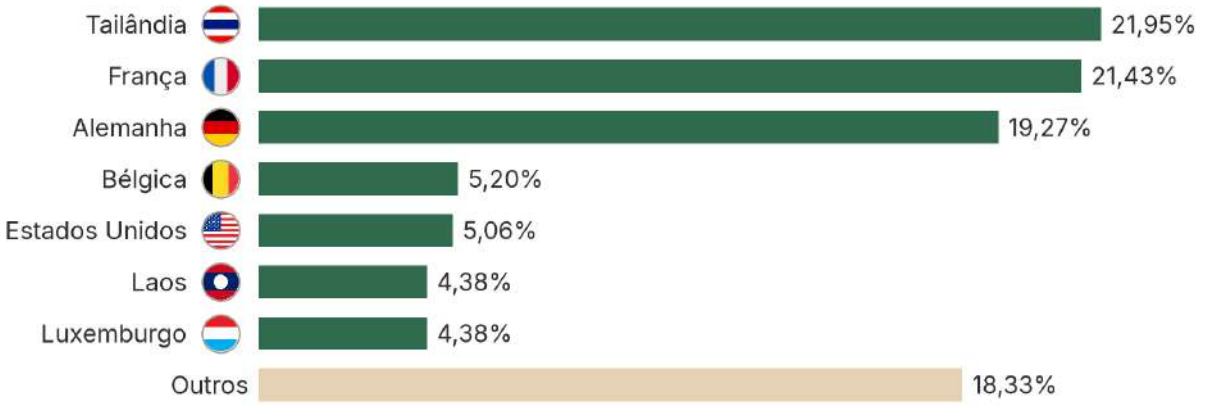
Entre 2010 e 2024, dos 110 países que registraram importações de carne de equídeos, Itália, Bélgica e França destacaram-se como os principais importadores. Para as miudezas comestíveis de equídeos, foram identificados 52 países importadores no período, com destaque para Tailândia, França e Alemanha.

Figura 68. Mundo: participação dos principais países nas importações de carne de equídeos, em % do valor acumulado (US$), 2010 a 2024.



Fonte: FAOSTAT (2026).

Figura 69. Mundo: participação dos principais países nas importações de miudezas comestíveis de equídeos, em % do valor acumulado (US$), 2010 a 2024.



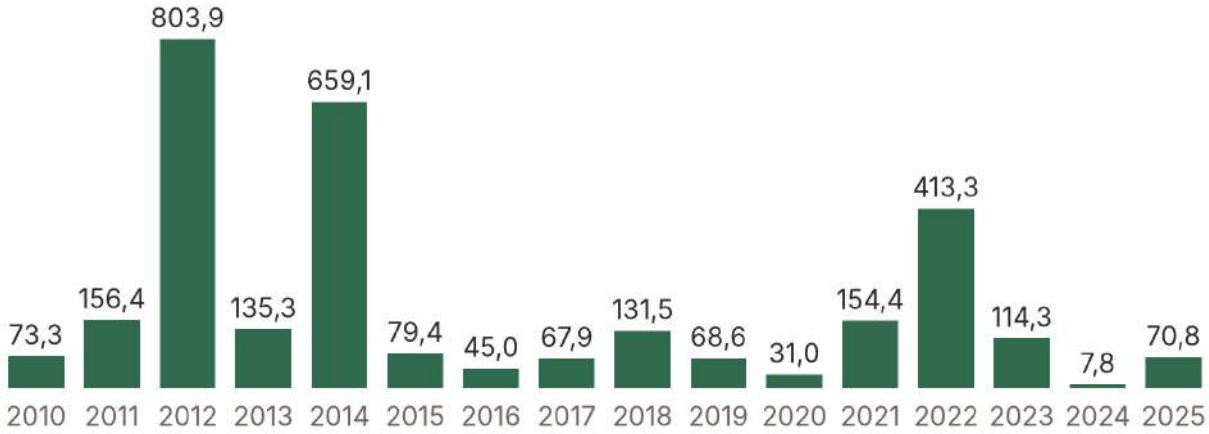
Fonte: FAOSTAT (2026).

13.10 Importações de couros e peles de equídeos

Os couros e as peles constituem uma importante categoria de produtos derivados dos equídeos, com dinâmica comercial própria em relação ao comércio de animais vivos e de produtos cárneos. Nesta seção, são analisadas a evolução das importações brasileiras, sua composição por país de origem e as variações observadas ao longo do período, com o objetivo de identificar os principais fornecedores e dimensionar a relevância econômica desse fluxo comercial.

A evolução das importações revela comportamento oscilante e descontínuo, com valores mais expressivos no início da série histórica, seguidos por períodos de retração e por movimentações em patamares mais modestos. Ao longo dos anos, foram observados episódios pontuais de recuperação, sem, contudo, alterar a tendência geral de redução em relação aos níveis inicialmente registrados. Em 2025, as importações totalizaram US$ 70,8 mil, equivalentes a R$ 395,6 mil, considerando a taxa de câmbio média anual de R$ 5,5879/US$.

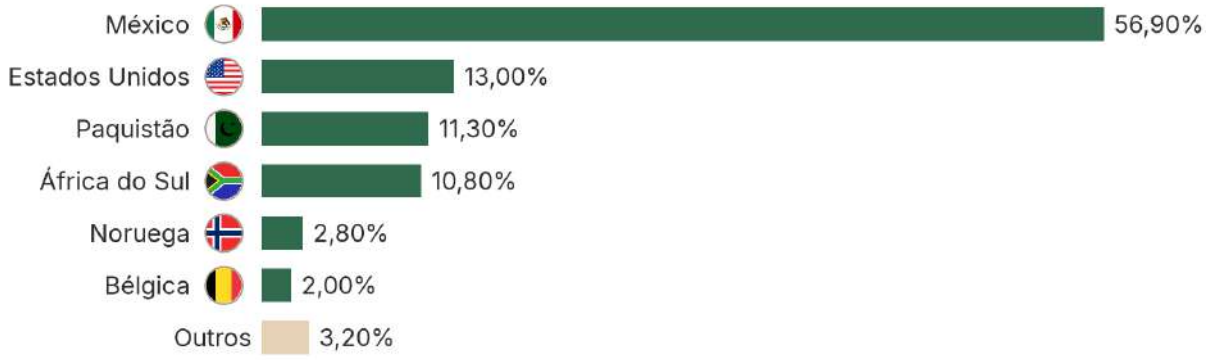
Figura 70. Brasil: importações de couros e peles de equídeos, em US$ mil, 2010 a 2025.



Fonte: MDIC (2026).

A composição dos países de origem das importações brasileiras de couros e peles de equídeos variou ao longo dos anos, com alternância entre os mercados fornecedores. Entre 2021 e 2025, a Itália foi o único país a registrar exportações para o Brasil em todos os anos. A Bolívia, por sua vez, destacou-se em 2021, quando respondeu por 53,1% do valor importado, mas não foram registradas operações provenientes desse país nos anos seguintes. Em 2025, observou-se maior concentração das importações na América do Norte, com 70% do valor total, e o México foi a principal origem.

Figura 71. Brasil: origem das importações de couros e peles de equídeos, em % do valor (US$ FOB), 2025.



Fonte: MDIC (2026).

Ao contrário das exportações, as importações do Complexo do Agronegócio do Cavalo são compostas quase exclusivamente por equinos.

Tabela 39. Importações do Complexo do Agronegócio do Cavalo, por produto, em US$ mil FOB, 2010 a 2025.

Ano	Equinos reprodutores	Equinos, exceto reprodutores	Asininos	Muares	Carne	Miudezas	Couros e peles	Total
2010	3.926,4	1.573,1	5,0	-	-	28,0	73,3	5.605,7
2011	5.355,0	1.156,2	-	16,0	-	-	156,4	6.683,6
2012	4.282,1	1.480,7	5,0	-	-	-	803,9	6.571,7
2013	2.865,7	2.303,6	-	-	-	-	135,3	5.304,6
2014	3.834,0	2.307,2	-	-	-	-	659,1	6.800,2
2015	2.104,6	3.486,5	-	-	-	-	79,4	5.670,5
2016	2.291,0	3.415,3	-	-	-	-	45,0	5.751,3
2017	3.028,1	2.753,2	-	-	-	47,0	67,9	5.896,2
2018	2.402,8	1.921,7	-	-	-	44,0	131,5	4.500,0
2019	5.077,7	1.686,9	-	-	-	7,0	68,6	6.840,2
2020	2.854,7	681,0	-	-	-	32,0	31,0	3.598,7
2021	2.290,3	1.960,9	-	-	-	15,0	154,4	4.420,6
2022	5.054,3	2.980,5	-	-	-	30,0	413,3	8.478,1
2023	3.988,3	1.189,2	-	-	-	-	114,3	5.291,8
2024	6.808,0	2.758,7	-	-	-	-	7,8	9.574,5
2025	6.991,3	4.014,5	-	-	-	-	70,8	11.076,6

Fonte: Do autor. Resultado da pesquisa Estudo do Complexo do Agronegócio do Cavalo, 2026.

Os valores correspondentes ao ano de 2025 foram convertidos para moeda nacional (reais), permitindo sua padronização e análise em termos monetários. Sob essa ótica, as importações do Complexo do Agronegócio do Cavalo totalizaram R$ 61,89 milhões, considerando a taxa de câmbio média de R$ 5,5879/US$. A maior parcela dos recursos foi destinada à aquisição de equinos reprodutores, que somaram R$ 39,07 milhões (63,12%), seguidos pelos equinos, exceto reprodutores, com R$ 22,43 milhões (36,24%). O segmento de couros e peles respondeu por R$ 0,40 milhão (0,64%), enquanto as categorias de asininos, muares, carnes e miudezas não registraram operações no período.

Tabela 40. Importações do Complexo do Agronegócio do Cavalo, por produto, em R$ mil, 2025.

Produto	2025 (R$ mil)
Equinos reprodutores	39.066,7
Equinos, exceto reprodutores	22.432,6
Couros e peles	395,6
Total	**61.894,9**

Fonte: Do autor. Resultado da pesquisa Estudo do Complexo do Agronegócio do Cavalo, 2026.
Nota: Considerada a taxa de câmbio média do dólar em 2025, de R$ 5,5879/US$, segundo IPEA (2026).

13.11 Participação em competições internacionais

As estatísticas oficiais não captam todo o impacto econômico gerado pelo fluxo de animais em exportações ou admissões temporárias. É o caso dos animais que competem no exterior e retornam ao Brasil ou, no sentido inverso, dos animais que vêm competir no Brasil e depois

retornam ao exterior. Em outras palavras, as estatísticas oficiais registram as operações em que há transferência de propriedade, mas não refletem a balança de serviços relacionada à logística internacional de alto valor de um esporte globalizado.

Para estimar os valores associados a esses serviços, foi realizado o cruzamento de dados obtidos junto à Fédération Équestre Internationale (FEI, 2026), à Confederação Brasileira de Hipismo (CBH, 2026) e à literatura relacionada. Dessa forma, considerou-se, de forma conservadora, que 200 cavalos brasileiros participam de provas no exterior e 150 cavalos estrangeiros competem temporariamente no Brasil, com duas operações em cada participação internacional, envolvendo transporte aéreo internacional especializado, quarentena e serviços sanitários (incluindo certificação veterinária), seguros, estabulagem, inscrição, equipe técnica e hospedagem, entre outros.

Tabela 41. Estimativa dos custos associados à participação de equinos em competições internacionais, por item de despesa e local do evento, em R$ mil.

Item	Valor unitário	Quant.	Custo/evento	Local do evento		Gasto total
				Exterior	Brasil	
Animais				200	150	350
Seguro	25	2	50	10.000		10.000
Quarentena + logística sanitária	40	1	40	8.000	6.000	14.000
Transporte internacional aéreo	100	2	200	40.000		40.000
Custos esportivos*	55	1	55	11.000	8.250	19.250
Acomodação, refeição	22	1	22	4.400	3.300	7.700
Total			**367**	**73.400**	**17.550**	**90.950**

Fonte: Do autor. Resultado da pesquisa Estudo do Complexo do Agronegócio do Cavalo, 2026.
Nota: * Inscrição, estabulagem, entre outros.

A estimativa dos gastos associados à participação de animais em eventos internacionais indica movimentação econômica de R$ 90,95 milhões. Desse montante, R$ 73,4 milhões (80,7%) correspondem a despesas realizadas no exterior, e R$ 17,55 milhões (19,3%), a gastos efetuados no Brasil.

Entre os itens considerados, o transporte aéreo internacional apresenta o maior custo total, de R$ 40 milhões, equivalente a aproximadamente 44% dos gastos estimados. Na sequência, destacam-se os custos esportivos, com R$ 19,25 milhões (21,2%), e as despesas com quarentena e logística sanitária, que somam R$ 14 milhões (15,4%). Os gastos com seguro totalizam R$ 10 milhões (11%), e os de acomodação e alimentação, R$ 7,7 milhões (8,5%).

A distribuição dessas despesas demonstra que a participação em eventos internacionais mobiliza uma cadeia de serviços que ultrapassa os custos diretamente relacionados aos animais, envolvendo transporte especializado, procedimentos sanitários, seguros, serviços esportivos e estrutura de apoio aos participantes. Além disso, a parcela expressiva dos gastos realizados no exterior evidencia o potencial de geração de movimentação econômica no mercado nacional, caso haja ampliação da oferta de serviços e da infraestrutura especializada para atendimento a esse segmento.

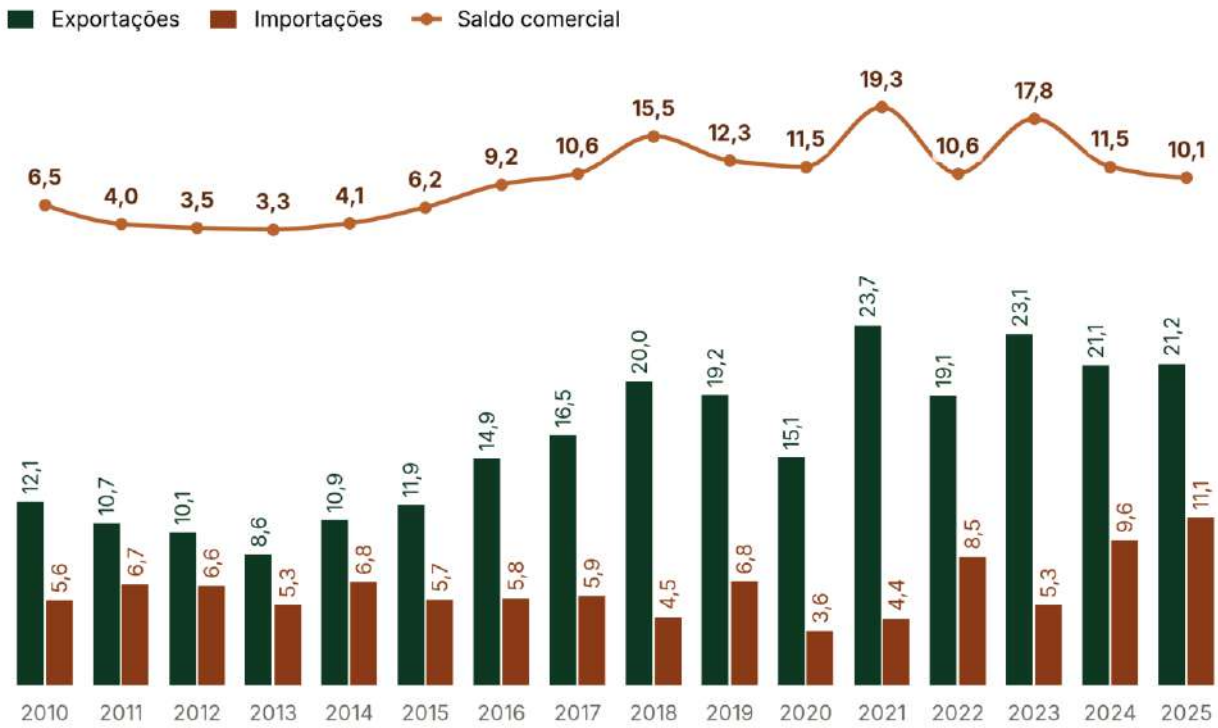
Esses valores permitem dimensionar não apenas os custos diretos da participação internacional, mas também a distribuição geográfica dos gastos, distinguindo a parcela que permanece na economia brasileira daquela destinada a fornecedores e prestadores de serviços no exterior, o que contribui para a compreensão dos efeitos econômicos associados à participação de equinos em competições internacionais.

13.12 Síntese e considerações finais do comércio exterior

A análise das diferentes categorias de produtos e animais permite, nesta etapa, reunir os resultados apresentados nas seções anteriores e avaliar o comércio exterior do Complexo do Agronegócio do Cavalo de forma integrada. Essa síntese considera simultaneamente exportações e importações de equinos, asininos, muares, carne de equídeos, miudezas, couros e peles, o que permite dimensionar a balança comercial, o fluxo de comércio e a composição das trocas internacionais. Além dos fluxos de mercadorias captados pelas estatísticas oficiais, a seção também considera os efeitos econômicos associados à movimentação internacional de animais para competições, buscando oferecer uma visão mais abrangente da contribuição do comércio exterior para o Complexo.

O Complexo do Agronegócio do Cavalo apresenta saldo positivo na balança comercial, com o volume de exportações superando as importações em todo o período analisado, inclusive com valores crescentes ao longo do tempo.

Figura 72. Complexo do Agronegócio do Cavalo: balança comercial, em US$ milhões, 2010 a 2025.

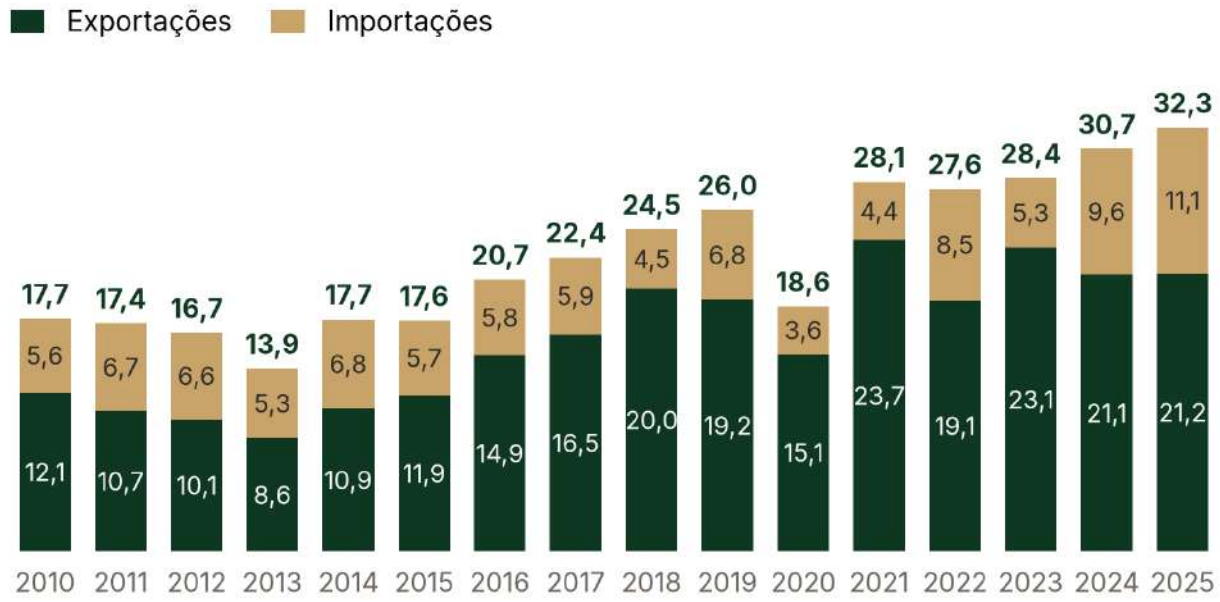


Fonte: Do autor. Resultado da pesquisa Estudo do Complexo do Agronegócio do Cavalo, 2026.

O fluxo de comércio exterior do Complexo do Agronegócio do Cavalo, correspondente à soma dos valores das exportações e importações de mercadorias, totalizou US$ 32,27 milhões em 2025,

resultado de US$ 21,19 milhões em exportações e US$ 11,08 milhões em importações. Considerando a taxa de câmbio média anual de R$ 5,5879 por dólar (IPEA, 2026), esse montante corresponde a R$ 180,32 milhões. No período de 2010 a 2025, o indicador apresentou taxa de crescimento anual composta (CAGR) de 4,1%, evidenciando a evolução das transações comerciais internacionais relacionadas ao Complexo do Agronegócio do Cavalo.

Figura 73. Complexo do Agronegócio do Cavalo: fluxo de comércio exterior, em US$ milhões, 2010 a 2025.



Fonte: Do autor. Resultado da pesquisa Estudo do Complexo do Agronegócio do Cavalo, 2026.

Dessa forma, ao considerar conjuntamente as exportações e importações de mercadorias, que totalizaram R$ 180,32 milhões em 2025, e os gastos estimados associados à participação de animais em eventos internacionais, de R$ 90,95 milhões (valor que inclui R$ 73,4 milhões em despesas realizadas no exterior e R$ 17,55 milhões no Brasil, conforme a Tabela 41), estima-se que o fluxo financeiro internacional relacionado ao Complexo do Agronegócio do Cavalo tenha alcançado R$ 271,27 milhões no período. Entretanto, para a apuração da renda efetivamente gerada pelas relações internacionais, é necessário distinguir os ingressos e as saídas de recursos, considerando as receitas provenientes das exportações e dos serviços prestados, deduzidas as despesas com importações. Sob essa perspectiva, o saldo de renda gerado pelas transações internacionais do Complexo foi estimado em R$ 147 milhões em 2025, evidenciando a contribuição das transações comerciais e da prestação de serviços para a geração de renda e a inserção internacional da equideocultura brasileira.



14

Empregos diretos e indiretos

A estimativa da geração de empregos na equideocultura considerou os postos de trabalho associados às atividades analisadas, tendo como referência o período de um ano, com base em 2025. Para evitar a superestimação decorrente da rotatividade da mão de obra, adotou-se como unidade de medida o posto de trabalho, independentemente do número de pessoas que o ocuparam sucessivamente. Nos casos em que houve substituição de trabalhadores sem alteração da estrutura ocupacional, contabilizou-se apenas um posto de trabalho.

Os empregos diretos compreendem aqueles vinculados às atividades de criação e manejo dos equídeos, bem como os serviços especializados realizados nas propriedades e nos demais estabelecimentos do setor. Os empregos indiretos, por sua vez, estão associados à cadeia de fornecedores de bens e serviços que atende às atividades equestres.

Nos serviços assistidos com equinos, a estimativa considerou a estrutura média de oito profissionais por centro de equoterapia, dos quais dois já estavam contemplados nas atividades rotineiras de criação e manejo. Assim, foram contabilizados seis postos adicionais por estabelecimento. Considerando-se os 672 centros identificados no País, estimaram-se 4.032 empregos diretos adicionais.

Para o turismo equestre, foram considerados os profissionais diretamente relacionados ao manejo e à condução das atividades com equídeos, excluindo-se as ocupações vinculadas a outros serviços dos empreendimentos, como hospedagem e alimentação. Após descontar os postos já contemplados nas atividades rotineiras, estimaram-se 1.200 empregos diretos adicionais. Para a estimativa dos empregos indiretos e induzidos nesse segmento, adotou-se o coeficiente de 0,68 emprego adicional por emprego direto, com base nos parâmetros apresentados pelo AHC (2023).

As atividades de reprodução equina também foram consideradas na estimativa, abrangendo os serviços relacionados à inseminação artificial e à transferência de embriões. Para ambas as técnicas, adotou-se a relação de um emprego direto para cada 200 procedimentos anuais. Na composição dos resultados, considerou-se ainda a geração de 2,5 empregos indiretos por emprego direto e aplicou-se um fator redutor de 20% à categoria de inseminação artificial, a fim de minimizar a sobreposição de profissionais que atuam simultaneamente em diferentes técnicas reprodutivas.

A realização de eventos equestres também representa importante fonte de geração de empregos. Para essa estimativa, foi considerada a referência conservadora de 48 postos de trabalho diretamente envolvidos na realização de cada evento, com duração média de quatro dias. O cálculo foi expresso em equivalentes a tempo integral (ETI), ou homens-ano, considerando-se que 52 eventos correspondem a um posto de trabalho anual. Dessa forma, com base no universo de 10 mil eventos anuais adotado no capítulo de eventos equestres, estimaram-se aproximadamente 9,2 mil empregos diretos e 27,7 mil indiretos, adotando-se a proporção de três empregos indiretos para cada emprego direto, conforme referências de estudos anteriores, entre eles Lima (2026) e Lima e Cintra (2016).

Por fim, foram considerados os empregos associados aos serviços de participação em competições internacionais de equinos. Estimaram-se 1.356 empregos diretos nesse segmento, considerando-se que cada emprego corresponde a R$ 200 mil da renda gerada.

Para a composição dos empregos indiretos nas atividades em que não havia proporções específicas disponíveis (equoterapia e comércio exterior), adotou-se, como premissa de modelagem, a relação de um emprego indireto para cada emprego direto. Esse parâmetro considera os efeitos das atividades equestres sobre a cadeia de fornecedores de insumos e serviços e é compatível com referências internacionais, como o estudo da indústria equestre da Colúmbia Britânica (HCBC, 2019), que identificou proporção equivalente entre empregos diretos e secundários nos segmentos analisados.

Nas atividades rotineiras de criação, os levantamentos realizados nos painéis indicaram média de 8,25 animais por funcionário, coeficiente utilizado para estimar os empregos associados aos equinos consumidores. Para os equinos, asininos e muares não consumidores, adotou-se a relação de 16,50 animais por funcionário, considerando-se a menor intensidade de utilização de mão de obra nesses segmentos. Para todos os equídeos, considerou-se que cada três empregos diretos correspondem a cinco empregos indiretos, ou seja, aproximadamente 1,66 emprego indireto para cada emprego direto.

Tabela 42. Brasil: empregos diretos e indiretos gerados pelo Complexo do Agronegócio do Cavalo, por atividade, em número de postos de trabalho, 2025.

Atividade	Diretos	Indiretos	Total
Equoterapia	4.032	4.032	8.064
Turismo equestre	1.200	816	2.016
Tecnologias reprodutivas	481	1.202	1.683
Eventos	9.231	27.692	36.923
Comércio exterior	1.356	1.356	2.712
Animais consumidores (raça)	246.182	408.662	654.844
Asininos, muares e equinos (outros)	440.000	730.400	1.170.400
Total	**702.482**	**1.174.160**	**1.876.642**

Fonte: Do autor. Resultado da pesquisa Estudo do Complexo do Agronegócio do Cavalo, 2026.



15

Consolidação dos dados e das estimativas realizadas

Com base nas estimativas apresentadas nos capítulos anteriores, verifica-se que o Complexo do Agronegócio do Cavalo gera anualmente cerca de 702 mil postos de trabalho diretos e 1,17 milhão de empregos indiretos, totalizando aproximadamente 1,88 milhão de ocupações. Além disso, a atividade gera cerca de R$ 61,2 bilhões em renda por ano, o que evidencia sua relevância econômica e sua capacidade de geração de trabalho e renda no País.

Tabela 43. Brasil: renda anual estimada do Complexo do Agronegócio do Cavalo, por segmento econômico, em R$ mil, 2025.

Item	Renda gerada
Equídeos (despesas de manutenção)	57.979.270,38
Tecnologias reprodutivas	356.213,00
Equoterapia	252.182,89
Turismo equestre	288.185,31
Transações internacionais	147.486,14
Eventos equestres	2.177.847,60
Total	**61.201.185,32**

Fonte: Do autor. Resultado da pesquisa Estudo do Complexo do Agronegócio do Cavalo, 2026.

Referências

ABCCC (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CRIADORES DE CAVALOS CRIOULOS). **Eventos**. 2025. Disponível em: https://www.cavalocrioulo.org.br/eventos. Acesso em: 1 dez. 2025.

ABCCMM (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS CRIADORES DO CAVALO MANGALARGA MARCHADOR). **Agenda de eventos**. 2025. Disponível em: https://www.abccmm.org.br/exposicoes. Acesso em: 1 dez. 2025.

ABNT (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS). **ABNT NBR 15507-1**: turismo de aventura: turismo equestre: parte 1: requisitos para produto. Rio de Janeiro: ABNT, 2019. 32 p.

ABQM (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CRIADORES DE CAVALO QUARTO DE MILHA). **Calendário de eventos**. 2025. Disponível em: https://www.abqm.com.br/web/guest/calendario-de-eventos. Acesso em: 1 dez. 2025.

AHC (AMERICAN HORSE COUNCIL). **2023 economic impact study of the U.S. equine industry**. Washington, DC: American Horse Council, 2023.

ANDE (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE EQUOTERAPIA, ANDE-BRASIL). **Busca de centro**. 2025. Disponível em: https://equoterapia.org.br/submit_forms/index/miid/148/a/us/sfid/3. Acesso em: 10 nov. 2025.

BCB (BANCO CENTRAL DO BRASIL). **Matriz de dados do crédito rural**. 2026a. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/micrrural. Acesso em: 15 fev. 2026.

BCB (BANCO CENTRAL DO BRASIL). **Manual de Crédito Rural (MCR)**: versão consolidada: atualização MCR nº 757, de 17 de julho de 2026. Brasília, DF: BCB, 2026b. Disponível em: https://manuais.bcb.gov.br/app/manual/mcr/publico. Acesso em: 21 jul. 2026.

BRASIL. **Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950**. Dispõe sobre a inspeção industrial e sanitária dos produtos de origem animal. Brasília, DF: Presidência da República, 1950. Disponível em: https://www.gov.br/planalto/pt-br. Acesso em: 14 jul. 2026.

BRASIL. **Lei nº 6.446, de 5 de outubro de 1977**. Dispõe sobre a inspeção e a fiscalização obrigatórias do sêmen destinado à inseminação artificial em animais domésticos, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1977. Disponível em: https://www.gov.br/planalto/pt-br. Acesso em: 14 jul. 2026.

BRASIL. **Decreto nº 9.013, de 29 de março de 2017**. Regulamenta a Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, e a Lei nº 7.889, de 23 de novembro de 1989, que dispõem sobre a inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal. Brasília, DF: Presidência da República, 2017. Disponível em: https://www.gov.br/planalto/pt-br. Acesso em: 14 jul. 2026.

BRASIL. **Lei nº 13.830, de 13 de maio de 2019**. Dispõe sobre a prática da equoterapia. Brasília, DF: Presidência da República, 2019. Disponível em: https://www.gov.br/planalto/pt-br. Acesso em: 14 jul. 2026.

BRASIL. **Lei nº 15.021, de 12 de novembro de 2024**. Dispõe sobre o controle de material genético animal e sobre a obtenção e o fornecimento de clones de animais domésticos destinados à produção de animais domésticos de interesse zootécnico e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/planalto/pt-br. Acesso em: 14 jul. 2026.

BRASIL. Controladoria-Geral da União. **Portal da Transparência**: despesas. Brasília, DF: CGU, 2026. Disponível em: https://www.portaltransparencia.gov.br. Acesso em: 22 jan. 2026.

CEPEA (CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA). **PIB do agronegócio brasileiro**. 2026. Disponível em: https://www.cepea.org.br/br/pib-do-agronegocio-brasileiro.aspx. Acesso em: 25 fev. 2026.

CICB (CENTRO DAS INDÚSTRIAS DE CURTUMES DO BRASIL). **Produção de couro no Brasil**. Brasília, DF: CICB, 2026. Disponível em: https://cicb.org.br/producao. Acesso em: 25 fev. 2026.

COMTRADE (UNITED NATIONS. Statistics Division). **UN Comtrade Database**. New York: UN, 2026. Disponível em: https://comtradeplus.un.org/. Acesso em: 1 fev. 2026.

DAVIS, J. H.; GOLDBERG, R. A. **A concept of agribusiness**. Boston: Harvard University, Graduate School of Business Administration, 1957.

FAOSTAT (FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS, FAO). **Crops and livestock products**. 2026. Disponível em: https://www.fao.org/faostat/en/#data/QCL. Acesso em: 15 fev. 2026.

FEI (FÉDÉRATION ÉQUESTRE INTERNATIONALE). **FEI annual report**. Lausanne: FEI, 2026.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GARDÓN, J. C.; SATUÉ, K. History of the horses and biotechnologies applied to its reproduction. In: INTECHOPEN. **Equine science**. [S. l.]: IntechOpen, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.5772/intechopen.1001925. Acesso em: 1 maio 2026.

GRAND VIEW RESEARCH. **Brazil equine artificial insemination market size & outlook**. 2025. Disponível em: https://www.grandviewresearch.com/horizon/outlook/equine-artificial-insemination-market/brazil. Acesso em: 25 jun. 2025.

GUILHOTO, J. J. M.; SESSO FILHO, U. A. Estimação da matriz insumo-produto utilizando dados preliminares das contas nacionais: aplicação e análise de indicadores econômicos para o Brasil em 2005. **Economia & Tecnologia**, v. 23, p. 53-62, 2010.

IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA). **Pesquisa da Pecuária Municipal 2013**. Rio de Janeiro: IBGE, 2014.

IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA). **Censo Agropecuário 2017**. 2017a. Disponível em: https://censoagro2017.ibge.gov.br/. Acesso em: 25 jun. 2025.

IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA). **Censo Agro 2017**: manual do recenseador: CA-1.09. Rio de Janeiro: IBGE, 2017b. 147 p. Disponível em: https://censoagro2017.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/6c44aa115ea21f3d87723af72526b980.pdf. Acesso em: 25 jun. 2025.

IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA). **Pesquisa da Pecuária Municipal 2024**. Rio de Janeiro: IBGE, 2025.

IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA). **Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2026. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/acervo#/S/Q. Acesso em: 25 fev. 2026.

IPEA (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA). **Ipeadata**. Brasília, DF: IPEA, 2026. Disponível em: http://www.ipeadata.gov.br/. Acesso em: 25 fev. 2026.

LANGUE, V. T. **Análise da viabilidade econômica e financeira para implantação e operação de um centro equoterápico na cidade de Piracicaba-SP**. Orientador: Roberto Arruda de Souza Lima. 2025. Projeto de pesquisa (Programa Unificado de Bolsas de Estudo para Apoio à Formação de Estudantes de Graduação, PUB-USP) – Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2025. Não publicado.

LIMA, R. A. S. **Pesquisa sobre o impacto econômico do hipismo no Estado de São Paulo**. São Paulo: Federação Paulista de Hipismo, 2026. 37 p. Disponível em: https://www.fph.com.br/artigos/esalq. Acesso em: 1 maio 2026.

LIMA, R. A. S.; CINTRA, A. G. **Revisão do Estudo do Complexo do Agronegócio do Cavalo**. Brasília, DF: MAPA, 2016. 56 p. Disponível em: https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/camaras-setoriais-tematicas/documentos/camaras-setoriais/equideocultura/anos-anteriores/revisao-do-estudo-do-complexo-do-agronegocio-do-cavalo/view. Acesso em: 29 set. 2025.

LIMA, R. A. S.; SHIROTA, R.; BARROS, G. S. C. **Estudo do Complexo do Agronegócio Cavalo**. Piracicaba: CEPEA/ESALQ/USP, 2006. 251 p.

MANKIW, N. G. **Macroeconomia**. 10. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2021.

MAPA (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA). Portaria SDA/MAPA nº 1.204, de 28 de novembro de 2024. Estabelece os procedimentos para registro, controle e fiscalização de estabelecimentos de coleta e processamento de embriões de animais domésticos. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 32, 2 dez. 2024.

MAPA (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA). **Serviço de Inspeção Federal (SIF)**. 2025a. Disponível em: https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/inspecao/produtos-animal/sif. Acesso em: 29 set. 2025.

MAPA (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA). **Estabelecimentos habilitados à exportação por país**. 2025b. Disponível em: https://www.gov.br/agricultura/pt-br/guia-de-servicos/estabelecimentos-habilitados-a-exportacao-por-pais. Acesso em: 29 set. 2025.

MAPA (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA). **Painel do Registro Genealógico: externo**. 2026a. Disponível em: https://mapa-indicadores.agricultura.gov.br/publico/extensions/Registro_Genealogico/Registro_Genealogico.html. Acesso em: 20 jan. 2026.

MAPA (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA). **Saúde animal**. 2026b. Disponível em: https://mapa-indicadores.agricultura.gov.br/publico/extensions/MMA_SIPEAGRO/MMA_SIPEAGRO.html. Acesso em: 20 jan. 2026.

MAPA (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA). **MMA_SIPEORAFLEX_Externo**. 2026c. Disponível em: https://mapa-indicadores.agricultura.gov.br/publico/extensions/MMA_SIPEORAFLEX/MMA_SIPEORAFLEX.html. Acesso em: 20 jan. 2026.

MAPA (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA). **Produtos biológicos**. 2026d. Disponível em: https://mapa-indicadores.agricultura.gov.br/publico/extensions/Produtos_Biologicos/Produtos_Biologicos.html. Acesso em: 15 jan. 2026.

MAPA (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA). **Produtos Farmacêuticos_Mashup**. 2026e. Disponível em: https://mapa-indicadores.agricultura.gov.br/publico/extensions/Produtos_Farmaceuticos/Produtos_Farmaceuticos.html. Acesso em: 15 jan. 2026.

MARIANTE, A. S.; CAVALCANTE, N. **Animais do descobrimento**: raças domésticas da história do Brasil. Brasília, DF: Embrapa Sede: Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, 2006.

MDIC (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS). **COMEX STAT**. 2026. Disponível em: https://comexstat.mdic.gov.br/pt/home. Acesso em: 30 jan. 2026.

SINDAN (SINDICATO NACIONAL DA INDÚSTRIA DE PRODUTOS PARA SAÚDE ANIMAL). **Indústria veterinária**: fechamento do mercado 2025. 2026. Disponível em: https://sindan.org.br/wp-content/uploads/2026/05/Fechamentosaude-animal_2025.pdf. Acesso em: 30 ago. 2026.

SINDIRAÇÕES (SINDICATO NACIONAL DA INDÚSTRIA DE ALIMENTAÇÃO ANIMAL). **Boletim informativo do setor**: março 2026. 2026. Disponível em: https://sindiracoes.org.br/wp-content/uploads/2026/03/boletim_informativo_setor_mar2026_port_sindiracoes.pdf. Acesso em: 19 abr. 2026.

STOUT, T. Current challenges in commercial equine embryo transfer. **Revista Brasileira de Reprodução Animal**, v. 49, n. 1, p. 315-320, 2025.

SUSEP (SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS). **SES**: Sistema de Estatísticas da SUSEP. Rio de Janeiro: SUSEP, 2026. Disponível em: https://www2.susep.gov.br/menuestatistica/SES/principal.aspx. Acesso em: 10 fev. 2026.

VIANA, J. H. M. 2017 statistics of embryo production and transfer in domestic farm animals: is it a turning point? In 2017 more in vitro-produced than in vivo-derived embryos were transferred worldwide. **Embryo Technology Newsletter**, v. 36, n. 4, 2018.

VIANA, J. H. M. 2018 statistics of embryo production and transfer in domestic farm animals: embryo production on a new level: over one million embryos produced in vitro. **Embryo Technology Newsletter**, v. 37, n. 4, 2019.

VIANA, J. H. M. 2019 statistics of embryo production and transfer in domestic farm animals: divergent trends for IVD and IVP embryos. **Embryo Technology Newsletter**, v. 38, n. 4, 2020.

VIANA, J. H. M. 2020 statistics of embryo production and transfer in domestic farm animals. **Embryo Technology Newsletter**, v. 39, n. 4, 2021.

VIANA, J. H. M. 2021 statistics of embryo production and transfer in domestic farm animals: a new milestone has been reached: transfers of IVP embryos were over one million worldwide. **Embryo Technology Newsletter**, v. 40, n. 4, 2022.

VIANA, J. H. M. 2022 statistics of embryo production and transfer in domestic farm animals: the main trends for the world embryo industry still stand. **Embryo Technology Newsletter**, v. 41, n. 4, 2023.

VIANA, J. H. M. 2023 statistics of embryo production and transfer in domestic farm animals: the number of in vitro-produced cattle embryos worldwide is now fivefold greater than that of in vivo-derived embryos. **Embryo Technology Newsletter**, v. 42, n. 4, 2024.

VIANA, J. H. M. 2024 statistics of embryo production and transfer in domestic farm animals: over two million cattle embryos were produced in vitro worldwide, more than sevenfold the number of those collected in vivo. **Embryo Technology Newsletter**, v. 43, n. 4, 2025.

WHW (WORLD HORSE WELFARE); EFA (EUROGROUP FOR ANIMALS). **Removing the blinkers**: the health and welfare of European equidae in 2015. [S. l.: s. n.], 2015.

WOAH (WORLD ORGANISATION FOR ANIMAL HEALTH). **WAHIS**: World Animal Health Information System. Paris: WOAH, 2026. Disponível em: https://wahis.woah.org/#/home. Acesso em: 10 jan. 2026.

WOOD, W. et al. The Journal of Alternative and Complementary Medicine: results from HETI 2020 International Terminology survey as presented at HETI Seoul 2021. **The Journal of Alternative and Complementary Medicine**, [s. l.], v. 27, n. 1, p. 88-95, jan. 2021. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1089/acm.2020.0415. Acesso em: 16 mar. 2026.

ZAPPELLINI, M. B.; FEUERSCHÜTTE, S. G. O uso da triangulação na pesquisa científica brasileira em administração. **Administração: Ensino e Pesquisa**, v. 16, n. 2, p. 241-273, 2015. DOI: https://doi.org/10.13058/raep.2015.v16n2.238.

ZYLBERSZTAJN, D. **Estruturas de governança e coordenação do agribusiness**: uma aplicação da nova economia das instituições. 1995. 238 p. Tese (Livre-Docência) – Departamento de Administração, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.



CNA
Confederação da Agricultura
e Pecuária do Brasil



ESALQ
Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz
Universidade de São Paulo

USP